

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

Gisele Spricigo

O RURAL NO VALE DO RIO DOS SINOS (RS): situação sócio-econômica e estratégias
de desenvolvimento para a região

Porto Alegre

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

Gisele Spricigo

O RURAL NO VALE DO RIO DOS SINOS (RS): situação sócio-econômica e estratégias de desenvolvimento para a região

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2007

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

S769r

Spicigo, Gisele

O rural no Vale do Rio dos Sinos (RS): situação sócio-econômica e estratégias de desenvolvimento para a região / Gisele Spicigo. – Porto Alegre, 2007.

194 f.: il.

Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

1. Espaço Rural: Aspectos sócio-econômicos : Sinos, Rio dos, Vale (RS). 2. Desenvolvimento Rural : Sinos, Rio dos, Vale (RS). 3. Produção agropecuária : Sinos, Rio dos, Vale (RS). I. Filippi, Eduardo Ernesto. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 332.133.4

GISELE SPRICIGO

O RURAL NO VALE DO RIO DOS SINOS (RS): situação sócio-econômica e estratégias de desenvolvimento para a região

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 25 de junho de 2007.

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Osmar Tomaz de Souza
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Marcelino de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha avó, Sra. Hilda, que sempre entendeu a minha ausência.

AGRADECIMENTOS

Tentarei não esquecer de agradecer àqueles que, de uma forma ou de outra, me ajudaram nessa caminhada do mestrado e na construção dessa dissertação.

Inicialmente, cabe agradecer ao meu marido, pela paciência de sempre e por tudo que abdicamos em função do mestrado. Também, aos meus pais, pelo apoio incondicional de sempre.

Ao meu orientador, pela compreensão, pela paciência e por ter “abraçado” o meu problema pesquisa e ter dado maior sentido a ele. Pelas bibliografias e por todo conhecimento repassado. Serei sempre grata.

Ao PGDR-UFRGS, por existir, um programa de pós-graduação de excelente qualidade. Agradeço imensamente a todo corpo docente pela oportunidade e pelo conhecimento repassado. À coordenação operacional e à secretaria, pela competência e receptividade de sempre.

À Unisinos, em especial à professora-coordenadora de meus trabalhos junto à essa instituição, Paraskevi Bessa Rodrigues. Sem a sua flexibilidade eu jamais poderia cursar o mestrado na UFRGS. Aos demais professores que acompanham mais de perto a minha trajetória profissional: Célio Pedro Wolfarth, Márcio Eloir Schweig, Alexandre Bandeira Monteiro e Silva, Achyles Barcelos da Costa, Angélica Massuquetti.

Às Prefeituras Municipais de Novo Hamburgo e Rolante, com destaque aos secretários municipais de agricultura: Prof. Roberto Kieling e Sr. Jorge Eloir Fischer. Agradeço muito aos funcionários Matheus (NH) e Andrei (Rolante) que me acompanharam nas saídas de campo.

Aos agricultores dos referidos municípios, por me receberem e darem vida à esse trabalho.

Aos Escritórios Municipais da Emater e à todos os colaboradores que tão bem receberam e contribuíram com esse trabalho.

Às minhas amigas, pelas conversas, pelos chimarrões, pelas caminhadas, pelos k-churrascos: Claudine, Bianca, Thaís, Luciana, Letícia, Ana Carolina, Fernanda, Suzimary, Karen e Raquel.

Aos demais familiares e amigos, obrigada de coração.

Aos que acreditam na minha capacidade, eu sempre devo agradecer.

RESUMO

Essa dissertação busca identificar e analisar elementos que explicam a perenidade do rural na região do Vale do Rio dos Sinos (VS), em uma perspectiva de desenvolvimento rural. A região está localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. Assim, busca-se (a) caracterizar a região do VS, com ênfase no setor primário da economia; (b) proceder ao levantamento da percepção sobre a agricultura na região, a partir de entrevistas com agentes institucionais; (c) proceder a caracterização econômica e social da agricultura da região e a identificação das causas que justificam sua permanência em uma região majoritariamente urbano-industrial; e (d) analisar possibilidades de desenvolvimento rural. Em parte, buscou-se referenciais teóricos que explicam a perenidade do rural em uma região urbana e industrial, calcados, sobretudo, em elementos como a localização das atividades econômicas e o papel do meio rural em um ambiente estilizado pelo meio urbano. Em uma segunda etapa, são analisados os resultados encontrados no meio rural do VS, tanto com os agricultores quanto junto às instituições que operam para o desenvolvimento rural da região.

Palavras-chaves: Teoria da localização, Nova geografia econômica, Desenvolvimento rural, Agricultura em áreas rurais-industriais, Agricultura urbana.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to identify and analyze the factors which explain the continuity of the rural in the Sinos River Valley (VS) in an agricultural development standpoint. Thus, it aims to (a) characterize the VS region, emphasizing the primary sector of the economy; (b) survey the perception of agriculture in the region by interviewing institutional agents; (c) socially and economically characterize the region's agriculture and identify the reasons that justify its continuity in a urban-industrial region; (d) analyze possibilities of agricultural development. Initially, theoretical references that would explain the continuity of the rural in an urban and industrial region, based mainly on elements such as the localization of the economic activities and the role of the countryside in an environment labeled as urban, were tracked. Then, the results found for Sinos River Valley countryside were analyzed, both from the rural workers viewpoint as well as the region's development institutions.

Keywords: Location theory, New economic geography, Rural development; Agriculture in urban-industrial region; Urban agriculture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Municípios do VS	29
Figura 2 – O Modelo de Von Thünen	53
Figura 3 – Quatro Imagens de Bruxelas	69

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Produções Agropecuárias de Novo Hamburgo	91
Foto 2 – Criação e Hotelaria para Equinos em Novo Hamburgo.....	92
Foto 3 – Propriedade Rural Entrevistada em Rolante, Voltada à Produção Leiteira	93
Foto 4 – Estabelecimento Agropecuário na Localidade de Boa Esperança, em Rolante.....	94
Foto 5 – Estabelecimento Agropecuário da Localidade de Boa Esperança	95
Foto 6 – Piscicultura em Rolante.....	96
Foto 7 – Divulgação da Carpa em Rolante.....	97
Foto 8 – Festa do Colono em Novo Hamburgo.....	103
Foto 9 – Feira do Produtor de Novo Hamburgo.....	105
Foto 10 – Festival do Vinho da Localidade de Boa Esperança, em Rolante.....	106
Foto 11 – Cavalgada no Caminho das Pipas, Localidade Boa Esperança, Rolante	107
Foto 12 – Material de Divulgação dos Principais Eventos de Rolante	108
Foto 13 – Feira do Produtor Rural na Estação do TRENURB, em Sapucaia do Sul.....	109
Foto 14 – Criação de Mudanças em Campo Bom	148
Foto 15 – Piscicultura e Plantação de Arroz em Campo Bom	149
Foto 16 – Dois Irmãos Vista do Alto.....	151
Foto 17 – Calendário da Horticultura de Dois Irmãos	153
Foto 18 – Plantação de Acácia Negra em Estância Velha (indicada pela flecha).....	154
Foto 19 – Produção de Morangos em Estância Velha.....	155
Foto 20 – Feira do Produtor de Igrejinha	157
Foto 21 – Reflorestamento e Horticultura em Ivoti.....	158
Foto 22 – Produção de Flores da Colônia Japonesa, em Ivoti.....	158
Foto 23 – Associação de Floricultores de Ivoti	159
Foto 24 – Feira do Produtor de Morro Reuter (antiga)	161
Foto 25 – Feira do Produtor de Morro Reuter (antiga)	162
Foto 26 – Feira do Produtor de Morro Reuter (atual)	163
Foto 27 – Sacola Plástica da Feira do Produtor de Morro Reuter	164
Foto 28 – Produções Agropecuárias em Nova Santa Rita.....	165
Foto 29 – Produções Agropecuárias de Portão.....	168
Foto 30 – Feira do Produtor de Sapiranga.....	170
Foto 31 – Festa da Carpa de Taquara	172
Foto 32 – Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS).....	173

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Diferença entre Áreas Urbanas e Rurais, com Base nos Setores Censitários do IBGE, para os Municípios do Vale do Rio dos Sinos	27
Mapa 2 – CONSINOS	37
Mapa 3 –AMVRS	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações dos Principais Produtos Cultivados em Lomba Grande	40
Quadro 2 – Tipologia do Rural dos Municípios do VS	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área Total (km ²), Área Urbanizada (km ² e %), por Município do VS.....	23
Tabela 2 – Área Total (km ²), Área Urbanizada (km ² e %/área total), Municípios VS..	26
Tabela 3 – População Residente Total, Brasil.....	30
Tabela 4 – População Residente Total, Rio Grande do Sul.....	30
Tabela 5 – População Residente Total, Vale do Rio dos Sinos.....	31
Tabela 6 – Valor Adicionado dos Municípios do VS, 2002.....	32
Tabela 7 – População (habitante), Área (km ²), Habitantes por Km ²	83
Tabela 8 – Crescimento Populacional, 1991-2000.....	84
Tabela 9 – Perfil Geral dos Entrevistados	89
Tabela 10 – Perfil dos Estabelecimentos Agropecuários	98
Tabela 11 – O Trabalhador Rural e seu Estabelecimento Agropecuário	101
Tabela 12 – O Trabalhador Rural e Meio Institucional de Apoio.....	102
Tabela 13 – Número de Estabelecimentos Agropecuários, por Município.....	175
Tabela 14 – Número Médio de Hectares por Estabelecimento Agropecuário	176
Tabela 15 - Efetivo dos Rebanhos de Bovinos (cabeças), 1990-2004	177
Tabela 16 - Efetivo dos Rebanhos de Búfalos (cabeças), 1990-2004	179
Tabela 17 - Efetivo dos Rebanhos de Caprinos (cabeças), 1990-2004	180
Tabela 18 - Efetivo dos Rebanhos de Cordornas (cabeças), 1990-2004.....	181
Tabela 19 – Ovos de Codorna (mil dúzias), 1990-2004.....	182
Tabela 20 - Efetivo do Rebanho de Asinino (jumentos, mulas e burros), 1990-2004 .	183
Tabela 21 – Efetivo do Rebanho de Equinos (cabeças), 1990-2004.....	184
Tabela 22 – Efetivo do Rebanho Frangos (cabeças), 1990-2004.....	185
Tabela 23 – Ovos de Galinhas (dúzias), 1990-2004.....	186
Tabela 24 – Efetivo dos Rebanhos de Suíno (cabeças), 1990-2004.....	187
Tabela 25 – Efetivo dos Rebanhos de Muares (cabeças), 1990-2004.....	188
Tabela 26 – Efetivo dos Rebanhos de Ovinos (cabeças), 1990-2004	189
Tabela 27 – Efetivo dos Rebanhos de Ovinos Tosquiados (cabeças), 1990-2004.....	190
Tabela 28 – Leite (mil litros), 1990-2004	191
Tabela 29 – Mel de Abelha (quilograma), 1990-2004	192
Tabela 30 – Área Colhida Lavoura Permanente (hectare), 1990-2004	193
Tabela 31 – Área Colhida Lavoura Temporária (hectare), 1990-2004	194

LISTA DE SIGLAS

AMVRS – Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos
BB – Banco do Brasil
BR – Brasil
CEASA/RS – Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul
CERJ - Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro
CGAAU - Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
CIRAD - Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento
COMITÊSINOS – Comitê de Gerenciamento Hidrográfico do Rio dos Sinos
CONSINOS – Conselho Regional do Vale do Rio dos Sinos
COOPLESA - Cooperativa dos Produtores de Leite da Encosta da Serra (RS)
COORLAC – Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos Ltda.
FACCAT – Faculdades de Taquara
FAO - Food and Agriculture Organization of the United States
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul
GTZ - Cooperação Técnica Alemã
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDRC - International Development Research Centre
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEADATA – Base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano
ITR – Imposto Territorial Rural
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A.
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POA – Porto Alegre
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre
RS – Rio Grande do Sul
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SIM – Serviço de Inspeção Municipal
UF – Unidade da Federação
Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
VS – Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	Justificativa.....	22
1.2	Objetivo Geral	35
1.3	Objetivos Específicos	35
1.4	Métodos e procedimentos da pesquisa	36
1.5	Pesquisa de Campo: Escolha dos Municípios	38
1.6	O rural do VS: configuração da pesquisa de campo.....	41
	PARTE I	45
2	A REGIÃO DE ESTUDO: O VALE DO RIO DOS SINOS (VS)	45
2.1	Resgate Histórico.....	45
3	O RURAL EM ÁREAS URBANAS E INDUSTRIAIS: REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES TEÓRICAS	51
3.1	A Teoria da Localização e a Nova Geografia Econômica: um panorama geral 51	
3.2	O resgate das contribuições da Teoria da Localização no Período Pós-Segunda Guerra Mundial	52
3.3	A Teoria da Localização: o caso da América do Norte.....	56
3.4	O debate contemporâneo sobre a Teoria da Localização: A Nova Geografia Econômica	60
3.5	Os espaços rurais enquanto paisagens do meio urbano.....	65
3.6	Espaços periurbanos e agricultura urbana: conceitos em construção e estudos de caso	70
3.7	O debate contemporâneo sobre o rural e a periurbanização no Brasil	80
3.8	Considerações sobre a parte I.....	85
	PARTE II.....	88
4	O RURAL DO VS A PARTIR DA PESQUISA DE CAMPO: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	88
4.1	Estabelecimentos agropecuários entrevistados: Novo Hamburgo e Rolante .	88
4.2	LEVANTAMENTO INSTITUCIONAL NO VS.....	108
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS	121
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	134
	APÊNDICE A – Questionário Institucional.....	137
	APÊNDICE B – Questionário Agricultores	138
	APÊNDICE C – Informações gerais sobre o rural nos municípios do VS	140
	APÊNDICE D – Relato dos Municípios	147
	ANEXO – Dados secundários do rural dos municípios	175

1 INTRODUÇÃO

Este estudo resulta de uma ampla busca pelo entendimento das dinâmicas das atividades econômicas e a perenidade do meio rural em áreas conhecidas como urbanas e de atividade industrial intensiva. Além disso, é resultado de uma inquietação sobre o entendimento da dinâmica do meio rural do VS, acreditando-se que essa dinâmica não seja motivada unicamente por estímulos econômicos. Inicialmente, previa-se um reconhecimento do meio rural na região de estudo. Entretanto, o problema de pesquisa surgiu justamente pelo interesse quanto à presença do meio rural em uma região conhecida majoritariamente como urbana e industrial.

A região de estudo, conforme será desenvolvida a seguir, apresenta tendências correntes da formação dos grandes centros urbanos. Dessa forma, não se constitui como algo fragmentado, que represente uma situação única ou individual. Da mesma forma, como se tratam de tendências comuns dos grandes centros, a região de estudo tem como objetivo contribuir no entendimento da conformação do meio urbano e rural.

Vale lembrar algumas conseqüências da formação dos grandes centros urbanos, que se devem, sobretudo, à concentração de pessoas, motivadas, principalmente, por oportunidades que tais espaços tendem a oferecer. Verifica-se, ainda, um grande crescimento de empreendimentos imobiliários, os quais, via de regra, quanto mais economicamente próspera é a região, mais valorizados são os imóveis. Ocorre, por outro lado, a formação de favelas ou o desordenamento das habitações, tornando-se um fenômeno comum nos grandes centros urbanos. Vê-se essa concentração populacional em todas as regiões metropolitanas da América Latina, especialmente no Brasil. Igualmente, o processo de urbanização nas últimas décadas, tendo no seu bojo a concentração populacional, pode ser verificada em todas as grandes metrópoles do mundo.

Na segunda metade do século XX, no estado do Rio Grande do Sul (RS), o crescimento populacional da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), como também da região do Vale do Rio dos Sinos (VS), acabou gerando demandas para o

planejamento territorial. Isso se deve muito ao fato dessas regiões continuarem a ser o destino de ondas migratórias de outras regiões do interior do RS. Isso se configura como um fenômeno recorrente e atual¹. De qualquer forma, faz-se necessário um preliminar entendimento do histórico da formação da região do VS.

O VS apresenta um processo histórico marcado pela ocupação do território por imigrantes europeus (alemães, majoritariamente) no primeiro quarto do século XIX. Esses imigrantes trazem consigo algumas técnicas de trabalho que passaram a ser aplicadas na região, que, com o passar dos anos, formou o “pólo de produção de calçados”².

Durante a segunda metade do século XX, a produção calçadista na região passou a ser conhecida internacionalmente. O crescimento da indústria calçadista, em especial nas décadas de 1970 e 1980, foi motivado pelo apelo exportador, em especial dirigido aos países do hemisfério norte. Como consequência, muitas pessoas se sentiram motivadas e migraram para o VS em busca de oportunidades de trabalho. Gerou-se, assim, uma concentração populacional, que trouxe também problemas de ordem estrutural: déficit habitacional, saneamento básico, segurança pública, entre outros. É fato que a região é economicamente reconhecida como pólo de produção de calçados. Esse reconhecimento permanece mesmo com a crise econômica do setor que iniciou-se nos anos 1990 e se mantém, até hoje, em função das escolhas do modelo de estabilização³, implementado pelo Governo Federal.

Tendo-se esses pontos conhecidos, o presente trabalho busca analisar uma outra dimensão socioeconômica da região, sendo o objeto do presente trabalho o

¹ Segundo Koucher (2006), nas décadas de 1960 e 1970, no RS, as ondas migratórias significam abandono de áreas rurais em direção às grandes cidades, porém dentro de uma migração de curta distância. Já nas décadas de 1970 e 1980, vê-se um êxodo rural de longa distância. Já a partir de 2000, intensifica-se a formação de novos pólos regionais, favorecidos pela desconcentração industrial e de universidades.

² Mais especificamente no município de Novo Hamburgo, que é uma cidade conhecida como a “Capital Nacional do Calçado”.

³ O contexto mais amplo de política econômica gerou, na primeira metade dos anos 1990, a valorização da moeda brasileira (Real) frente ao Dólar. Uma vez que a moeda nacional passou a valer tanto quanto a moeda estrangeira, a importação de calçados produzidos no V.S. não mais interessava aos norte-americanos e aos europeus. Outros mercados passaram a ser por eles procurados, sendo que, atualmente, a China é o principal.

estudo do meio rural do VS. A base para chegar-se a esse objeto é a inquietação da autora sobre como enquadrar o meio rural no VS, mesmo com suas características urbanas e industriais. Torna-se importante estudar o rural da região do VS na medida em que se busca o entendimento do que existe (em termos de relevância) e do porquê (ainda) existe o rural no VS, dadas as características de concentração populacional de um centro urbano e de atividades industriais.

Inicialmente, deve-se ressaltar que as atividades rurais foram as primeiras desenvolvidas pelos imigrantes alemães, desde que passaram a ocupar as terras do VS. No início, plantavam para sua subsistência e, com o tempo, passaram a cultivar produtos para comercialização na capital, Porto Alegre e região. Outras atividades econômicas se desenvolveram com o passar dos anos, especialmente o desenvolvimento da indústria coureira-calçadista. Porém, atualmente, o rural ainda está presente no VS por meio da produção agropecuária e da prestação de serviços de lazer, tais como pousadas e opções de turismo em áreas rurais. Ainda, conforme destacado por Scussel (2002, p. 67), o meio rural acaba sendo uma “[...] opção de moradia por parte da classe média, que busca, no campo, fugir dos problemas das grandes cidades.”. Além de uma moradia permanente, no VS, verificam-se ainda as moradias de fim-de-semana (sítios, chácaras, fazendas)⁴.

É importante entender a relevância de se estudar o rural do VS. Em outras palavras, é necessário propor-se a seguinte pergunta, **antes mesmo de buscar o porquê de sua perenidade: quão relevante é o meio rural para a região do VS, a ponto de se constituir como objeto da presente dissertação?**

Para isso, inicialmente, deve-se ter mente que o espaço urbano e o espaço rural, especialmente no Brasil, são espaços em contínua transformação. Com isso, tem-se toda uma discussão sobre o que é rural e o que é urbano, e onde residem os limites de cada um (VEIGA, 2002).

⁴ Segundo Koucher (2006), das 35 microrregiões geográficas que formam o Estado, conforme o IBGE, apenas a de Porto Alegre apresenta crescimento populacional em zonas rurais. As pessoas trabalham e moram em imóveis rurais, com atividades agropecuárias. Entre os municípios que compõem a microrregião de Porto Alegre e que coincidem com os municípios de estudo da presente dissertação, destaca-se: Canoas, Esteio, Nova Santa Rita e Sapucaia do Sul.

No campo do planejamento territorial, no Brasil, a definição dos espaços urbanos e dos espaços rurais ocorre através da construção dos Planos Diretores Municipais. O Plano Diretor é o instrumento de política de desenvolvimento do município, cuja principal finalidade é a de orientar a atuação dos poderes público e privado na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando a assegurar melhores condições de vida à população (BRASIL, 2004). Dentro desse contexto, a definição do espaço urbano se dá pelo perímetro urbano estabelecido pelo município.

No caso das zonas rurais, o Ministério das Cidades chama a atenção para o fato de que o cadastro georreferenciado dos imóveis rurais, que inclui as características das propriedades agrícolas, “enfrenta muitas dificuldades”. Destaca-se, ainda, que não existe no Brasil um cadastro completo, nem no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); nem nos Cartórios de Imóveis, onde há muitas deficiências. “Nesse caso, é preciso mobilizar a informação existente e disponível, como cadastro de empresas públicas (EMATER ou Secretarias Estaduais ou Municipais de Agricultura).” (BRASIL, 2004, p. 61).

Em áreas periurbanas (mais adiante, será abordado o conceito e sua aplicabilidade ao VS), urbanas ou entorno urbano imediato são bastante indefinidas. Não se tem clareza dos limites geográficos dessas, tendo em vista que, muitas vezes, mesmo dentro dos perímetros urbanos, existem espaços rurais. Sobre as áreas periurbanas, o Ministério das Cidades (BRASIL, 2004, p. 61-62) aponta que

Muitas vezes essas áreas são encaradas como problemas, mas, se observarmos bem, verificaremos a existência de várias potencialidades que podem ser convertidas em soluções. Por exemplo, essas áreas podem ser aproveitadas para introduzir novos padrões de produção agrícola intensiva, com alto valor agregado e articulados com a política municipal de abastecimento, capazes de constituir alternativas de geração de emprego e renda para os moradores dos bairros periféricos.

Um trabalho mais aprofundado sobre a relação da elaboração dos Planos Diretores com o meio rural do VS se encontra em Baldissera (2005). O autor deteve seu estudo nos 14 municípios do Conselho Regional do Vale do Rio dos Sinos (CONSINOS), alertando para o fato de que as zonas então consideradas rurais “[...]”

ainda são vistas como simples reserva estratégica de expansão urbana ou industrial.” (2005, p. 44).

Tanto no caso do planejamento territorial como no caso dos aspectos demográficos, cada vez mais, a dinâmica urbana sobrepõe à dinâmica rural, com maior intensidade nos grandes centros urbanos. No caso dos E.U.A, Berry e Plaut (1978), já discutiam, na década de 1970, a pressão da dinâmica urbana sobre as atividades rurais. Os autores apresentam os efeitos da urbanização em diferentes níveis: nacional, regional e local. Em nível nacional, não se apresentam claramente os impactos sobre a produção de alimentos quando da sobreposição do urbano sobre o rural. Em nível regional, o conflito entre o urbano e o rural oferece impactos maiores quando a região é economicamente dependente da agricultura. Já no nível local, o que ocorre de mais evidente é a mudança na paisagem, que os autores qualificam como “[...] *changing it from rural to something intermediate between rural and urban.*”⁵ (1978, p. 174).

Uma consequência visível do avanço da dinâmica urbana se encontra no modelo de tributação sobre o território, no Brasil. No caso do planejamento territorial, uma vez que a área é urbana, define-se como cobrança o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Este tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de propriedade, desde que essa esteja localizada em zona ou extensão urbana. Esse imposto é recolhido pelo município e fica como receita para a própria gestão municipal. No caso das áreas fora do perímetro urbano, o fato gerador é o Imposto Territorial Rural (ITR), um imposto federal, executado e recolhido pela União. “Em virtude disso, a legislação acaba por subestimar os espaços rurais, classificando-os como urbanos, com vistas a expandir a base da arrecadação do IPTU.” (TAVARES, 2003, p. 36). Outro fato relevante, quanto ao planejamento territorial do município, reside no que se poderia chamar de “especulação imobiliária”. O meio rural, quando localizado próximo ao meio urbano e utilizado como espaço de lazer, denota o interesse de empreendimentos imobiliários, tais como hotéis (*resorts, spas*) ou condomínios residenciais. Nesse caso, o que muitas vezes ocorre é a pressão de empreendedores pela

⁵ Tradução da autora: mudando de rural para algo intermediário entre rural e urbano.

compra das terras, consituindo-se, assim, um fator de desestímulo à permanência de agricultores no meio rural.

Tal contexto, especialmente a partir da década de 90, tem instigado a vários trabalhos acadêmicos que passaram a voltar a atenção para novas formas de compreensão dos espaços rurais no Brasil.

Os pesquisadores do Projeto Rurbano (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 1997) trabalham com a hipótese de que o meio rural brasileiro não pode mais ser tomado apenas como o lugar das atividades agropecuárias. O meio rural, à semelhança do que ocorre em outras países do hemisfério norte, mostra uma crescente diversificação entre atividades agrícolas e não-agrícolas.

Outros trabalhos, sobretudo desenvolvidos por José Eli da Veiga⁶, apontam para lacunas da definição do meio rural brasileiro. O autor tem publicado trabalhos que contestam as metodologias utilizadas pelo IBGE para definição do que é o rural, e através de análises empíricas propõe outras formas para a quantificação, populacional e estrutural do meio rural. Nesse sentido, ultrapassa-se o entendimento de que o meio rural seria apenas o *locus* da agricultura e da pecuária tradicional. Para o autor, além de estar sendo subdimensionado o tamanho do rural no país, este apresenta dinâmicas que ultrapassam a visão setorial da agricultura e pecuária tradicional.

Outro rol de trabalhos vem sendo desenvolvido no Brasil pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD), liderado por Sérgio Schneider⁷. Em seus trabalhos, Schneider enfatiza a relação da agricultura com outras atividades não-agrícolas e busca estudar as dinâmicas existentes entre o meio urbano e o rural, valendo-se de estudos empíricos junto aos agricultores familiares. Para Schneider (2004, p. 169), que estudou a microrregião do Vale dos Sinos⁸,

O processo de industrialização levou ao aparecimento de espaços que não são tipicamente rurais e tampouco urbanos. Este novo espaço pode ser

⁶ Parte de seus trabalhos será discutida na seção 3.7.

⁷ Sérgio Schneider é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

⁸ Alguns autores referenciam-se como Vale dos Sinos. No presente trabalho, utilizar-se-á Vale do Rio dos Sinos, pois como se verá mais adiante, duas instituições que agregam a região fazem uso dessa nomenclatura: Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos (CONSINOS) e a Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos (AMVRS).

designado como periurbano⁹ exatamente porque representa uma situação intermediária ao rural e ao urbano e, sobretudo, porque nele parece emergir um tipo próprio e característico de relação de trabalho que se baseia na pluriatividade das famílias dos trabalhadores.

Nesse sentido, pode-se verificar que o rural que se relaciona com o meio urbano fornece elementos alternativos para da população dos grandes centros urbanos, tanto em termos de renda (no caso de se manter as atividades rurais concomitantemente com outros empregos) como em termos de qualidade de vida (no caso da utilização de espaços rurais para lazer). Assim, apresentou-se o tema da presente dissertação em sua contextualização geral. Com isso, na próxima seção, especificam-se as principais justificativas que motivam esta pesquisa.

1.1 Justificativa

Essa seção tem por objetivo, basicamente, descrever o porquê de se estudar o rural no Vale do Rio dos Sinos. Dado o perfil econômico impresso na região, majoritariamente industrial, estudar o rural pode parecer, no mínimo, um contra-senso. Todavia, tentaremos comprovar o contrário.

O meio rural da região do Vale do Rio dos Sinos pode ser percebido dentro de quatro categorias. A primeira, diz respeito a elementos institucionais, ou seja, quais são as instâncias institucionais que promovem o rural. A segunda refere-se ao reconhecimento do espaço ocupado pelo rural, ou seja, qual é a “fatia” de área dos municípios do VS corresponde ao urbano, e qual “fatia” se constitui enquanto rural. Terceira, os aspectos demográficos que apontam a dimensão populacional considerada como sendo rural. Por fim, em termos de atividade econômica, qual a participação das atividades rurais na economia do VS.

Dos elementos institucionais, referente à primeira categoria de percepção do meio rural no VS, enfatiza-se que no RS, tem-se uma instância vinculada ao Governo Estadual cujo objetivo é o de ser o apoio técnico ao desenvolvimento agropecuário. A

⁹ O conceito será abordado na seção 3.6.

Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) tem como responsabilidade executar as políticas públicas do Governo do Estado para o setor primário, envolvendo a agricultura patronal, agricultores familiares, pescadores artesanais, quilombolas, índios e assentados da reforma agrária. No VS, o mais antigo escritório municipal se localiza em Taquara, aberto em 1/2/1956. Dos 23 municípios selecionados¹⁰ para o presente estudo, a EMATER está presente em 20 municípios. O escritório aberto mais recentemente é o de Igrejinha, em 8/9/2005. Dessa forma, o elemento institucional fará parte da pesquisa de campo, através de entrevistas juntos aos escritórios municipais, no sentido de se ter um reconhecimento das demais instâncias que se relacionam com o rural do VS.

Em referência à segunda categoria de percepção do meio rural no VS, procura-se identificar, em termos de área, o espaço definido como urbano e como rural. Para tal propósito, foram utilizados os dados do estudo *Mapeamento e estimativa da área urbanizada do Brasil com base em imagens orbitais e modelos estatísticos*, desenvolvido por Miranda, Gomes e Guimarães (2005). Do trabalho, podemos extrair os seguintes dados relativos às áreas urbanizadas dos 23 municípios.

Tabela 1 – Área Total (km²), Área Urbanizada (km² e %), por Município do VS

Nome do Município	Área total (km ²)	Área urbanizada (km ²)	Área urbanizada (%)
Araricá	37,40	0,37	0,98
Campo Bom	59,90	17,08	28,51
Canoas	131,10	94,40	72,01
Dois Irmãos	73,00	4,48	6,13
Estância Velha	51,60	9,03	17,49
Esteio	27,60	24,35	88,24
Igrejinha	144,50	6,39	4,42
Ivoti	65,10	3,14	4,82
Lindolfo Collor	31,80	0,37	1,16
Morro Reuter	85,90	0,37	0,43
Nova Hartz	57,80	3,15	5,45

¹⁰ Os critérios para seleção dos municípios serão desenvolvidos em seguida.

Nova Santa Rita	218,10	2,79	1,28
Novo Hamburgo	216,00	52,77	24,43
Parobé	111,40	7,87	7,07
Portão	158,70	4,09	2,58
Presidente Lucena	49,50	0,37	0,74
Riozinho	236,90	0,37	0,16
Rolante	270,40	4,41	1,63
São Leopoldo	107,00	45,43	42,46
Sapiranga	133,50	14,31	10,72
Sapucaia do Sul	58,00	22,11	38,11
Taquara	445,70	7,82	1,75
Três Coroas	159,20	3,65	2,30
Totais	2.930,10	329,11	11,23

Fonte: Miranda, Gomes e Guimarães (2005).

Nota: Percentual calculado pela autora.

Conforme se observa nos dados da tabela, dos 2.930,10 km², apenas 11,23% da área são urbanizadas nos municípios do VS. Tais dados nos conduzem à reflexão, pois contrariam a noção, ou, o senso comum a respeito da urbanização nesta região, de onde se tem a idéia de que o urbano se destaca sobre o rural. Deste modo, a análise desses dados demonstram, no mínimo, a pertinência de se estudar a ocupação da área rural no VS.

Contudo, destaca-se uma ressalva sobre os dados das áreas urbanizadas apresentados em Miranda, Gomes e Guimarães (2005). Dos 23 municípios, cinco apresentam o mesmo valor de área urbanizada (0,37 km²). Essa singularidade, em termo de igualdade no tamanho de áreas, ocorreu pelo fato da metodologia utilizada ser embasada em aproximações matemáticas para a posterior integração dos dados espaciais no cálculo das áreas urbanizadas nos municípios, bem como parece diminuir o tamanho real das áreas urbanas, pois, como se adverte, os dados são totalizados por aproximações. Mas tais números não invalidam a proposta, apenas instigam a buscar de outras fontes para corroborar ou não com a noção da importância da dimensão espacial rural no Vale do Rio dos Sinos.

Através do Censo Populacional realizado em 2000, o IBGE atualizou os mapas cadastrais das áreas censitárias do território brasileiro. Com base na localização do domicílio, o IBGE classifica a população na situação de urbana ou rural. Toda a

população encontrada nas áreas delimitadas pela Lei do Perímetro Urbano (Lei Municipal) é contada como urbana (setor urbano), sendo o restante contabilizado como população rural (setor rural). Esse procedimento, ao contrário do anterior, tende a ressaltar os números do urbano, como advertem os estudos de Veiga (2002, 2004a, 2004b, 2005, 2006) e Specht e Blume (2004). Os autores indicam que, como a prerrogativa de delimitação é de competência do legislativo municipal, outros critérios como a possibilidade de aumento da arrecadação do IPTU, se impõem aos critérios técnicos na distinção dos limites entre as fronteiras urbano/rural. Apesar desta fragilidade, a análise dos dados é relevante para a avaliação do rural em questão.

Com base nos dados do IBGE, utilizou-se a área do Setor Censitário, a qual é a unidade mínima criada para fins de controle cadastral da coleta, como indicativo de área urbana e rural para os 23 municípios estudados¹¹. Cabe destacar que os setores, na metodologia do IBGE, são divididos em oito classificações: (1) área urbanizada de cidade ou vila; (2) área não urbanizada de cidade ou vila; (3) área urbana isolada; (4) aglomerado rural de extensão urbana; (5) aglomerado rural isolado – povoado; (6) aglomerado isolado – núcleo; (7) aglomerado rural isolado – outros aglomerados; (8) zona rural exclusive aglomerado rural.

Para os fins desta investigação, tais setores foram agrupados em apenas duas categorias: urbano e rural, onde a área das três primeiras classificações foram contabilizadas como urbanas e, o restante (quatro a oito) como rurais. Os totais obtidos para a urbanização podem ser observados na Tabela 2.

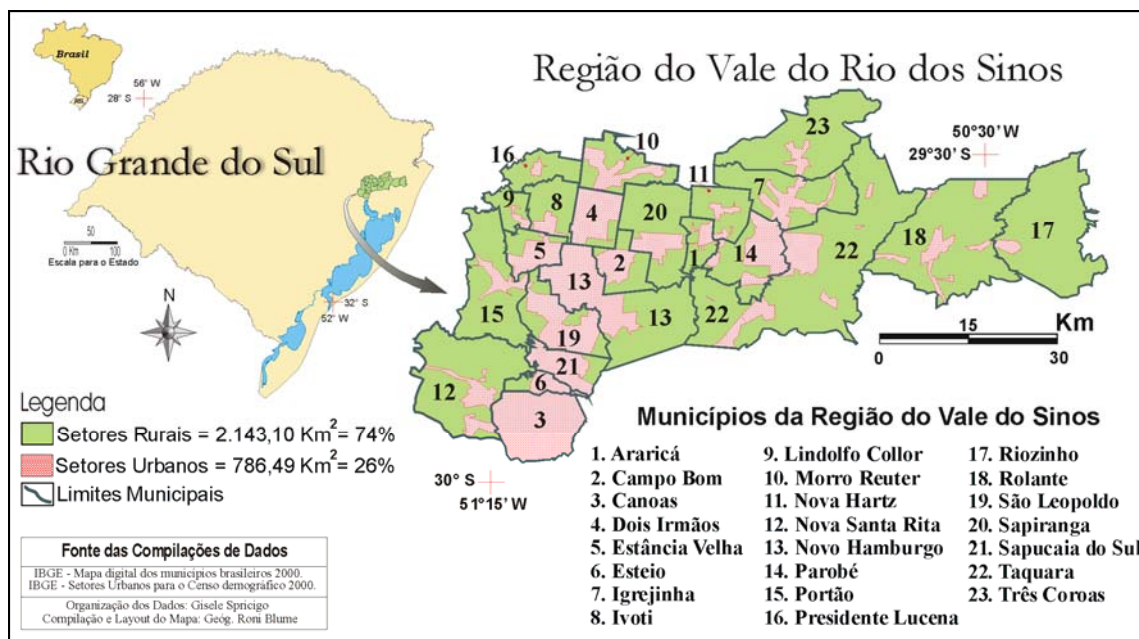
¹¹ Estes dados podem visualizados em IBGE (2007b).

Tabela 2 – Área Total (km²), Área Urbanizada (km² e %/área total), Municípios VS

Nome do Município	Área total (km ²)	Área urbanizada (km ²)	Área urbanizada (%/área total)
Araricá	37,40	8,68	23,21
Campo Bom	59,90	25,22	42,10
Canoas	131,10	131,00	99,92
Dois Irmãos	73,00	53,88	73,81
Estância Velha	51,60	33,12	64,19
Esteio	27,60	17,40	63,04
Igrejinha	144,50	36,04	24,94
Ivoti	65,10	10,70	16,44
Lindolfo Collor	31,80	4,91	15,44
Morro Reuter	85,90	30,80	35,86
Nova Hartz	57,80	8,85	15,31
Nova Santa Rita	218,10	30,61	14,03
Novo Hamburgo	216,00	102,20	47,31
Parobé	111,40	57,87	51,95
Portão	158,70	16,63	10,48
Presidente Lucena	49,50	3,51	7,09
Riozinho	236,90	6,28	2,65
Rolante	270,40	33,78	12,49
São Leopoldo	107,00	65,20	60,93
Sapiranga	133,50	24,61	18,43
Sapucaia do Sul	58,00	46,74	80,59
Taquara	445,70	27,35	6,14
Três Coroas	159,20	11,11	6,98
Totais	2.930,10	786,49	26,84

Fonte: Mapa digital dos municípios brasileiros 2000 (IBGE, 2007a) e Setores urbanos para o Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2007b). Percentual calculado pela autora.

O Mapa 1, abaixo, foi elaborado para uma melhor distinção entre os percentuais. Nele pode-se visualizar os dados da Tabela 2, para a região do VS.



Mapa 1 – Diferença entre Áreas Urbanas e Rurais, com Base nos Setores Censitários do IBGE, para os Municípios do Vale do Rio dos Sinos

Fonte: Mapa digital dos municípios brasileiros 2000 (IBGE, 2007a) e Setores urbanos para o Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2007b).

Obs.: A organização dos dados foi realizada pela autora. A compilação e layout do mapa foram realizados pelo Geógrafo Roni Blume.

Como é possível se verificar com esta metodologia de análise, os dados relativos ao urbano aumentaram em mais de 100% em relação aos encontrados na anterior. O reflexo deste aumento se deve em grande parte, talvez, ao possível “extrapolamento” da área do perímetro urbano, como anteriormente se advertiu. Mesmo sendo pertinente, não nos interessa nesse momento, discutir os problemas quanto à metodologia que proporciona este “alargamento” do urbano em detrimento do rural. O que é relevante destacar é que mesmo com esses possíveis problemas, a área mensurada como urbana ocupa apenas 26,84% da região do VS. Assim, se até agora não se tem falado sobre a importância do rural no contexto do VS tais números se mostram significativos para um redirecionamento dos estudos realizados na região.

Outra visualização da região compreendida pelo VS pode ser vista na Figura 1, a seguir, extraída do site *Google Maps*. A referida figura mostra os municípios que compõem o Vale do Rio dos Sinos. Seguindo pela rodovia BR 116, atravessa-se o município de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo. De Canoas, pela BR 386, chega-se à Nova Santa Rita. De São Leopoldo, segue-se pela RS 240 em direção à Portão. Mais ao norte, segue-se à Novo Hamburgo. Continuando na BR 116, Estância, Ivoti, Lindolfo Collor, Presidente Lucena, Dois Irmãos, Morro Reuter. Já seguindo pela RS 239, chegam-se-se à Campo Bom, Sapiranga,

Araricá, Nova Hartz, Parobé, Taquara, Rolante e Riozinho. Porém, seguindo de Taquara pela RS 115, chega-se à Igrejinha e Três Coroas. A continuidade da BR 116 ao norte leva à região da serra, bem como a RS 115. Ao sul, a BR 116 leva à capital Porto Alegre. A RS 240 leva ao Vale do Caí e região do Vale dos Vinhedos. Essas informações acabam imprimindo à região uma certa infra-estrutura em termos de logística e distribuição, dada a centralidade entre a capital Porto Alegre e outras regiões.



Figura 1 – Municípios do VS

Fonte: Google Maps (2007).

A terceira categoria de reconhecimento do meio rural do VS refere-se a uma compreensão dos dados demográficos, exigindo, ainda, o reconhecimento do rápido

crescimento populacional na região. Para isso, vale a pena o resgate das dinâmicas demográficas do Brasil e do RS em comparação ao VS.

Para se ter a proporção entre a população rural sob a população total no Brasil (BR), pode-se verificar a Tabela 3, segundo os dados disponíveis no Ipeadata:

Tabela 3 – População Residente Total, Brasil

Brasil	1970	1980	1991	1996	2000
Rural	41.037.586	38.573.725	35.834.485	33.993.332	31.845.211
Urbana	52.097.260	80.437.327	110.990.990	123.076.831	137.953.959
Total	93.134.846	119.011.052	146.825.475	157.070.163	169.799.170
Rural/Total (%)	44,06	32,41	24,41	21,64	18,75

Fonte: Ipeadata (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2005). Proporções calculadas pela autora.

A Tabela 3 indica que, em 1970, 44,06% da população total do Brasil era rural. Em 1980, 1991, 1996, essa mesma proporção resulta em 32,41%, 24,41% e 21,64%, respectivamente. Em 2000, dados do último Censo disponível, essa proporção apresenta-se em 18,75%. Ante o exposto, conclui-se a queda da população rural frente ao aumento da população urbana. Ademais, enquanto a população total cresceu 82,31% entre 1970 e 2000, a população urbana aumentou 164,80%.

No que diz respeito ao RS, tal processo ocorreu de forma similar ao constatado para o Brasil. Vide Tabela 4, abaixo.

Tabela 4 – População Residente Total, Rio Grande do Sul

	1970	1980	1991	1996	2000
Rural	3.110.602	2.523.825	2.142.128	2.054.711	1.869.814
Urbana	3.554.239	5.250.024	6.996.542	7.579.977	8.317.984
Total	6.664.841	7.773.849	9.138.670	9.634.688	10.187.798
Rural/Total	46,67	32,47	23,44	21,33	18,35

Fonte: Ipeadata (IPEA, 2005). Proporções calculadas pela autora.

Da mesma forma, segundo os dados do Ipeadata (IPEA, 2005), no RS ocorreu um aumento significativo da população urbana e o fenômeno inverso para a população rural. Tal observação vem complementar a idéia do crescimento da população considerada urbana.

Com respeito aos dados populacionais dos 23 municípios do VS, aplicando-se a mesma análise do BR e do RS, obtêm-se os dados contidos na Tabela 5. Verifica-se que as proporções entre população rural e urbana, que foram apresentadas para o BR e o RS, não são

similares para o VS. Em 1970, 1980, 1991 e 1996, esses percentuais são de 14,33%, 7,8%, 5,27% e 5,76, respectivamente. Em suma, as proporções no VS indicam que, nessa região, a população rural é proporcionalmente menor quando comparada ao RS ou ao BR, em termos de população total. Ademais, pode-se verificar a queda da população rural e o aumento da população urbana. Enquanto a população total cresceu 169,10%, entre 1970 e 2000, a população urbana teve um crescimento de 202,95%.

Tabela 5 – População Residente Total, Vale do Rio dos Sinos

Vale do Rio dos Sinos	1970	1980	1991	1996	2000
Rural	73.035	60.964	60.853	73.068	48.718
Urbana	436.605	720.644	1.093.673	1.194.892	1.322.703
Total	509.640	781.608	1.154.526	1.267.960	1.371.421
Rural/Total	14,33	7,80	5,27	5,76	3,55

Fonte: Ipeadata (IPEA, 2005). Proporção calculada pela autora.

Na última categoria de análise do meio rural do VS, tratar-se-á das atividades econômicas. Segundo nossas hipóteses, a participação do meio rural na economia dos municípios do VS exige a análise de dados macroeconômicos tais como, o valor adicionado agropecuário, ou seja, a produção agrícola e pecuária dos municípios.

Em linhas gerais, o valor adicionado se forma pela receita de venda deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros, ou seja, a quantidade real de quanto se contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) de determinado município. Através dos dados da Tabela 6, a seguir, pode-se verificar que, em termos macroeconômicos, o somatório do valor adicionado agropecuário dos municípios do VS é de 0,77%, ou seja, um valor irrisório.

Tabela 6 – Valor Adicionado dos Municípios do VS, 2002

	Agropecuária	Indústria	Serviços
Araricá	1.426	9.380	10.918
Campo Bom	1.602	615.339	303.220
Canoas	2.856	3.574.331	2.175.172
Dois Irmãos	4.689	303.178	123.853
Estância Velha	3.349	288.475	152.494
Esteio	654	429.907	581.549
Igrejinha	5.124	208.998	107.970
Ivoti	4.673	134.452	91.831
Lindolfo Collor	3.172	66.096	16.054
Morro Reuter	10.665	27.646	16.133
Nova Hartz	3.096	151.340	53.549
Nova Santa Rita	10.686	95.649	53.631
Novo Hamburgo	13.633	1.265.733	1.316.378
Parobé	4.633	304.244	150.950
Portão	8.477	477.469	127.168
Presidente Lucena	6.608	8.888	5.626
Riozinho	3.591	17.626	10.475
Rolante	17.913	43.378	50.144
São Leopoldo	1.423	609.715	735.071
Sapiranga	4.210	473.036	256.655
Sapucaia do Sul	708	684.189	400.295
Taquara	12.805	83.260	169.371
Três Coroas	6.288	134.686	72.147
Total	132.281	10.007.015	6.980.654
%/Valor Adic. Total	0,77	58,45	40,77

Fonte: IBGE (2006a). Percentual calculado pela autora.

Complementando os dados das atividades econômicas, os dados da pecuária dos municípios nos conduziram a algumas análises individualizadas¹, segundo a Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE:

- O número de cabeças de bovinos na região aumentou no período de 1990 a 2004, passando de 89.979 para 102.273.;
- O rebanho de búfalos (em cabeças) aumentou 245,91% no período 1990 a 2004, passando de 893 cabeças para 3089. Quanto à produção no RS, a participação da criação do VS desse rebanho passou de 1,72% para 3,61%;

¹ Verificar o Anexo para os dados dos 23 municípios.

- A criação de caprinos, no período de 1990 a 2004, caiu de 2.317 cabeças para 1.254. A participação no RS, que era de 2,15%, em 1990, caiu para 1,48%;
- Na criação de codornas, teve-se um aumento no número de cabeças, de 11.279 para 23.030. Porém, a participação da produção no RS caiu, de 9,61%, em 1990, para 6,88%, em 2004. A produção de codornas também tem aumentado. A participação na produção estadual é de 5,95%, em 2004. No caso dos ovos de codornas (em mil dúzias), o VS representa 10,33% da produção estadual. Em 1990, produziam-se 99 mil dúzias, contra 390 mil, em 2004;
- O efetivo dos rebanhos de asinino (jumentos, mulas e burros) representa 1,34% da criação estadual;
- No caso do rebanho de eqüinos, 1,79% da criação estadual se encontra no VS;
- Quanto aos frangos, a produção do VS representa 0,53% da produção estadual. A produção de ovos de galinha tem aumentado no período de 1990 a 2004, passando de 4.929 mil dúzias para 6.301. Em 2004, representou 2,47% da produção estadual;
- A criação de suínos caiu no mesmo período, passando de 37.865 para 28.643 cabeças;
- O rebanho de muares (em cabeças), caiu de 175 (1990) para 137 (2004), porém sua participação na produção estadual aumentou. Em 2004, representou 2,20%;
- Na criação de ovinos (em cabeças), houve uma queda na produção, que era de 4.177 (1990), para 3.487 (2004). Na produção de ovinos tosquiados, houve queda no período de 1990 a 2004, porém teve 2.029 cabeças, nesse último ano;
- A produção de leite (em mil litros) aumentou de 22.192, em 1990, para 37.546, em 2004. Em relação à produção estadual, representa 1,59%. O número de vacas ordenhadas passou de 22.245 para 16.827, no mesmo período;

- A produção de mel de abelhas (em quilogramas) aumentou de 49.460 para 166.118, com um aumento na participação estadual passando de 1,51% para 2,27%.

Os dados da produção agrícola dos municípios mostram alguns indicadores sobre a lavoura permanente e temporária², segundo a Pesquisa de Produção Agrícola Municipal do IBGE. A área colhida da lavoura permanente, no período de 1990 a 2004, permaneceu praticamente a mesma. Em 1990, era de 2.481 hectares, contra 2.479, em 2004. Se comparada ao RS, que, em 2004, foi de 6.295.583 hectares, a área colhida da lavoura permanente do VS representa somente 0,04% do total colhido no Estado.

No caso da lavoura temporária, tinha-se 22.647 hectares, em 1990, contra 10.063, em 2005. Se comparada ao RS, que, em 2005, foi de 7.304.285 hectares, a área colhida da lavoura temporária do VS representa 0,14% do Estado.

Aliada a essas informações, outras constatações foram levantadas, a partir do acompanhamento da imprensa nos municípios da região de estudo, bem como projetos realizados nos mesmos. Formata-se, assim, o Quadro 01, no sentido de reconhecer, preliminarmente, o rural da região.

As informações do Apêndice C indicam uma proposta inicial de como se constitui o rural do VS. Os elementos institucionais levam a crer que a permanência das atividades rurais se dá pelos instrumentos de apoio aos agricultores existentes nos próprios municípios. As principais iniciativas que retratam o meio rural do VS estão voltadas à Feira do Produtor, Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Local, capacitações, seminários, entre outras atividades coletivas. Essas atividades, como mostram o levantamento, normalmente envolve os agricultores, a gestão municipal, escritórios da Emater, sindicatos dos trabalhadores rurais, entre outros interessados da comunidade. Percebe-se ainda uma inserção de iniciativas voltadas à produtos agropecuários sem agrotóxicos, à produtos fitoterápicos e à plantas medicinais. Ademais, iniciativas conjuntas com escolas municipais também são bastante fortalecidas, tendo em vista a importância do contato das crianças com alimentos saudáveis.

Já os dados de áreas urbanizadas, nos instigam na busca por um entendimento das demais áreas. Em oposição, os dados populacionais indicam um decréscimo da população rural, porém permitem uma análise da população que poderia ser considerada urbana e rural. Quanto aos dados econômicos, mesmo quando comparados aos dados estaduais, a existência do rural em muitos casos tem aumentado sua participação em termos de produção.

² Os dados são detalhados no Anexo.

Dessa forma, deve se ter em mente que o meio rural é uma realidade no VS e vale investigar o porquê do rural permanecer no VS. **Este se constitui no problema de pesquisa do presente trabalho. Em um planeta em que as grandes metrópoles crescem e concentra pessoas, o que pensar a respeito dos espaços rurais remanescentes? Quais os motivos da perenidade das atividades rurais tais como o cultivo de produtos agrícolas, cuja permanência se dá tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização? Em outros termos, por que há pessoas que continuam vivendo da e para a agricultura? Por que ainda existe agricultura nessa região?**

Em suma, acredita-se que por meio desse entendimento inicial, reconhecer a dinâmica rural em áreas urbanas e industrializadas poderá incentivar o poder público a delinear ações e programas de desenvolvimento rural adequados a esses ambientes. Desse modo, essas justificativas são a base para a realização de um trabalho mais aprofundado da dinâmica do rural no VS, mais especificamente para Novo Hamburgo e Rolante, estudos de caso que serão aprofundados neste trabalho.

A presente pesquisa também é motivada pela possibilidade da autora de dialogar com referências bibliográficas multidisciplinares, que buscam promover o rural em regiões urbano-industriais.

O estudo empírico na região tem como incentivo a escassez de um trabalho que considere o rural dessa região, ou seja, que não somente estude a região em uma perspectiva urbana-industrial, mas também contemple, ou avalie, a importância dessas zonas rurais e dessas atividades ligadas à agricultura. Da justificativa desta pesquisa, traçam-se assim os objetivos.

1.2 Objetivo Geral

Identificar e analisar os elementos que explicam a perenidade do rural no Vale do Rio dos Sinos (VS) em uma perspectiva de desenvolvimento rural.

1.3 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar a região do VS, com ênfase no setor primário da economia;

- b) Proceder ao levantamento da percepção sobre a agricultura na região, a partir de entrevistas com agentes institucionais e com agricultores;
- c) Proceder à caracterização econômica e social da agricultura da região e à identificação das causas que justificam sua permanência em uma região majoritariamente urbano-industrial;
- d) Analisar possibilidades de desenvolvimento rural.

De posse dos objetivos, tem-se como hipótese central: a permanência do rural na região do Vale do Rio dos Sinos se dá pelos seguintes motivos: (a) cultivo de fontes alternativas de renda às famílias cujos membros trabalham total ou parcialmente em outros setores da economia; (b) ambiente diferenciado e próximo dos grandes centros urbanos, criando amenidades ambientais; (c) demanda por produtos diferenciados nos mercados atacadista e varejista; (d) existência de comercialização diferenciada (feiras de produtores).

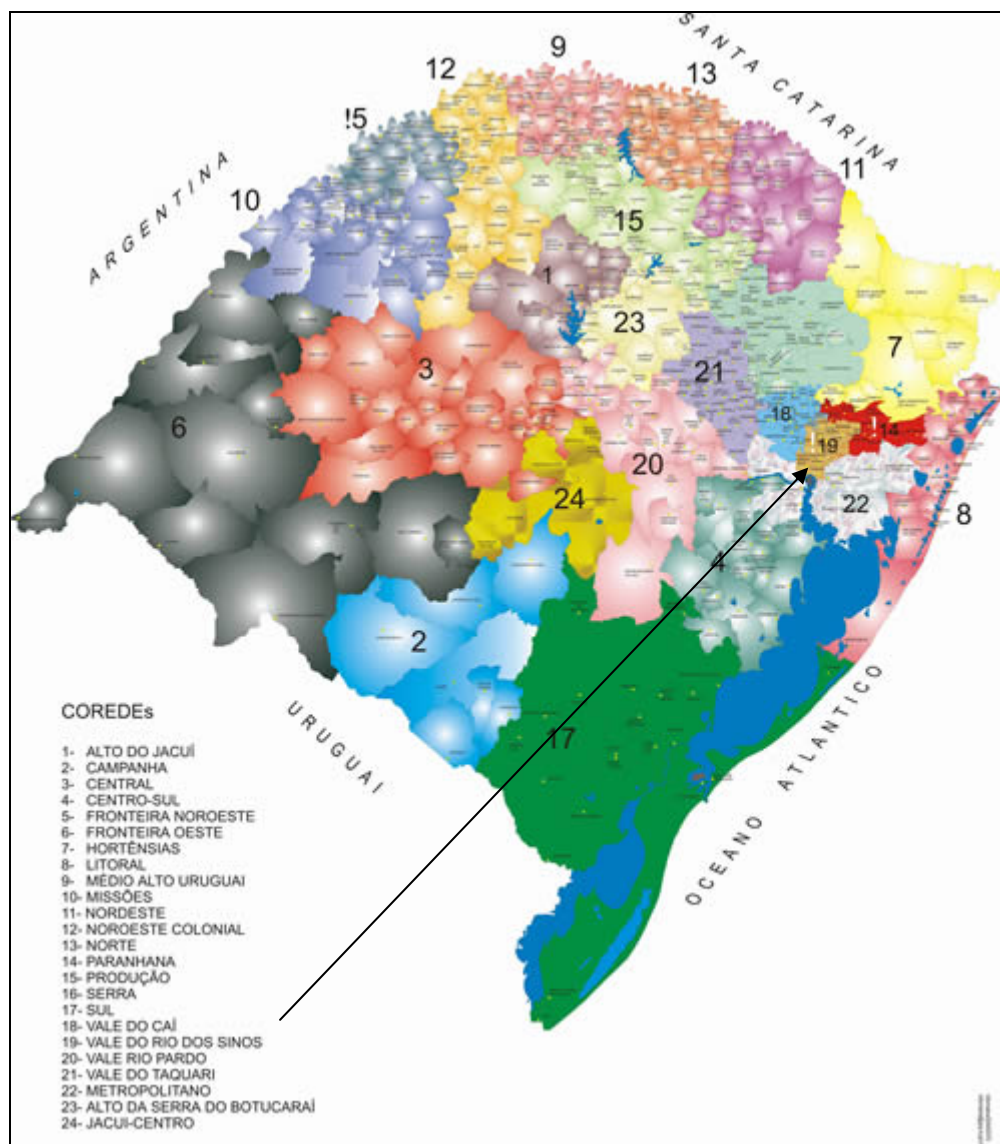
1.4 Métodos e procedimentos da pesquisa

Inicialmente, cabe recordarmos as principais atividades do meio rural do VS, conforme apresentado na parte introdutória deste trabalho. As atividades agropecuárias têm uma baixa contribuição na geração de riqueza em nível municipal. Ademais, na maioria dos municípios do VS é pequeno o valor adicionado da agropecuária, se comparado ao setor industrial e de serviços. As atividades no VS ligadas ao rural são diversificadas, compreendendo atividades mais intensivas (tais como produção de leite, ovos, suínos, mel, aves, etc), até atividades destinadas ao autoconsumo. Também se destacam a piscicultura e a criação de equinos, bem como a proliferação de sítios de lazer (para uso próprio do proprietário ou como empreendimentos de turismo rural).

Para melhor visualizar essas atividades nos municípios do VS, deve-se visualizar quais são os municípios que fazem parte dessa região. No caso da região do VS, há mais de uma divisão político-administrativa a ser considerada. Uma delas é o CONSINOS³, congregando

³ Os COREDEs (Conselho Regional de Desenvolvimento), tem como o objetivos: “I - formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional; II - avançar a participação social e cidadã, combinando múltiplas formas de democracia direta com representação pública; III - constituir-se em instância de regionalização das estratégias e das ações do Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul, conforme estabelece a Constituição do Estado; IV - avançar na construção de espaços públicos de controle social dos mercados e dos mais diversos aparelhos do Estado; V - conquistar e estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos do processo de desenvolvimento gaúcho; VI -

14 municípios, e outra, a Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos (AMVRS)⁴, a qual envolve 20 municípios. Os mapas, a seguir, mostram a localização dessas divisões representativas do VS no RS.

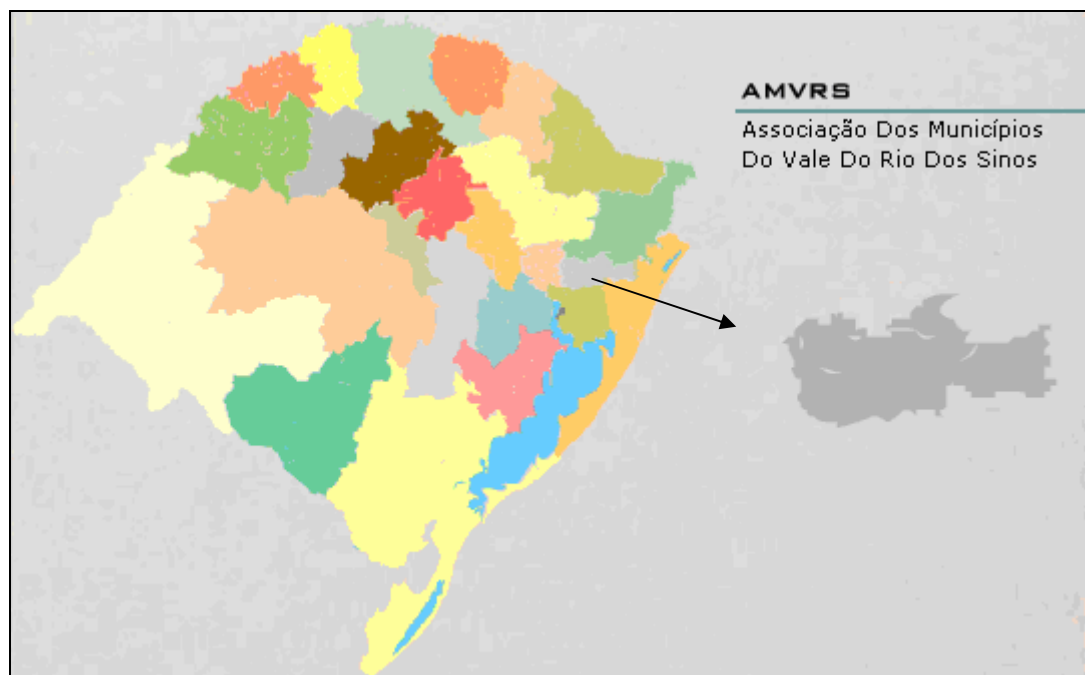


Mapa 2 – CONSINOS

Fonte: Rio Grande do Sul, 2005.

intensificar o processo de construção de uma organização social pró-desenvolvimento regional; VII - difundir a filosofia e a prática cooperativa de se pensar e fazer o desenvolvimento regional em parceria.” (RIO GRANDE DO SUL, 2005).

⁴ Segundo a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS). (FAMURS, 2005).



Mapa 3 –AMVRS

Fonte: FAMURS, 2005.

Convencionou-se abordar os municípios pertencentes às duas divisões político-administrativas. Ao fazer uso de apenas uma das divisões, alguns municípios do VS ficariam excluídos, o que não se trata do propósito do presente trabalho.

Nesse sentido, trabalhou-se com vinte e três municípios, como segue: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Igrejinha, Ivoti, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara e Três Coroas.

De posse desse rol de municípios, alguns requisitos foram seguidos para a escolha dos municípios da pesquisa de campo – Novo Hamburgo e Rolante - conforme será descrito na próxima seção.

1.5 Pesquisa de Campo: Escolha dos Municípios

Para a escolha dos municípios a serem trabalhados na pesquisa de campo, uma série de elementos foi considerada, conforme segue:

- a) Existência de escritório municipal da Emater/RS: pautou-se, inicialmente, pela seleção desses municípios. Isso porque o apoio dessa Instituição a pesquisas acadêmicas,

confere um suporte importante a ser considerado no momento da aplicação das entrevistas. Com isso, dos 23 municípios, parte-se de 20 municípios que possuem escritórios municipais da Emater, que são: Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Igrejinha, Ivoti, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara e Três Coroas;

- b) Segundo dados da Tabela 6, o valor adicionado agropecuário dos 23 municípios conjuntamente, no ano de 2002, foi de R\$ 132.281,00 (0,77%), contra R\$ 10.007.015,00 (58,45%) da indústria e R\$ 6.980.654,00 (40,77%) dos serviços. Do valor adicionado agropecuário do conjunto dos municípios do VS (R\$ 132.281,00), 13,54% (R\$ 17.913,00) se referem ao município de Rolante e 10,31% (R\$ 13.633,00), ao município de Novo Hamburgo;
- c) Segundo os dados das áreas urbanizadas, apontados na Tabela 1, Novo Hamburgo possui 24,43% considerada área urbanizada. Nesse caso, aproximadamente mais da metade são áreas que podem ser aproveitadas para cultivo agropecuário. No caso de Rolante, 1,63% é considerada área urbanizada, e o meio rural está distribuído no restante da área do município.

Ante o exposto, Rolante e Novo Hamburgo são os municípios mais representativos das atividades agropecuárias na região do VS. Ao basear-se, principalmente, em um dado econômico para a escolha dos municípios, outros elementos foram reconhecidos como representativos do rural do VS, com destaque para a localização desses municípios na região do VS. Cada município – Novo Hamburgo e Rolante - está distante entre si cerca de 60 km, sendo que Novo Hamburgo está mais próximo da capital Porto Alegre (distante 37 km). Nesse caso, Novo Hamburgo possui um acesso mais rápido a mercados consumidores de produtos agropecuários, em virtude da concentração populacional da RMPA. Para se ter idéia do crescimento populacional, a RMPA testemunhou um aumento de 105,9% de sua população, no período de 1970 a 1996, enquanto que o RS cresceu 44,6%. Rolante, por sua vez, está distante de Porto Alegre cerca de 91 km. O município tem outros tipos de mercados consumidores, em especial voltado à produção leiteira e à produção de vinhos. Este último, explora ainda o turismo rural.

Cabe, neste momento, uma apresentação dos dois municípios escolhidos para a pesquisa de campo.

1.5.1 Novo Hamburgo⁵

O município de Novo Hamburgo compreende uma área de 215,8 km² e uma população de 236.193 mil habitantes, em 2000.

Datam do século XVIII as primeiras povoações do município. Inicialmente, os imigrantes açorianos se instalaram na parte noroeste do município. Em 1824, os imigrantes alemães começaram a chegar na colônia de São Leopoldo e logo desenvolveram uma próspera sociedade rural. Pouco depois, surgiram pequenos núcleos urbanos nas colônias e uma delas ficava na área de *Hamburger Berg* (hoje, o bairro Hamburgo Velho), povoação que origina a área atual de Novo Hamburgo.

A cidade se emancipa de São Leopoldo em 1927 e, então, acelera sua industrialização, tornando-se um dos pólos econômicos do Vale dos Sinos, com destaque para a cadeia coureiro-calçadista.

Como complemento, referente ao município de Novo Hamburgo, identifica-se o levantamento realizado por Trindade (2005), no Quadro 1. Lomba Grande é considerada a zona rural do município de Novo Hamburgo, distante cerca de 15 km do centro da cidade.

Quadro 1 – Informações dos Principais Produtos Cultivados em Lomba Grande⁶

Produto	Hectares (mil)
Aipim e mandioca	0,65
Milho	1,1
Cana-de-açúcar	0,4
Hortaliças	0,25
Feijão	0,12
Soja	0,08
Fruticultura	0,28
Acácia negra	1,3
Eucalipto	2,4
Leite	9,5 mil litros/dia

Fonte: Trindade (2005, p. 2)

⁵ Baseado em Novo Hamburgo (2006).

⁶ Zona rural do município de Novo Hamburgo.

A seguir, apresenta-se o município de Rolante, como o segundo município a compor o estudo de caso do presente trabalho.

1.5.2 Rolante⁷

Em meados do ano de 1888, iniciou-se o povoamento da sede de Rolante⁸, localizado no atual município de Santo Antônio da Patrulha. De acordo com alguns historiadores, os tropeiros que levavam gado do Rio Grande do Sul para São Paulo se reuniam em Viamão para seguir a estrada geral de Cristóvão Pereira de Abreu, na direção do território paulista.

Em 1882, teve início a chegada dos primeiros imigrantes alemães, vindos das colônias velhas, que se dirigiam para Alto Rolante (hoje um dos distritos de Rolante). Sobre a formação étnica de Rolante, primeiramente chegaram os luso-brasileiros com o interesse de Portugal em povoar o Rio Grande do Sul. Os primeiros imigrantes ítalo-brasileiros chegaram a partir de 1890. Em 28/2/1955, Rolante emancipou-se de Santo Antônio da Patrulha. Rolante limita-se ao norte com São Francisco de Paula, ao sul com Santo Antônio da Patrulha, a leste com Riozinho e a oeste com Taquara. Rolante, apesar de fazer parte da AMVRS, também é conhecido por estar localizado no Vale do Paranhana ou na Região da Encosta da Serra.

Na próxima seção, apresentamos a metodologia utilizada no levantamento do estudo de caso.

1.6 O rural do VS: configuração da pesquisa de campo

Sobre o trabalho de campo, serão dedicadas, a seguir, observações sobre o tipo de pesquisa científica que subsidiou a presente dissertação.

Inicialmente, cabe destacar que o método científico inicialmente empregado, deu-se pelo processo mental da indução (método indutivo). Isso por que, uma vez partindo-se de dados particulares, quando analisados alguns casos de agricultores no VS, podem-se tirar

⁷ Baseado em Rolante (2006) e Schierholt (2004).

⁸ Por volta da década de 1730, quando de sua abertura, a estrada geral de Cristóvão Pereira de Abreu apresentava precárias condições de trânsito, embora fosse utilizada pelos viajantes que se dirigiam para o Norte. Segundo informações, Ilha Nova, na área do atual campo de futebol do Avante, em Rolante, era um dos locais de pouso dos tropeiros. José Maciel Júnior, historiador, descendente da região, fala do nome Rolante: “O nome Rolante proveio do fato de o arroio, que serve de divisa atualmente entre esse município e o de Santo Antônio da Patrulha, ser impetuoso e violento no período de suas cheias, levando tudo de roldão.” (SCHIERHOLT, 2004, p. 18).

conclusões cujo conteúdo seria mais amplo. Dessa forma, o presente trabalho partiu para uma pesquisa qualitativa, baseada em uma pesquisa de campo. Segundo Ruiz⁹ (2002, p. 50), “A pesquisa de campo consiste na observação de fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para posteriores análises.” Entre as técnicas para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista para a pesquisa de campo. Segundo Ruiz (2002, p. 51), a entrevista vem a ser um “[...] diálogo com o objetivo de colher, de determinada fonte, de determinada pessoa ou informante, dados relevantes para a pesquisa em andamento.”.

Nesse sentido, basicamente foram realizadas entrevistas de duas fontes. Uma delas são os agricultores dos municípios de Novo Hamburgo e Rolante. A outra fonte são os escritórios municipais da Emater. Assim sendo, a busca pela identificação e reconhecimento do rural do VS se apresenta em dois pontos complementares entre si: o agricultor e a instituição.

Como uma das primeiras atividades realizadas para a pesquisa de campo, foi realizado o levantamento do “rural” junto aos escritórios municipais da Emater dos municípios do VS. Foram contatados os 20 escritórios municipais da Emater atuantes nos municípios da região, com o objetivo de se realizar uma entrevista com os técnicos responsáveis e reconhecer a realidade rural desses municípios. O questionário utilizado nas entrevistas encontra-se no Apêndice A.

Em seguida, foi realizado o levantamento do “rural” junto aos agricultores de Novo Hamburgo e Rolante. Foram realizadas entrevistas com agricultores dos dois municípios. Em Novo Hamburgo e em Rolante, foram realizadas entrevistas com 5% dos agricultores de cada município. O questionário se encontra no Apêndice B. Cabe aqui destacar que esse trabalho tem por base a pesquisa qualitativa, conforme indica Minayo (1994, p. 43),

[...] uma pergunta importante neste item é ‘quais os indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado’. A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

De acordo com o que postula Minayo, a pesquisa de campo se baseou nos indivíduos que possuem a “vinculação” com o rural do VS. Explicando melhor, a pesquisa de campo vai ao encontro das pessoas que trabalham no meio rural do VS. Essas então são pessoas vinculadas ao problema que está sendo investigado. Conforme já enfatizou-se não se trata de um trabalho fragmentado, que buscou investigar apenas uma dimensão do rural. Buscou-se,

⁹ Bibliografia indicada na disciplina de Teoria e Prática da Pesquisa Científica, cursada no primeiro de semestre 2005. Trata-se de disciplina obrigatória para os alunos do curso de mestrado do PGDR/UFRGS.

também, analisar o nível institucional, no caso a Emater, e dela extrair as instituições envolvidas e as principais atividades vinculadas ao rural do VS.

Dessa forma, designou-se no escopo da metodologia do presente trabalho que se trata de uma pesquisa qualitativa, tendo como instrumento central o estudo de caso de dois municípios da região de estudo.

Vale, ainda, destacar que “O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos [...]” (CHIZZOTTI, 1991, p. 102). Dessa forma, os estudos de caso nos municípios de Novo Hamburgo e Rolante têm por objetivo serem uma referência significativa do todo. Uma vez que o caso é uma unidade significativa do todo, pode-se “[...] autorizar as inferências em relação ao contexto da situação analisada.” (CHIZZOTTI, 1991, p. 103). Como complemento, destaca-se que dada a proximidade entre os municípios e a troca de experiências entre os escritórios municipais da Emater, verificou-se que, uma vez entrevistados os agricultores dos dois municípios e somado às entrevistas com os agentes institucionais, esses municípios seriam representativos do rural da região. Isso se deve ao fato do meio rural dos demais municípios apresentar características similares aos municípios de Novo Hamburgo e Rolante.

Esta pesquisa está dividida em 5 capítulos, incluindo a introdução e as considerações finais.

O segundo capítulo constituiu-se de um resgate histórico da formação do VS, sua ocupação pelos imigrantes europeus. Também, será enfatizado o início da comercialização dos produtos coloniais, buscando estabelecer, um vínculo com as atividades agropecuárias que permanecem até hoje.

Logo após, o capítulo três tem por objeto buscar um referencial teórico que possa explicar o rural em áreas urbanas e economicamente reconhecidas por suas atividades industriais. De antemão, destaca-se que se trata de um referencial teórico multidisciplinar¹⁰. Inicia-se com a teoria da localização e sua relação com o VS. Logo após, serão abordados as contribuições da nova geografia econômica e o que tal referencial teórico tem a contribuir para a compreensão do rural do VS. Ademais, procurou-se entender o papel da paisagem enquanto aspecto importante para o meio urbano, estabelecendo a relação com o VS. Também, serão trabalhados termos (conceitos) que não necessariamente se constituem como

¹⁰ A preocupação de trabalhar-se com referenciais teóricos multidisciplinares está baseada primeiramente, pelo fato de o presente trabalho fazer parte de um Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar. Além disso, as inquietações expressas na introdução fizeram valer a busca por referenciais teóricos que ultrapassassem o entendimento do meio rural enquanto atividade econômica agropecuária.

referenciais teóricos, mas têm relação com as situações reconhecidas no meio urbano e rural do VS. Por fim, autores brasileiros que vêm pensando o rural (e sua definição) serão destacados no sentido de finalizar-se um conjunto de contribuições teóricas que possa responder ao problema de pesquisa. Os capítulos descritos – primeiro e segundo - compõem a primeira parte do trabalho.

Por fim, na parte II da pesquisa, serão apresentados os resultados do trabalho de campo, tanto institucional (com os escritórios municipais da Emater) como com os agricultores. Os resultados, em alguns casos, serão apresentados em tabelas, e em outros casos, serão apresentados ao longo do texto. As fotos disponibilizadas pela Emater e as fotos tiradas pela autora fazem parte do trabalho de campo, com vistas a ilustrar o VS no presente trabalho.

PARTE I

2 A REGIÃO DE ESTUDO: O VALE DO RIO DOS SINOS (VS)

O presente capítulo tem por objetivo fazer um resgate do histórico de formação econômica do Vale do Rio dos Sinos, a fim de contribuir com o entendimento da presença do rural em áreas urbanas e industrializadas.

2.1 Resgate Histórico

A região aqui estudada – o VS – foi a região, no Brasil, que recebeu os primeiros imigrantes alemães que passaram aí a instalar-se, na primeira metade do século XIX, a partir de 1824 (na Colônia de São Leopoldo). As terras que eram inaproveitáveis para a pecuária sulina¹, tornar-se-iam um espaço de comunicação entre a campanha e o centro do país.

Segundo Waibel (1958) apud Singer (1977a, p. 156), o governo imperial decidiu localizar a colonização nesta área para facilitar e tornar mais segura as comunicações entre o Sul e o resto do país. Para Singer, iniciou-se, com isso, a colonização alemã no RS, com a fundação de São Leopoldo, ao norte de Porto Alegre.

Do ponto de vista dos europeus,

Ao longo do século XIX e no início do século XX, países europeus, em processo de concentração de capital, a fim de viabilizar a industrialização, com alta densidade demográfica e conseqüente número de desempregados, utilizaram a emigração como um dos meios de aliviar tensões sociais internas. Os emigrantes ainda seriam forte mercado consumidor das manufaturas de seus países de serem transferidos às suas terras natais posteriormente. (MOURE, 1980, p. 94).

Segundo Singer (1977a, p. 154), a colonização européia de áreas desse território resulta de: (a) o capitalismo avança na Europa e produz um excedente populacional, e parte da

¹ Segundo Singer (1977a, p. 142), a diferença entre a região norte e a região sul do Estado RS acabaram por definir ao sul estabelecimentos de vastos latifúndios; ao norte, estabelecimentos agropastoris menores. Isso se deve ao relevo irregular. Ao sul, mais plana, com vegetação de campos em grande parte de sua superfície; ao norte, áreas elevadas e relevo acidentado.

população emigra; (b) interesses capitalistas em financiar essas colônias em países novos; (c) necessidade de diversificar a produção no sentido de escapar da dependência econômica.

Mais especificamente, da Resolução do Governo Imperial de 31 de março de 1824, pode-se verificar o sentido que os imigrantes alemães trariam para a região:

Esperando-se brevemente nesta corte uma colônia de alemães, a qual não pode deixar de ser reconhecida de utilidade pública para este Império, pela superior vantagem de se empregar gente branca e industriosa, tanto artes como na agricultura, e constando a Sua Magestade o Imperador que o terreno em que se acha o estabelecimento de linho cânhamo [...]. (SCHRÖDER, 2003, p. 58).

Segundo Schröder (2003), além da produtiva economia pecuária, o governo buscou estimular a agricultura, notadamente o cânhamo e o trigo. O Governo Imperial se comprometeu a conceder gratuitamente, como propriedade livre, cavalos, bois, vacas, ovelhas e porcos. Essa concessão era dada a cada colono ou em proporção ao tamanho das famílias dos colonos.

Explicando melhor, os imigrantes (estrangeiros) vinham interessados por uma política governamental² que tinha como propósito, formar colônias que produzissem alimentos para o consumo interno. Segundo Lando e Barros (1981, p.20)

Localizavam-se próximas de um centro urbano, mas suficientemente distantes das áreas da grande propriedade, de modo a não apresentar uma ameaça a sua hegemonia política e econômica. Recebiam terras do governo imperial, as quais exploravam de modo independente, dedicando-se primeiramente à agricultura e à suinocultura. (LANDO; BARROS, 1981, p. 20).

Nesse sentido, procurava-se, naquela época, abastecer-se tanto os centros urbanos próximos como outras regiões do BR. Esse abastecimento resumia-se, principalmente, a gêneros alimentícios de que mais necessitavam a população.

[...], a opção feita pela política de colonização no Rio Grande do Sul – pequena propriedade rural – prende-se ao próprio componente desta colonização: o elemento alemão que migrava era, ipso facto, desprovido de condições econômicas que lhe propiciassem a instalação, por conta própria, de um empreendimento de maior vulto. [...] Por outro lado, embora não tenha chegado ao nível de consciência da classe dominante, a introdução da pequena propriedade representou uma modificação na estrutura agrária do Rio Grande do Sul, dando origem, posteriormente, a certos setores da classe média. (LANDO; BARROS, 1981, p. 84).

Dessa forma, a política colonizadora da Província tinha como objetivo

1) evitar a concentração da propriedade, proibindo a concessão de mais um lote à mesma pessoa e a transferência das glebas antes da totalização de seu pagamento;

² Cabe aqui destacar que entre 1830 e 1844, a imigração européia cessa completamente por motivos políticos, por pressão dos fazendeiros que eram contra a política de colonização, pois a comparavam com a política abolicionista preconizada pela Inglaterra. Nesse período, foram cortadas as verbas à colonização do orçamento imperial.

2) as áreas concedidas deveriam ser efetivamente exploradas; 3) o colono deveria morar no seu lote de terra, explorando-o pessoalmente ou através da produção familiar. (LANDO; BARROS, 1981, p. 23).

Tal observação traz consigo a origem da formação e da divisão das terras no Vale do Rio dos Sinos, como também a formação das pequenas propriedades rurais.

Além da característica das pequenas propriedades, Lando e Barros (1981) também apontam a policultura para a economia de subsistência como outra característica dos imigrantes alemães no início de sua colonização. Com isso, essa organização produtiva muitas vezes acarretava um isolamento dos imigrantes, fato que sofre alterações somente no século XX, com a urbanização.

É somente no século XX, a partir da urbanização, com o desenvolvimento e alargamento de funções dos centros urbanos, que se verifica uma verdadeira integração dos alemães à sociedade rio-grandense, ao nível econômico, social e político. (LANDO; BARROS, 1981, p. 61).

Ante o exposto, através das contribuições de Lando e Barros (1981), poder-se-ia traçar três fases da imigração alemã e do desenvolvimento das colônias. Para Moure (1980), as fases são assim divididas: 1824 a 1840; 1840 a 1870 e 1870 a 1900.

A primeira fase compreenderia a localização dos imigrantes, a definição dos lotes, o desmatamento dos lotes e a iniciação da agricultura de subsistência. Em outras palavras, dentro do contexto da economia de subsistência, essa primeira fase envolvia a organização da produção e também a importação de alguns manufaturados necessários. “Constituíam-se assim em unidades fechadas, onde predominava a policultura altamente diversificada em função das necessidades de consumo, verificando-se desta forma uma certa autonomia familiar.” (LANDO; BARROS, 1981, p. 81).

Ainda sobre a primeira fase, Fouquet (1974) nos apresenta as atividades iniciais dos colonos.

O primeiro trabalho do homem do campo, do colono como quase em toda a parte, foi o de derrubar a mata até chegar às campinas do planalto. Com o machado cortava as árvores e com a foice podava as macegas e trepadeiras. [...] Assim ia o agricultor aproveitando sucessivamente a maior parte de suas terras, mas sempre preservava alguma mata. Conforme o clima, eram cultivados o milho, a cana de açúcar, o aipim, a batata doce, [...], o feijão, a alfafa e o fumo. (FOUQUET, 1974, p. 139).

Na segunda fase, tem-se uma expansão da agricultura que acaba possibilitando a comercialização do excedente. Os excedentes comercializáveis eram produzidos e muitas vezes trocados por produtos necessários ao consumo dos colonos. Para Singer (1977a), nessa primeira fase (até mais ou menos 1860), Porto Alegre constitui-se como um mercado de consumo dos excedentes agrícolas de São Leopoldo.

“Na terceira fase, verifica-se uma especialização na produção de certos produtos comercializáveis, que terão mercado na Capital e em outros Estados.” (LANDO; BARROS, 1981, p.81).

No último período, ocorre uma mudança da hegemonia econômica do RS do sul para o norte, do latifúndio (pecuária) para as pequenas propriedades (lavoura). Os produtos da lavoura passam a assumir um papel exportador, assim como a carne e o couro que vinham do sul até então³. Para Singer (1977a), a agricultura colonial está mercantilizada (em grau expressivo) por volta de 1890/1900.

O que se verifica na economia das colônias é uma transformação verdadeiramente revolucionária, ou seja, a passagem a produção de subsistência, com sua estabilidade baseada na auto-suficiência, com sua policultura altamente diversificada em função das necessidades de consumo e com sua técnica de produção rotineira e inalterável, para a produção comercial, com sua dependência de condições do mercado nacional e com suas técnicas de produções sujeitas a alterações inesperadas na luta pelo rebaixamento dos custos de produção. [...], o fator mais geral que está por detrás de todo o processo de transformação é outro; é o da existência de mercado para a produção colonial rio-grandense. (SINGER, 1977a, p. 169).

Todo esse processo de colonização faz da história da região do Vale do Rio dos Sinos uma história que se iniciou economicamente na agricultura, para subsistência daqueles que se instalaram. Os desencadeamentos que ocorreram fizeram com que os produtos se tornassem comercializáveis, ampliando o mercado consumidor dos produtos coloniais.

Num contexto mais amplo, Moure (1980) aponta o RS como resultado de um processo histórico relacionado aos interesses e necessidades do mercado interno brasileiro.

Com a mineração, no século XVIII, as estâncias passaram a ocupar a campanha rio-grandense, fornecendo gado em pé como força de tração ao transporte dos metais preciosos do interior das Minas Gerais aos portos marítimos de São Paulo e Rio de Janeiro. Decadente a mineração, o Brasil, [...], redefine sua função agroexportadora com base na lavoura cafeeira. Neste período, o Rio Grande do Sul teve duas alternativas: (a) a charqueada como preparação da carne a fim de atender a alimentação da escravaria do centro do país; e (b) a produção tritícola açoriana, cuja colonização, próxima de Porto Alegre, com base na produção para subsistência de médios proprietários, começou a oferecer um excedente de produção comercializável. (MOURE, 1980, p. 93).

Além disso, a agricultura colonial conquista mercados junto à São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Segundo Singer (1977a, p. 169), a economia cafeeira (no seu auge por volta de

³ Dentro desse contexto, Porto Alegre assume uma função comercial entre as zonas da colônia e as zonas da campanha. “Na medida em que as colônias passavam à fase da agricultura comercial, um número crescente de liames econômicos iam-nas unindo à capital. É a partir desta que se distribuem os produtos importados consumidos nas colônias. E é para ela que se encaminham os produtos a serem exportados.” (SINGERa, 1977, p. 164).

1890-1900) praticava alguma agricultura de subsistência, porém não era suficiente e tampouco produzia excedentes para abastecer as populações urbanas.

Porém, essa situação vantajosa que a agricultura colonial se encontrava não iria durar por muito tempo, tendo em vista uma série de fatores que não contribuíram para o desenvolvimento da colônia. Primeiramente, tal fato se deve a fatores externos como a entrada dos produtos advindos de áreas que eram utilizadas pelo café, que, com sua crise nos anos 30, passa a liberar terras para cultivo de outras lavouras. Quanto aos fatores internos, o modo de produção dos colonos alemães não proporciona o desenvolvimento e um melhor aproveitamento das terras (queimadas; falta de adubação; falta de utilização de esterco animal; falta de rotação das culturas) (SINGER, 1977a, p. 191). Somado a isso, a falta de capacidade de acumulação de capital da pequena propriedade ocasiona a falta de investimentos e aprimoramentos produtivos, no sentido de aumentar as quantidades produzidas e fortalecer seu espaço junto aos mercados consumidores.

Dentro desse contexto, passa a surgir o desenvolvimento da industrialização na região, como conseqüência de uma mão-de-obra (os colonos alemães) que tinha conhecimento e experiência em atividades manufaturadas advindas de seus trabalhos na Europa. “Até o início do século XIX Alemanha manteve-se essencialmente rural. A revolução agrícola e demográfica que ocorre neste século servirá de fator propulsor ao desenvolvimento do processo de industrialização.” (LANDO; BARROS, 1981, p. 12-13).

Ademais, a industrialização que se desenvolve mais fortemente a partir de 1870 “[...] cria uma situação tal que os pequenos artesãos não chegam a competir com as forças econômicas em ascensão. Irão juntar-se às fileiras dos que deixam o país buscando no Novo Mundo melhores condições de vida.” (LANDO & BARROS, 1981, p. 14).

O resgate histórico até então apresentado teve por objeto entender a região do VS enquanto política de ocupação dos imigrantes europeus que se instalaram na região. Segundo Roche (1969), as colônias alemãs geralmente praticavam a policultura quando se tratava de atividades agrícolas. Mas não somente as atividades agrícolas. A expansão das atividades industriais se dava em diversos ramos especializados, aliado à manutenção da atividade agrícola (nem que fosse somente para subsistência). Com isso, a região do VS se apropriou do mercado consumidor regional, nacional e internacional (este último, quando do auge das exportações de calçados, em especial nas décadas de 1970 e 1980). Percebe-se, com esse resgate histórico, que o VS está estrategicamente localizado, quando se analisa a comercialização de seus produtos. Ademais, essa localização estratégica parece ter sido

identificada cedo e até hoje ainda é explorada. Tal afirmação é baseada ao analisar-se os dados obtidos na pesquisa de campo, a respeito da comercialização dos produtos.

A seguir, será trabalhado o capítulo da referência teórica que se aplica ao problema de pesquisa da presente dissertação.

3 O RURAL EM ÁREAS URBANAS E INDUSTRIAIS: REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

O presente capítulo tem por objetivo buscar matrizes teóricas que tratam do rural em áreas urbanas e industrializadas. Sobretudo, tais referenciais se aplicam ao entendimento dos motivos pelos quais o rural permanece em áreas majoritariamente urbano-industriais.

3.1 A Teoria da Localização e a Nova Geografia Econômica: um panorama geral

De início, se faz necessário resgatar algumas características particulares do VS, decorrentes de sua localização. Entre elas, pode-se destacar (i) a proximidade com a RMPA; (ii) o acesso a mercados consumidores para produtos da região; (iii) a concentração industrial e de serviços, implicando na concentração populacional, pela necessidade de mão-de-obra na região¹; por fim, (iv) a perenidade do rural na região.

Dentro desse contexto, as contribuições acerca da Geografia Econômica permeiam também a análise espacial (*spatial analysis*) e os estudos que compreendem o termo “região”. O trabalho de Scott (2000) faz uma conjunção dessas questões, munindo-se da história e de fatos recorrentes acerca do desenvolvimento econômico, com o objetivo de traçar a evolução e possíveis implicações na contribuição teórica da Geografia Econômica desde a década de 1950.

Destaca-se, ainda, que o período pós-Segunda Guerra Mundial traz consigo uma série de inovações nos modelos produtivos, com ênfase na indústria de produção em massa (Fordismo), para atender às demandas do mercado consumidor que se ascendiam e se consolidavam no referido período.

¹ Trabalho desenvolvido por Moraes e Serra (2006) apresenta resultados sobre a qualidade de vida das pessoas nas grandes metrópoles do Brasil. O trabalho aponta (através de dados do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH) que o dinamismo das grandes metrópoles já não é mais capaz de proporcionar uma melhora na qualidade de vida de sua população. Os autores ensejam uma “involução metropolitana” através de um desenvolvimento econômico descentralizado, na medida em que os centros urbanos atinjam um ponto ótimo “aglomerativo”. E não somente “ótimo” do ponto de vista econômico, mas também de qualidade de vida. O trabalho de Mata et al. (2006) apresenta características similares ao estudar o aumento do tamanho das cidades, comprovando que a qualidade de vida dos indivíduos deteriora-se.

No mesmo sentido, as cidades e as zonas urbanas também apresentavam sua ascensão, crescendo em diferentes direções e em distintas formas. Disso, resultam diversos problemas de localização, de desenvolvimento espacial, transportes, entre outros, que passam a chamar a atenção de geógrafos e economistas (SCOTT, 2000, p. 486). Isso significa, em outras palavras, que as cidades e as regiões passaram a se expandir em diferentes caminhos. Como efeito, surgiu a preocupação dos estudiosos sobre a questão, ou seja, sobre como as atividades econômicas se alocam no espaço, em determinada região, por exemplo.

No entanto, deve-se resgatar a idéia de que essa problemática foi apontada em estudos pioneiros da teoria da localização, com destaque para as contribuições de Johann Henrich Von Thünen (1783-1850). De acordo com sua obra “*The Isolated State*” (1826), Von Thünen foi o primeiro a sistematizar os fatores da dinâmica econômica espacial, através de seu modelo de uso da terra. (apud ISARD, 1949).

Mas o que as contribuições de Von Thünen possuem de relação com a Economia Geográfica? A partir de Isard (1949, 1951, 1956, 1969, 1975), tem-se uma pista para tal entendimento, o qual percebe, na década de 1950, as contribuições de Von Thünen como subsídios a serem resgatados e aprofundados. No contexto mais atual e contemporâneo, Fujita e Krugman (2004) e Fujita, Krugman e Venables (2002) trabalham os conceitos de espaço e distância dentro da chamada “Nova Geografia Econômica” (NGE).

3.2 O resgate das contribuições da Teoria da Localização no Período Pós-Segunda Guerra Mundial

Na teoria econômica, a noção de espaço, tempo e distância passam a ser mais aprofundados no período pós-Segunda Guerra Mundial. Uma explicação para isso, apontada por Isard (1949), é que esses seriam elementos (espaço, tempo e distância) importantes que deveriam ser considerados em qualquer teoria econômica. O fato pelo qual esses elementos surgem no referido período, ocorre pelo resgate das contribuições de Von Thünen, que até então não haviam sido traduzidas do alemão², datado originalmente da primeira metade do século XIX (1826).

² Conforme citado por Samuelson (1983, p. 1469-1470), os autores que se debruçaram no entendimento das contribuições de Von Thünen foram Arthur H. Leigh (1946); Horst C. Reichtenwald (1973); Edgar Salim (1958); Eric Schneider (1934), Mark Blaug (1979), entre outros. Adiante, adentrar-se-á na contribuição de Blaug (1979), no sentido de se apossar da teoria da localização sob a égide de Von Thünen.

O modelo Von Thünen (apud Isard, 1949, p. 484) é

[...] a uniform plain with equal fertility and possibilities for agricultural production at all points, at the center of which lies a city possessing potential transport facilities of similar character in all directions [...]. Production aligns itself around the city in rings in accordance with the price at transport cost of each particular product cultivated.³

Em outras palavras, a teoria da localização sob a égide da leitura de Von Thünen prevê a idéia de anéis concêntricos de produção agrícola no entorno da cidade, com o objetivo de suprir às necessidades alimentares da mesma. Também, pressupõe-se que os custos de transportes tendem a ser compatíveis com a distância. Ante o exposto, a Figura 2 tem por objetivo ilustrar a idéia de anéis concêntricos.

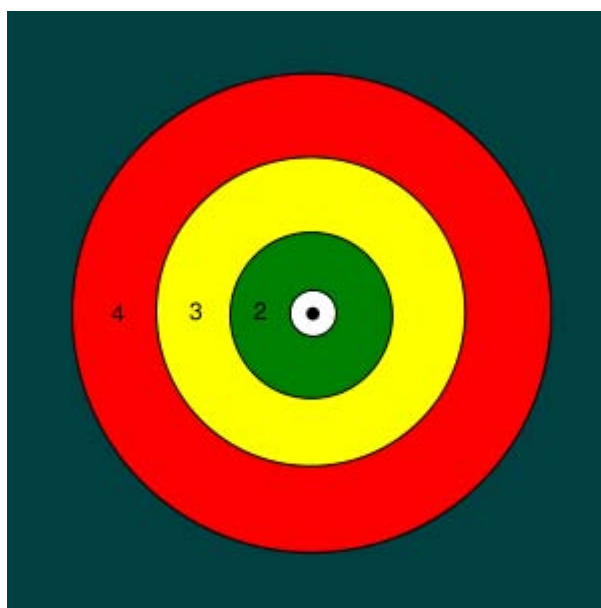


Figura 2 – O Modelo de Von Thünen

Fonte: O modelo de Von Thünen (2006).

Segundo a Figura 2 o ponto negro no centro representa a cidade. O círculo branco representa a produção rural para consumo diário. O anel verde representa florestas e produção de combustível. O anel amarelo significa a produção de grãos. O vermelho, estabelecimentos de produção de maiores proporções. A zona negra, considerada a uma zona mais selvagem, é onde a produção agrícola não é lucrativa, dada a distância.

³ Tradução da autora: uma planície uniforme com fertilidade e possibilidades iguais para a produção agrícola em todos os pontos, no centro de que se encontra uma cidade que possui facilidades potenciais de transporte em todos os sentidos [...]. A produção alinha-se em torno da cidade nos anéis de acordo com o preço do custo de transporte de cada produto particular cultivado.

De acordo com Fujita, Krugman e Venables (2002, p. 33), o modelo de Von Thünen é “[...] uma análise engenhosa e bem aprofundada.”. Para os autores, a tarefa de se decidir o que, e onde plantar, não é uma tarefa fácil: “[...] alocando um acre de terra próxima à cidade para um tipo de plantação, você indiretamente afeta os custos de distribuição de todas as outras plantações, porque você as força a serem cultivadas mais longe.”. Isso faz surgir os anéis concêntricos, já descritos anteriormente. Mesmo que os produtores agrícolas, nos diferentes anéis, não saibam o que os outros estejam fazendo, esse fato mostra que se tem assim uma concorrência não planejada entre os fazendeiros/produtores.

[...], a concorrência não planejada alocará as plantações às terras de modo a minimizar o custo combinado total de produzir e transportar as colheitas – sem incluir o aluguel da terra. Isto é certamente o melhor exemplo da ‘mão invisível’ que você poderia querer. (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2002, p. 33).

Mesmo sendo um modelo que se refere, majoritariamente, à localização agrícola, Von Thünen foi também um ponto de partida para o entendimento da localização industrial. Ainda hoje, o modelo é bastante aplicado, em especial em Economia Urbana (CLEMENTE, 1994). Segundo Clemente (1994, p. 91), Von Thünen: “[...] considera um centro de mercado e uma região agrícola homogênea e isótropa que o circunda. Procura, então, explicar o padrão de distribuição das atividades agrícolas.”.

Um outro trabalho que ajuda a entender o ressurgimento das contribuições de Von Thünen é o texto de Blaug (1979). Qual a explicação, segundo Blaug, para as contribuições de Von Thünen serem ignoradas pela comunidade científica até meados do século XX? Uma das respostas atribuídas por Blaug foi, em 1935, a definição de Palander, que atribui à Alfred Weber a origem às pedras fundamentais da teoria da localização. Com seu texto intitulado “*On the Location of Industries*”, datado de 1909, Weber foi além da teoria de Von Thünen, incluindo elementos da localização da indústria. Em 1937, Edgar Hoover utiliza em seus trabalhos elementos espaciais aplicados a casos da indústria de couro e calçado (BLAUG, 1979).

O modelo de Weber, por sua vez, procura estabelecer “o conceito de fator locacional como uma economia de custo que a indústria pode obter ao escolher a localização” (CLEMENTE, 1994, p. 93). Nesse sentido, os fatores se separam em regionais e em aglomerativos/desaglomerativos. Os fatores regionais explicariam a opção locacional entre as regiões. Os aglomerativos/desaglomerativos explicariam a centralização (ou dispersão) da indústria em determinada região.

Com maior ênfase (e nítido apreço), Samuelson (1983, p. 1468) considera as contribuições de Von Thünen como inovadoras e as compara a outras teorias similares.

*Among geographers and location theorists, Thünen is a founding God. What John Bates Clark did at the end of the nineteenth century in formulating a theory of distributive shares, in terms of the marginal productivities of factors of production, Thünen had already done in the 1842 and 1850 installments to his original 1826 *The Isolated State*.⁴*

É interessante notar nessa trajetória o surgimento dos elementos de espaço aplicados à teoria econômica. Novamente, o fato de Von Thünen não ter tido o reconhecimento se deve ao fato de seus escritos terem se restringido ao público de língua alemã, não influenciando, portanto, a leitura de seus trabalhos pelos economistas anglo-saxões da primeira metade do século XX. O modelo de produção em massa (Fordista), adicionado à reconstrução da Europa pós-Segunda Guerra Mundial, bem como o crescimento econômico pujante no período, ocuparam a agenda dos teóricos à época.

De qualquer forma, tal como enfatiza Blaug (1979), elementos espaciais, distância e o custo de transporte não tiveram a importância até o momento em que tais variáveis passaram a ser consideradas e entendidas como vitais para a compreensão do desenvolvimento econômico das sociedades contemporâneas. Outrossim, Blaug fornece dois motivos do porquê da teoria da localização originada dos alemães ter ficado por tanto tempo obscurecida: (1) pela aplicação da teoria à realidade dos alemães (em termos de características físicas do transporte ou da natureza) ou (2) pela negação da teoria fora da Alemanha?

O que Fujita e Krugman (2004) trazem como elemento essencial para a maior aplicabilidade das contribuições de Von Thünen é o sistema de transportes, os quais, em sua época, ainda não eram desenvolvidos, tão pouco organizados. Com o surgimento dos sistemas ferroviários, a lógica das concentrações das atividades econômicas passa a ser por eles norteados: “[...] *railways will make an important contribution to the development of the large towns, and that, but for the fact that railways will promote also the prosperity of the rural districts surrounding the provincial towns, the latter would decay in consequence.*” (VON THÜNEN, 1826 *apud* FUJITA; KRUGMAN, 2004, p. 155). Com efeito, Fujita e Krugman (2004) debruçam-se sobre essa observação de Von Thünen, procurando estabelecer semelhanças à nascente NGE. Essa, por sua vez, confere ao desenvolvimento tecnológico dos

⁴ Tradução da autora: Entre geógrafos e teóricos da localização, Thünen é um Deus. O que John Bates Clark fez, no fim do século dezenove, ao formular uma teoria de distribuição dividida, nos termos da produtividade marginal dos fatores da produção, Thünen tinha feito já em 1842 e 1850, de seus originais de 1826 intitulado “*The Isolated State*”.

⁵ Tradução da autora: as estradas de ferro farão uma contribuição importante ao desenvolvimento das cidades, mas também o fato de promover os distritos rurais que cercam as cidades provinciais, este último terá um declínio como consequência.

transportes um importante fator explicativo à aglomeração/concentração das atividades econômicas, configurando-se, assim, nos grandes centros urbanos.

Para finalizar a presente seção, e antes de aprofundar-se no debate da aplicabilidade da teoria da localização, no caso da América do Norte, deve-se apontar uma limitação do modelo de Von Thünen. Segundo Fujita, Krugman e Venables (2002), o modelo supõe a existência de uma cidade ou região comercial central, ou seja, o uso da terra é determinado por uma cidade preexistente. Em outras palavras, com a existência de determinada cidade ou região comercial, o uso da terra se dará conformemente nos anéis concêntricos. Na prática, complementa-se “[...] o modelo de Von Thünen com pelo menos o esboço de uma teoria de aglomeração baseada em economias externas.” (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2002, p. 34).

Após apresentado o modelo de Von Thünen e suas origens históricas e contributivas para a teoria da localização, a próxima seção procurará aplicá-la para o caso da América do Norte.

3.3 A Teoria da Localização: o caso da América do Norte

Tornou-se importante, na tarefa de se buscar um referencial teórico para “explicar” o rural no VS, apossar-se de casos empíricos. Pretende-se, com tal escolha, visualizar a real contribuição da teoria da localização, por meio de estudos que buscaram aplicá-la para algum exemplo prático. North (1955) procedeu justamente dessa forma: aplicar a teoria à América do Norte.

North (1955) reexamina a teoria da localização e do crescimento econômico regional e sua aplicabilidade nos Estados Unidos da América (E.U.A.), tendo em vista a pouca exploração da teoria em estudos regionais. “*A fundamental difficulty has been that the theory of regional economic growth has little relevance for the development of regions in America*”⁶. (NORTH, 1955, p. 243).

A partir da análise da teoria da localização para o caso da América do Norte, alguns espaços dos E.U.A. têm características diferentes se comparadas aos fatores que levaram à construção da teoria da localização. Isso quer dizer que nem todos os fatores que levaram à construção da referida teoria se replicam para o caso da América do Norte. Conforme

⁶ Tradução da autora: Uma dificuldade fundamental foi que a teoria do crescimento econômico regional tem pouca relevância para o desenvolvimento das regiões na América.

apontado por North (1955, p. 244), destacam-se as regiões que: (1) encontram-se dentro de um sistema capitalista e que tiveram significativo crescimento econômico, considerando que os fatores de produção têm relativa mobilidade; (2) cresceram sem a imposição estrutural proveniente de uma pressão populacional.

Segundo North (1955), referindo-se à teoria da localização, as regiões tenderiam a passar por uma seqüência de estágios em seu desenvolvimento:

1º) Fase da economia de subsistência, com pequeno investimento e troca;

2º) Com as melhorias nos transportes, a região realizaria trocas locais com certa especialização. “[...] *the new ‘industrial superstructure’ is located with reference to that ‘basic stratum’*.” (NORTH, 1955, p. 244);

3º) A região comercializaria com outras regiões e a agricultura aumentaria a produção de grãos e cereais, frutas, horticultura, etc;

4º) Com o crescimento da população e a redução nos ganhos (decrecentes) da agricultura, a região é forçada a se industrializar-se⁸. Nas primeiras fases da industrialização, ela é baseada em produtos provenientes da agricultura e inclui atividades de processamento de alimentos, manufaturas de produtos em madeira;

5º) Um estágio final seria a especialização da região e a exportação de seus produtos.

Porém, para North (1955), a aplicação desses estágios⁹ não se aplica na América do Norte, pois não se verificaria essa seqüência no desenvolvimento econômico. Esses estágios indicam um modelo de como as regiões deveriam crescer, enquanto a teoria do crescimento regional deveria claramente focar-se nos fatores críticos que promovem ou impedem o desenvolvimento (NORTH, 1955, p. 245).

Segundo North, têm-se ainda as seguintes razões pelas quais a teoria (em estágios) não se aplicaria à América do Norte:

- Exploração de bens e produtos foi a principal causa de sua ocupação (envio de mercadorias para a Europa), não havendo os estágios de subsistência, por exemplo. Tinha-se, sim, certa economia de subsistência,

⁷ Tradução da autora: a nova super estrutura da indústria está localizada em referência à estrutura (camada) básica.

⁸ Poder-se-ia perguntar a respeito de outros casos, como para países do continente africano, por exemplo. Não é objetivo de o presente trabalho deter-se nessa questão. Talvez o fato de em 1885 ocorrer a partilha do Continente Negro pelos estados europeus na Conferência de Berlim (com objetivo de organizar a ocupação da África) fez com que um desenvolvimento da África não possa ser entendido dentro de estágios. O continente foi “dividido” entre domínios da Espanha, Itália, França, Reino Unido, Alemanha, Portugal e Bélgica.

⁹ Cabe fazer uma menção à Walt Whitman Rostow, economista americano que também sistematiza o desenvolvimento econômico em etapas. Ele propunha as cinco etapas do desenvolvimento econômico: sociedade tradicional, pré-condição para o arranco, o arranco, marcha para a maturidade, a era do consumo em massa e o além do consumo (ROSTOW, 1964).

mas para North, isso não é relevante para o desenvolvimento econômico da região. Tal questão fica expressa na passagem de North (1955) que afirma que a produção para auto-consumo não chega a caracterizar o desenvolvimento da agricultura contemporânea.

- Por outro lado, alguns segmentos se especializaram, iniciando-se as exportações dos E.U.A. para outros países, como é o caso da farinha e da madeira. Nesses casos, o crescimento da região estaria relacionado às exportações.
- Dessa forma, não se verificou crescimento gradual baseado na economia de subsistência (ou em estágio, como propõe a teoria da localização).
- Nas regiões onde as exportações predominaram, outras instituições (centros de pesquisa, universidades, laboratórios, etc.) fizeram com que se desenvolvesse ainda mais a base exportadora da região. *“Clearly the export base plays a vital role in determining the level of absolute and per capita income of a region.”*¹⁰ (NORTH, 1955, p. 250).
- Por outro lado, isso denota também a dependência de que tais regiões têm dos mercados com os quais ele se relaciona (exporta). *“Clearly regions that specialize in a few products with high income elasticities will have more violent fluctuations in income than more diversified regions.”*¹¹ (NORTH, 1955, p. 250).

A partir da economia de subsistência apontada pela teoria da localização, North discorda de que nos E.U.A. tenha ocorrido essa evolução gradual. Pelo contrário, o desenvolvimento da região dependeu da sua capacidade de produzir itens que pudessem ser exportados (NORTH, 1955).

Como se percebe, a base exportadora tenderia a tornar a região mais desenvolvida, desempenhando um papel histórico no desenvolvimento econômico da América do Norte. Por intermédio do desenvolvimento de algum artigo que pudesse ser exportado, refletia-se assim uma vantagem comparativa nos custos relativos da produção, incluindo custos de transferência (NORTH, 1955).

Além das exportações dos produtos primários e a importância dessa atividade para o desenvolvimento das regiões, North elucida o estágio da industrialização como difícil, sendo

¹⁰ Tradução da autora: Claramente se verifica que a base exportadora tem um papel vital na determinação do nível absoluto e per capita de uma região.

¹¹ Tradução da autora: Claramente as regiões que se especializaram em alguns produtos com elasticidade-renda elevadas tiveram maiores flutuações na renda do que em regiões mais diversificadas.

que o coloca também como passível de questionamentos. Tal questionamento estaria fundamentado “[...] na noção de que, com o aumento da população e da diminuição dos rendimentos da indústria extrativa, a mudança para a manufatura é o único modo de manter o crescimento sustentado (medido em termos do aumento da renda per capita).” (NORTH, 1977, p. 305).

Para North, essa análise estaria distorcida, pois o desenvolvimento da indústria se daria automaticamente pela base exportadora, como resultado das altas rendas recebidas dos produtos de exportação. O que North propõe é o entendimento de que nem toda a região precisaria industrializar-se para crescer. Somado à isso, o autor enfatiza que:

Uma grande quantidade de indústria secundária (e terciária) se desenvolverá automaticamente, seja por causa das vantagens locais da indústria orientada para as matérias-primas, seja como um reflexo passivo do crescimento da renda da região, resultante do sucesso de seus produtos de exportação. (NORTH, 1977, p. 308).

O conceito de industrialização é aqui, ambíguo.

Os estágios então apresentados pela teoria da localização não necessariamente se aplicariam para os E.U.A.. O trabalho de North (1955) busca elucidar a base exportadora como pedra fundamental para o crescimento de uma região, dadas as relações com mercados externos e a possibilidade de incremento de renda. Porém, o que se denota também do texto de North é que decorrente dessa base as outras atividades (primárias) tenderiam a suprimir as necessidades. Assim, nem toda a região tenderia a industrializar-se.

Pensando o caso do Vale do Rio dos Sinos, os estágios apontados pela teoria da localização se aplicariam à região, em virtude dos estágios evolutivos que ocorrem desde o início de seu povoamento pela imigração alemã. Ocorreu na região a fase da subsistência, de pouco investimento ou comércio. A segunda fase também se verifica com a melhoria dos transportes (rede ferroviária, em 1876)¹² e certa especialização local (produtos específicos da economia colonial). Na terceira fase, o comércio inter-regional passa a ocorrer na direção de Porto Alegre e Pelotas e a outras cidades do centro do país. O quarto estágio, que seria um preâmbulo da industrialização, se deu por base nos conhecimentos trazidos pelos alemães. Por outro lado, não somente esses conhecimentos foram os únicos propulsores da industrialização na região. Os fatores locais também contribuíram na formação base industrial coureiro-calçadista que surgiu na região. Entre eles, pode-se destacar a troca com mercados

¹² Segundo Petry (1964, p. 11), o progresso da região do VS foi lento e melhorou sensivelmente com a construção da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Novo Hamburgo. Porém, “[...] somente com a abertura da estrada de rodagem de São Leopoldo a Canoas, [...], recebeu o forte impulso de seu progresso em marcha ascendente.”

consumidores de fácil acesso, tais como a região da grande Porto Alegre e a exportação para outras regiões do país.

Analisando-se um pouco mais o caso do VS, consideram-se as características supracitadas sobre o desenvolvimento do VS e sobre os imigrantes: (a) o fato da região do Vale do Rio dos Sinos receberem imigrantes alemães; (b) a falta de estruturas nos seus países de origem; (c) por esses imigrantes virem dentro de um contexto político (política de incentivo) do governo brasileiro. Com isso, pensa-se que a teoria da localização (e os respectivos estágios) poderia se aplicar para explicar o desenvolvimento da região e a permanência do rural no período contemporâneo.

3.4 O debate contemporâneo sobre a Teoria da Localização: A Nova Geografia Econômica

A teoria da localização, originada inicialmente das contribuições de Von Thünen, foi atualizada pela “Nova Geografia Econômica”¹³. Porém, inicialmente, cabe um breve resgate histórico sobre a geografia econômica e sua ascensão enquanto referencial teórico.

O trabalho que marcou a aplicabilidade da geografia econômica foi o de Krugman (1991a), intitulado “*History and Industry Location: The Case of the Manufacturing Belt*”. Nesse trabalho, o autor busca o entendimento sobre a concentração das atividades industriais em determinadas regiões dos E.U.A..

Basicamente, a geografia econômica busca entender as variáveis que determinam a localização das atividades econômicas. Nos últimos anos, as pesquisas sobre geografia econômica têm aumentado consideravelmente, pois esse campo de estudo recebeu um importante incentivo,

[...] principalmente dos planos de unificação do mercado europeu e da tentativa de compreender como esta integração mais profunda funcionará, comparando a economia internacional dentro da Europa com a economia inter-regional dentro dos Estados Unidos. (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2002, p. 16).

Todo o estudo de geografia econômica está baseado nos retornos crescentes, ou seja, qualquer campo de estudo que se detiver no entendimento do desenvolvimento urbano ou regional de determinada localidade terá como base o olhar sobre os retornos crescentes. Mais

¹³ Segundo a seção Prefácio do livro de Fujita; Krugman; Venables (2002, p. 11), “Com base em novas ferramentas teóricas, esta ‘nova geografia econômica’ emergiu rapidamente como uma das áreas mais estimulantes da economia contemporânea.”

recentemente, o termo “Nova Geografia Econômica” passou a denominar o campo de estudo que tem por objetivo “[...] explicar as concentrações populacionais e da atividade econômica: a distinção entre regiões industriais e agrícolas, a existência de cidades e o papel das aglomerações de indústrias.” (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2002, p. 18). De acordo com esse objetivo, destaca-se a oportunidade de nosso trabalho valer-se da geografia econômica enquanto reflexão para o entendimento do VS.

Entretanto, como se pode relacionar a teoria da localização (anteriormente apresentada) com a NGE? Isto é, quais as diferenças entre a teoria da localização e a concepção da NGE? O texto de Paulo Krugman (1998b), “*What’s new about the new economic geography?*”, traz as principais distinções entre as abordagens. Trata-se assim, de entender a dinâmica espacial das atividades econômicas, tanto o prisma da teoria da localização quanto sob o prisma da NGE.

O primeiro aspecto a ser desenvolvimento sobre a teoria da localização diz respeito ao equilíbrio parcial na economia, focando-se o problema da localização em termos de um produtor individual, seguido de suas demandas individuais. Em contraste,

[...] the new economic geography consists of full general-equilibrium models [...]; the geographical distributions of population, demand, and supply are endogenous, and it is, indeed, the two-way feedback between location decisions by individual agents these distributions that is the main source of interesting stories.¹⁴
(KRUGMAN, 1998b, p. 9).

Outrossim, a NGE emerge de um processo dinâmico, dentro de um equilíbrio espacial que possa existir entre as atividades. Em oposição, a teoria da localização prevê que os ganhos são resultados das escolhas individuais (KRUGMAN, 1998b).

Com efeito, Krugman (1998b) apresenta suas ressalvas sobre a NGE dentro de um processo amplo e circular. Esse processo significa que cada indivíduo (produtor ou empresário) escolhe sua localização tendo como pressuposto o acesso aos mercados e às matérias-primas. Por conseqüência, e daí o termo circular, a decisão de cada indivíduo resulta por melhorar o acesso aos mercados de outros produtores naquela mesma localidade. Acerca desse processo circular, Krugman destaca que tal tema já havia sido desenvolvido por outros geógrafos (C. D. Harris em 1954; A. R. Pred, 1966). Mesmo com contribuições até os anos 1990, essa área não havia sido desenvolvida pelos economistas. Por quê?

Novamente, é fundamental entender essa dinâmica e o porquê da NGE ressurgir na última década. Basicamente, as respostas para a pergunta acima, segundo Krugman (1998b),

¹⁴ Tradução da autora: A nova geografia econômica consiste em modelos completos de equilíbrio geral, [...]; as distribuições geográficas da população, demanda e oferta são endógenas, e é, certamente, os dois caminhos entre escolhas locacionais por indivíduos e esta distribuição que é a fonte principal de histórias interessantes.

devem-se ao fato de que, até o momento, a teoria como um todo tem como questão central o aumento nos retornos investidos ou retornos crescentes (*increasing returns*).

Da mesma forma, Krugman (1998b, p. 10) atribuiu essa mesma questão central à economia espacial e à teoria da localização. “*Almost all of the interesting ideas of location theory rely implicitly or explicitly on the assumption that there are important economies of scale enforcing the geographic concentration of some activities.*”¹⁵.

No tocante à geografia econômica, o que ocorreu depois dos anos de 1990 foi o surgimento da NGE, que pode ser melhor descrita como um “gênero” ou “estilo”: um estilo de análise econômica que tenta explicar a estrutura da economia no espaço, utilizando-se de algumas habilidades técnicas para produzir modelos em que os aumentos nos retornos de investimentos e a dinâmica dos mercados sejam caracterizados pela concorrência imperfeita (KRUGMAN, 1998b, p. 164).

Segundo Scott (2000), os estudos de geografia econômica preocupavam-se em incluir as problemáticas impostas pelo modelo Fordista de produção em massa, durante a década de 1960. Com os conhecimentos em estudos regionais, eles produziram trabalhos no sentido de convencer e consolidar os caminhos em que o espaço e o mercado interagem e produzem resultados advindos das questões regionais e urbanas. Segundo o autor (2000, p. 487):

*A significant proportion of these writing was also concerned with establishing policy benchmark for the guidance of governmental decision makers and planners, and spatial analysis and regional science (at least initial incarnations in the 1960s) participated actively in the wider liberal-democratic policy thrust in American academia generally at that time.*¹⁶

No período contemporâneo, Paul Krugman tem dado nova conotação à análise espacial. Não obstante às críticas de suas contribuições fundadas na microeconomia, Scott (2000) converge a análise neoclássica de Krugman a conceitos do comportamento individual: dos indivíduos e das firmas. A idéia seria, então, buscar a verificação das implicações decorrentes desse comportamento.

Originalmente, nos anos 1970, altas taxas de desemprego e inflação nos segmentos industriais dos Estados Unidos e da Europa resultaram em crises que abalaram as regiões. Nesse sentido, segundo Scott (2000), deixa claro que o modelo comportamental era inapropriado para responder a todas as questões pertinentes ao desenvolvimento econômico.

¹⁵ Tradução da autora: Quase todas as idéias interessantes da teoria da localização confiam implicitamente ou explicitamente na suposição que há umas economias de escala importantes que reforçam a concentração geográfica de algumas atividades.

¹⁶ Tradução da autora: Uma porção significativa destas contribuições foi também utilizada/apropriada na formulação de políticas e orientação para as decisões do governo e de seus administradores (ao menos nos anos de 1960), participando-se ativamente na política liberal-democrática defendida pela Academia americana.

Assim, economistas geográficos passaram, nos anos 1970 e 1980, a produzir estudos que dialogassem com as questões urbanas e regionais, “[...] *on the logic and dynamics of urban space under capitalism and the interconnections between land rent, housing provision and urban planning*.¹⁷” (SCOTT, 2000, p. 489).

Decorrente de todos esses processos verifica-se uma nova fase, pós-Fordista (*new, so called post-Fordist industries*), marcada por um elevado grau de aglomerações espaciais, rede de negócios locais, inovação e crescimento (SCOTT, 2000). Apoiado em estudos italianos (BECATTINI, 1979 apud SCOTT, 2000) e na Escola Californiana, economistas geográficos convergiram para que os estudos de desenvolvimento tendessem a considerar processos espaciais e locais existentes na região, no sentido de sustentar e tornar efetiva as políticas concernentes.

Os economistas geográficos, evidentemente, atribuem significativa relevância ao espaço, que se tornou ainda mais importante com a análise dos fatores históricos de localização. Isso se deve ao fato de a geografia econômica possibilitar análise dos recursos estratégicos existentes e por considerar ações sociais e políticas¹⁸. Destaca-se esse último pela importância dada aos interesses territoriais na economia globalizada (SCOTT, 2000). Quanto aos interesses territoriais, destacam-se as especulações imobiliárias, por exemplo.

O trabalho de Fujita, Krugman e Venables (2002), que pauta grande parte dos estudos sobre a NGE, considera os anos 90 o período de “modelagem” da NGE, pois foi nesse período que ocorreu a mais recente onda de inovações teóricas produzidas para a teoria de retornos crescentes. Nesse contexto, surge o modelo centro-periferia, que passa a basear as análises empíricas da NGE.

O modelo centro-periferia traz a idéia de que existem duas regiões, onde a agricultura é uniformemente distribuída entre essa duas regiões.

O modelo centro-periferia tem dois conjuntos de regras: o primeiro define como os consumidores alocam a renda (curva de demanda), e o segundo especifica como as firmas determinam o nível de produção e preços (curva de oferta). No caso da economia regional, as firmas e os consumidores distribuem-se entre as regiões e arcam com custos de transportes quando exportam ou importam mercadorias. Ambos tentam maximizar rendas e minimizar gastos tomando em consideração a localização dos demais agentes, ou seja, procuram otimizar sua localização na rede de economias regionais. (RUIZ, 2003, p. 7).

Destaca-se que a agricultura, dentro da idéia do modelo centro-periferia, é uma atividade fixada em determinado espaço, porque os produtores agropecuários necessitam do

¹⁷ Tradução da autora: na lógica e na dinâmica do espaço urbano sobre o capitalismo e nas interconexões entre o aluguel de terra, renda domiciliar (provisão) e planejamento urbano.

¹⁸ As ações sociais e políticas passam a ser consideradas, mas em menores proporções.

fator de produção terra, que é fixo¹⁹. No caso industrial, por exemplo, os fatores de produção, mão-de-obra e matéria-prima se constituem como os principais. E não necessariamente estão fixos em determinado espaço, pois a mão-de-obra pode migrar. Em suma, “Os trabalhadores (ou consumidores) migram livremente e procuram regiões que ofereçam os mais altos salários reais.” (RUIZ, 2003, p. 7).

A partir dessa idéia, Krugman (1991) buscou explicar o caso dos E.U.A. sobre o “cinturão da manufatura”²⁰. Krugman queria entender o porquê de existir pontos isolados²¹ de fabricação de manufatura nos E.U.A. Em linhas gerais, Krugman explica que a produção de determinado bem em determinada localidade se dá pelo fato de existir população para consumir o referido bem. De acordo com o modelo centro-periferia, cada região produzirá os bens (e sua referida quantidade) que serão consumidos, ao ponto de se pagar os custos fixos por manter tal produção. No momento em que o consumo não é suficiente para remunerar determinado bem, a tendência seria importar da outra região. Nesse caso, compensaria incorrer com os custos de transporte ao invés de se manter os custos fixos de produzir.

Dessa forma, a ascensão da economia geográfica nos anos 1990 passa a trazer novas possibilidades e análises empíricas para estudos de desenvolvimento econômico, pois, para ter-se crescimento econômico regional, devem-se relacionar os estudos a questões espaciais e de localização (KRUGMAN, 1998b).

Por outro lado, o trabalho de Fujita, Krugman e Venables (2002) é alvo de uma avaliação crítica de Ruiz (2003). Em outras palavras, assim como se apontou as limitações do modelo de Von Thünen, não se pode deixar de considerar o que Machado Ruiz tem a contribuir com o debate da NGE. Segundo o autor (2003, p. 17), a mais destacada falha da NGE é “[...] a restrita capacidade para incorporar diversidades sociais e reproduzir fatos estilizados das estruturas urbanas.”. O que o autor propõe, como alternativa, é uma simulação de sistemas auto-organizáveis e evolutivos, denominada *celular automatas* (CA), ou seja, “[...] redes dinâmicas em que o comportamento de cada elemento dependeria, no curto prazo, do comportamento de seus vizinhos mais próximos, e ao final, do comportamento do sistema inteiro.” (RUIZ, 2003, p. 16).

Finalmente, para o caso do VS, como a NGE ou os instrumentais da CA ajudariam a entender a perenidade do rural? Se questões espaciais e de localização passam a exercer

¹⁹ Wiggins e Proctor (2001) enfatizam que os recursos naturais são imóveis: áreas de plantação, florestas, áreas com recursos minerais. Com isso, o desenvolvimento de produtos rurais é limitado, ou seja, se desenvolvem em determinados espaços.

²⁰ Utilizando-se da geografia, poderíamos denominar como uma região (zona ou faixa) que tem certas características. Nesse caso, refere-se a características produtivas.

²¹ Localizam-se em uma pequena parte do Nordeste e outra parte no Meio Oeste dos E.U.A.

influência sobre o planejamento econômico e territorial de determinada região, pergunta-se: por que, mesmo com a crise econômica de um setor econômico considerado “chave” para a região (setor calçadista), continua-se colocando o como foco para o desenvolvimento econômico da região? Por outro lado, não estariam justamente nas questões espaciais - e aqui entram os espaços “não urbanos” analisados a partir de Miranda, Gomes e Guimarães (2005) - uma possibilidade de entendimento mais amplo da perenidade do rural? Ademais, não seriam justamente as questões locacionais, de proximidade a mercados consumidores (dada a concentração populacional), que explicariam a perenidade do rural na região? Crê-se, inicialmente, que sim. Além disso, os instrumentos do CA, quando eficientemente aplicados (com destaque à necessidade de se conhecer o que cada agente econômico faz), poderiam incorporar diversidades nos modelos que “pensam” o planejamento territorial e econômico da região de estudo. A aplicabilidade do CA, todavia, requer o conhecimento dos agentes econômicos e isso caracteriza o principal desafio do modelo.

3.5 Os espaços rurais enquanto paisagens do meio urbano

Trabalhou-se até o momento com a perspectiva teórica da NGE. Bastante voltadas para a atividade econômica como um todo e sua implicação sobre o desenvolvimento rural, essas contribuições pouco dão atenção à questão da paisagem rural propriamente dita, no sentido de ter-se a conservação e revitalização das mesmas em termos de amenidades ambientais.

Em texto intitulado “*Why landscapes of the past are important for the future*”, Antrop (2005) resgata a importância das paisagens naturais, incluindo áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas. Para o autor, as paisagens sofrem alterações com o passar dos anos, como resultado da interação entre o ambiente natural e as forças culturais e produtivas que interferem nessa dinâmica. Somente na segunda metade do século XX, nos países industrializados, passou-se a desenvolver-se uma forma de gerenciamento voltado para as questões naturais, objetivando, ainda, a transdisciplinaridade do processo e a aplicabilidade das pesquisas aplicadas à implementação de políticas.

Para entender-se o processo de reconhecimento e o sentido atual atribuído às paisagens, Antrop (2005) apresenta três períodos. O primeiro período leva em consideração as paisagens tradicionais do século XVIII. O segundo período inicia-se, sobretudo, na expansão da industrialização do século XIX até o período da Segunda Guerra Mundial. Nesse período,

muitas mudanças ocorreram no sentido de “quebrar” a visão da paisagem até o momento existente para uma paisagem em que a atividade industrial ganha espaços. O último período, que compreende o período pós Guerra até os dias atuais, compreende o intenso processo de globalização e urbanização.

Detendo-se nesse último período, Antrop (2005) enfatiza as mudanças na dinâmica a partir da globalização, trazendo, com isso, a rapidez nunca antes vistas nos processos de urbanização e nas dinâmicas da economia. As mudanças que ocorreram na paisagem são em decorrência de certos fatores, tais como: a) acessibilidade, considerando os efeitos do sistema de transporte sobre os centros urbanos; b) urbanização e as alterações que o processo traz à vida dos indivíduos, em especial àqueles que vivem em áreas mais afastadas; c) globalização, trazendo mudanças ao nível local das decisões individuais e governamentais; e d) impactos indiretos dos fatores até então descritos, por conta da insegurança e de problemas relacionados.

Mas qual é a importância das paisagens nesse processo de franca globalização e como as paisagens passam a ser consideradas como um patrimônio? Lowenthal (1997) apud Antrop (2005) apresenta três atributos para que as paisagens sejam consideradas um patrimônio: 1) materialidade: uma vez que a paisagem é reconhecida por todos, tornando-a tangível; 2) a paisagem é atribuída diversidade de valores singulares; 3) estabilidade: a paisagem é o fenômeno mais imóvel do meio ambiente.

Nas últimas décadas, dadas as mudanças recorrentes das paisagens nas últimas décadas e dado que a região do VS passou por um processo de industrialização, o atributo “paisagem” conferido ao rural do VS pode ser considerado um fator importante para a permanência do rural na região. Tratando-se de uma região urbana, onde o crescimento populacional da RMPA traz consigo o crescimento da demanda por habitações (refere-se aqui à grande quantidade de pessoas que residem em empreendimentos imobiliários sem o mínimo contato com a natureza), a proximidade com a paisagem rural²² passa a ser um espaço muito procurado.

No continente europeu, conforme estudado por Antrop (2004), muitas paisagens perderam valor e novas paisagens passaram a ser criadas, a partir da segunda metade do século XX. Os elementos citados como principais responsáveis pela mudança na paisagem são: urbanização, efeitos dos sistemas de transportes e a globalização. Nesse sentido, caberia pergunta-se o que vem a ser urbanização.

²² A distância em Porto Alegre e Novo Hamburgo, por exemplo, é de 40 km.

*Urbanization is a complex process of change of rural lifestyles into urban ones. [...] This process is intimately related to the introduction of new modes of transportation, in particular those that allowed mobility of the masses such as the railroad. After the Second World War, the use of the automobile started a new era of mobility and landscape change. Accessibility became the most important factor in landscape change and even in the remote countryside urbanization processes can be noticed when the region is disclosed by transportation. Finally, the growing globalization of all activities and decision-making causes changes at the local level that are difficult to handle by people living there.*²³ (ANTROP, 2004, p. 10).

De posse do conceito de urbanização, Antrop (2004), interessa-se pelos estudos de casos europeus. Em linhas gerais, busca discutir as principais fases do processo de urbanização na Europa e como essas fases interagem com a paisagem rural, no período contemporâneo.

A primeira fase da urbanização (*urbanization*) consiste na concentração de pessoas no centro de uma cidade, através da migração de pessoas da periferia. A segunda fase (chamada suburbanização ou *suburbanization*) ainda mostra um crescimento populacional e uma aglomeração urbana, porém o interior passa a perder pessoas enquanto se tem um aumento na periferia urbana. A terceira fase (chamada contra-urbanização ou *counterurbanization* ou *disurbanization*) consiste no início do declínio da população urbana pela perda de pessoas, tanto no centro, quanto na periferia. A quarta fase (chamada reurbanização ou *reurbanization*) mostra uma recuperação, iniciando-se no centro e depois na periferia. Todas essas fases são passíveis de questionamentos, pois os dados para comparar determinadas regiões e o histórico de cada cidade, acabam interferindo na análise (ANTROP, 2004). O que Antrop (2004) propõe, para uma análise mais concreta das fases da urbanização, é a utilização do conceito de “regiões urbanas funcionais” (ou *functional urban regions FURs*). “*FURs include built-up areas as well as the open space in between that is functionally related. The concept is an extension of the concept of metropolitan areas made applicable upon smaller urban places.*”²⁴ (ANTROP, 2004, p. 16).

Ao analisar-se o Norte e o Sul da Europa, verificou-se que a urbanização afetou o interior (*countryside*) de forma diferente, segundo a região e o período. Com isso, Antrop

²³ Tradução da autora: A urbanização é um processo complexo da mudança dos estilos de vida rural em urbano. [...] Esse processo é intimamente relacionado à introdução de novos meios de transporte, em particular àqueles que permitiram a mobilidade de pessoas em massa, tal como a estrada de ferro (trem). Após a Segunda Guerra Mundial, o uso de automóveis iniciou uma nova era de mudanças na mobilidade e na paisagem. A acessibilidade transformou-se no fator mais importante que mudou a paisagem e mesmo nas regiões mais afastadas, o processo de urbanização passou a exercer influência com as mudanças nos meios de transporte. Finalmente, a globalização crescente de todas as atividades e a tomada de decisão causa as mudanças no nível local que são difíceis de serem administradas pelos povos que vivem lá.

²⁴ Os FURs incluem áreas construídas assim como se tem espaços abertos dentro daquelas áreas funcionalmente relacionadas. O conceito é uma extensão do conceito de áreas metropolitanas, só que aplicáveis em cima dos lugares urbanos menores.

(2004, p. 16) afirma que “indicators of urbanization such as the proportion of the population living in urban places, and the application of general evolution models should be used with extreme caution”²⁵.

Mas como se pode comparar algum caso da Europa com a região do VS? Talvez a mais emblemática descrição de Bruxelas, poderia ser modestamente, comparada com Novo Hamburgo e o bairro de Lomba Grande.

*The case of Brussels is very illustrative and shows even at close distance to the larger city center, a visually intact traditional countryside can exist. Although the landscape still has a rural appearance, however, it has been urbanized functionally. Urbanities come to settle in former farms and restaurants, and cafe's in the village centers emerge, attracting weekend recreants massively.*²⁶ (ANTROP, 2004, p. 17).

A Figura 3 incluiu quatro imagens de Bruxelas. A primeira (a) mostra uma imagem de satélite, onde as partes escuras e cinza são áreas construídas, com edificações. O cinza claro são áreas de floresta e o branco são áreas rurais. A figura (b) mostra as fases da urbanização: (0) o vale do *Zenne River*, que foi uma estrutura física para Bruxelas desenvolver-se; (1) a formação da cidade nos séculos XV e XVI; (2) a expansão da cidade nos séculos XIX e XX; (3) expansão no período de 1950; (4) principais acessos de forma motorizada; (5) desenvolvimento do pólo tecnológico em direção ao aeroporto; e (6) surgimento de cidades vizinhas/próximas. A imagem (c) aponta zonas mais distantes do centro histórico e a imagem (d) mostra uma paisagem tradicional da “sombra urbana” de Bruxelas.

²⁵ Os indicadores de urbanização tais como a proporção da população que vive em áreas urbanas e a aplicação de modelos gerais da evolução devem ser usados com extremo cuidado.

²⁶ O exemplo de Bruxelas é muito ilustrativo e mostra que, mesmo em distâncias mais próximas ao centro de cidade maior, uma área verde intacta pode existir. Embora a paisagem tivesse ainda uma aparência rural, entretanto, foi funcionalmente urbanizada. Os urbanos vêm a se fixar em fazendas e em restaurantes anteriores, e o café nos centros da vila emerge, atraindo turistas de fim de semana.

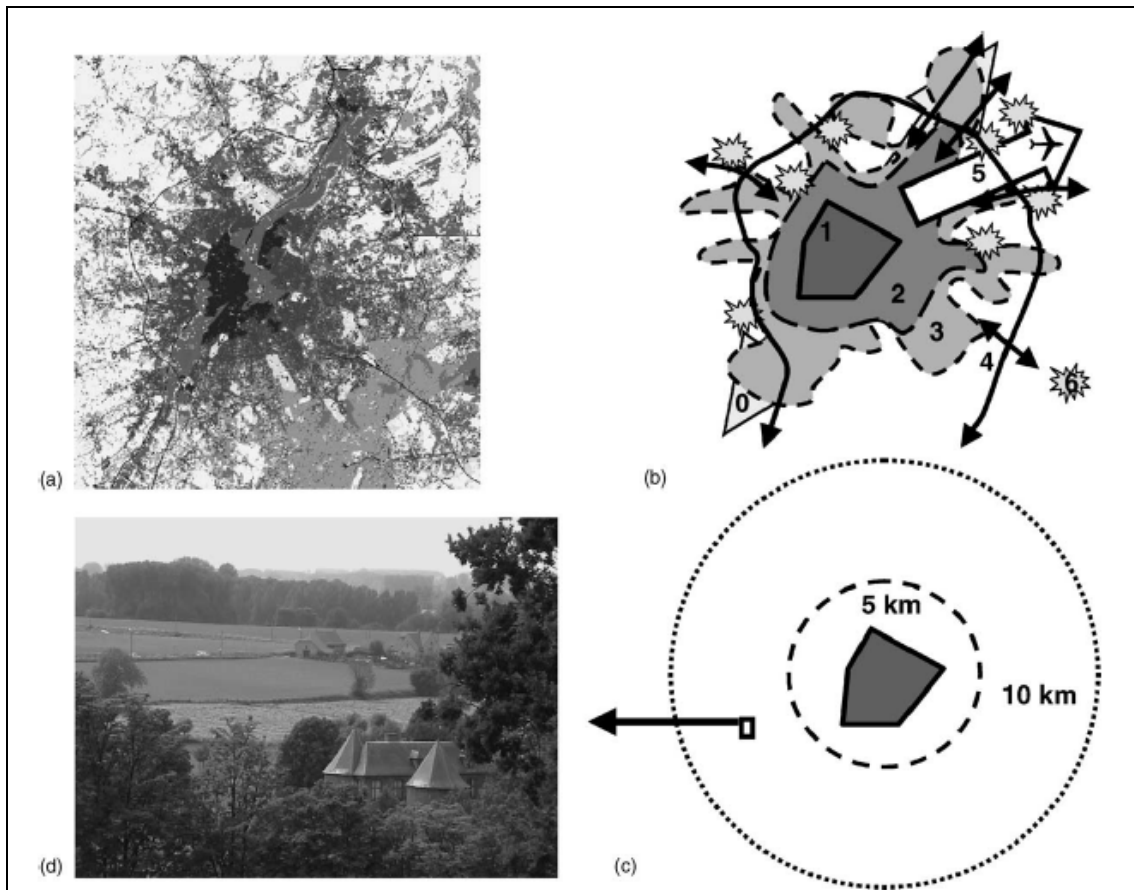


Figura 3 – Quatro Imagens de Bruxelas

Fonte: Antrop, 2004, p. 17.

Lembrando-se da Figura 1, que mostra uma imagem de satélite do VS, pode-se definir algumas características similares entre Bruxelas e a região de estudo da presente dissertação. Na Figura 1 mostram-se as edificações (áreas construídas) e as áreas de florestas (verdes, no entorno). Agora analisando a partir de São Leopoldo e Novo Hamburgo, que são os municípios “fundadores” da região, verifica-se também o surgimento de cidades vizinhas, outra característica de Bruxelas. Também, a localização do Aeroporto Internacional Salgado Filho (em Porto Alegre), distante de Novo Hamburgo cerca de 40 km. Uma última informação que contextualizaria ainda mais a comparação proposta é o fato de que na região do VS têm surgido pólos tecnológicos, entre os quais se podem citar, como exemplo, o Pólo de Informática de São Leopoldo.

Ainda que pareça audacioso comparar Bruxelas com o VS, destaca-se que, em termos populacionais, a região da capital de Bruxelas tem cerca de um milhão de habitantes, e a região estudada no presente trabalho, cerca de 1,4 milhões. Esse não é um dado que possa

justificar a comparação. Porém, o que pode justificar é a similaridade de características: concentração populacional, cujo início marcado por: um centro de formação histórica (e aqui se pode destacar o berço da imigração alemã) e o desenvolvimento da região a partir desse centro geográfico. Após realizamos a comparação com Bruxelas, adentrar-se-á em outros conceitos/termos que tentam dar conta de um entendimento da presença do meio rural interagindo com o meio urbano, ou vice-versa.

3.6 Espaços periurbanos e agricultura urbana: conceitos em construção e estudos de caso

Dentro da problemática imposta pela relação entre os meios urbano e rural e as implicações dela decorrentes, outros dois termos devem ser trazidos ao debate: periurbanização e agricultura urbana. Não se tratam ainda de perspectivas teóricas, por isso, neste trabalho, serão abordados como conceitos em construção. Os trabalhos a seguir referenciados mostram a aplicabilidade dos conceitos, em especial assentando-os em estudos de caso, para, com isso, poder-se problematizar tais conceitos para o Vale do Rio do Sinos.

Iniciando-se pela agricultura urbana, um texto que pode dar uma visão generalizada é o de Baumgartner e Belevi (2001), intitulado “*A Systematic Overview of Urban Agriculture in Developing Countries*”. Segundo os autores, a agricultura urbana tem por objetivo contribuir com aspectos relativos à segurança alimentar, à redução da pobreza, à saúde pública e ao uso sustentável dos recursos naturais. A definição adotada para agricultura urbana é

*Urban agriculture comprises the production, processing and distribution of diversity of foods, including vegetables and animal products within intra-urban or at the fringe (peri-urban) of an urban area. Its main motivation is food production (for personal consumption or sale).*²⁷ (BAUMGARTNER; BELEVI, 2001, p. 5).

O estudo dos autores sugere ainda a apreciação de fatores que influenciam a agricultura urbana, buscando-se assim: (1) localização e escala (onde); (2) atividades e estágios (o que); (3) patrocinadores (quem); (4) motivação (por que).

Sobre a localização, tem-se a caracterização dos espaços periurbanos que sofrem grande influência da dinâmica urbana e demandas advindas desta, bem como o acesso fácil aos mercados e serviços. Nesse sentido, a viabilidade da terra é normalmente um fator

²⁷ Tradução da autora: A agricultura urbana compreende a produção, o processamento e a distribuição de alimentos diversos, incluindo produtos de origem vegetal e animal dentro do espaço intra-urbano ou na franja (periurbano) de uma área urbana. Sua motivação principal é a produção de alimentos (para o consumo próprio ou comercialização).

importante que leva os indivíduos a se engajarem na agricultura urbana. Porém, ter o acesso à terra é tão importante quanto a viabilidade da mesma: “*This implies both manner of land use and legal aspects, as well as a near and secure access.*”²⁸ (BAUMGARTNER; BELEVI, 2001, p. 6). Sobre esse aspecto da localização, pode-se verificar a relação com os conceitos abordados pelo modelo centro-periferia. Obviamente, caso não se tenha o fator de produção terra, não se tem agricultura. Baumgartner e Belevi (2001), dentro da idéia da agricultura urbana, apresentam o aspecto (terra) como o principal meio para o desenvolvimento da atividade rural em zonas urbanas.

A respeito do segundo ponto, que diz respeito às atividades e aos estágios envolvidos na agricultura urbana, conforme os autores Baumgartner e Belevi (2001), têm-se:

- (1) aquisição e utilização de recursos e serviços necessários;
- (2) produção de bens;
- (3) pós-produção, incluindo processamento, embalagens, distribuição, marketing e reciclagem;
- (4) consumo.

Nesse sentido, verifica-se ainda que dentro da agricultura urbana se incluem todas as atividades de jardinagem domésticas, horticultura de alimentos, plantas e flores, aquíicultura.

Quem está envolvido nas atividades oriundas da agricultura urbana? Segundo Baumgartner e Belevi (2001), os envolvidos são: os fornecedores de recursos; os provedores de serviços; os produtores; os distribuidores, os consumidores, os promotores da atividade e os administradores. Esses atores, por sua vez, estão vinculados tanto à esfera pública quanto à esfera privada, tanto na economia formal como na economia informal.²⁹

Com respeito à motivação - o por que - a agricultura urbana se dá, principalmente, pela segurança alimentar e geração de renda. Muitas das pessoas que vivem da atividade agrícola em regiões mais afastadas migram do interior para os grandes centros urbanos atraídos pela possibilidade de diversificar suas atividades e aumentar suas rendas, garantido, assim sua sobrevivência (STREIFFELER, 2000 apud BAUMGARTNER; BELEVI, 2001). “[...], in most cases, decision to migrate to the city is not taken by the individual alone, but

²⁸ Tradução da autora: Isto implica que é relevante tanto o uso de terra e os aspectos legais, quanto o tempo de acesso próximo e seguro.

²⁹ Percebe-se ainda que, ao observar-se atentamente os atores envolvidos na agricultura urbana apontados por Baumgartner e Belevi (2001), não se tem nenhum dado inédito, pois na sua maioria, as atividades econômicas estão assim organizadas/divididas.

rather on a family or household level to spread the risk over different regions, activities and persons.”³⁰ (TACOLI, 1998 *apud* BAUMGARTNER; BELEVI, 2001, p. 8).

Conforme apontado inicialmente, o conceito da agricultura urbana permanece em construção, segundo o que afirmam os próprios autores, quando ressaltam a falta de investigações mais aprofundadas sobre o tema. Em especial, referem-se à necessidade de se realizar estudos de impactos negativos da agricultura urbana em termos de saneamento, abastecimento de água e qualidade do solo. Dissertando mais sobre o assunto, uma lista de investigações é apontada por Baumgartner e Belevi (2001) no sentido de que todos os objetivos e processos envolvidos na agricultura urbana devem ser analisados em termos de impactos ambientais e de planejamento urbano para tais atividades.

Ante o exposto, caberia ainda reconhecer uma série de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos sob o prisma da agricultura urbana e da periurbanização. No Brasil, podem-se citar trabalhos desenvolvidos no RS e em outras Unidades da Federação (UF).

Uma pesquisa que vem sendo desenvolvida por pesquisadoras da Universidade de Passo Fundo (RS) sobre as transformações do rurbano na região de Passo Fundo. Em linhas gerais, a pesquisa busca estudar as transformações sócio-espaciais que se revelam no rural-urbano, fortemente marcadas pelo processo de urbanização que vem alterando o padrão de organização espacial, uma nova realidade na Região de Passo Fundo (SILVA; BITENCOURT; FIOREZE, 2006).

Santos et al. (2004) apresenta o caso do meio rural na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), no Paraná, sob a ótica multidisciplinar, buscando-se apontar algumas características: heterogeneidade da região em dados econômicos e sociais, predominância da pequena propriedade rural, a “invisibilidade” do rural, em especial pela “cegueira” das instituições. Também sobre o rural da RMC, Souza (2006) apresenta a multiplicidade das funções da agricultura e do rural como elementos novos a serem apropriados e considerados pelas políticas públicas de desenvolvimento rural. Em outras palavras, a nova relação do urbano com o rural deve ter objetivos mais amplos em termos de políticas públicas de desenvolvimento.

Os impactos de tal mudança de percepção sobre o agrícola e o rural na reprodução da agricultura familiar da região metropolitana são diversos, sobretudo porque revela o conflito de modelos, de valores, de culturas e uma renovação global da visão de agricultura e de rural. (SOUZA, 2006, p. 247).

³⁰ Tradução da autora: Na maioria dos casos, a decisão de migrar à cidade não é feita somente por um indivíduo sozinho, mas também uma decisão conjunta da família, buscando-se a distribuição do risco envolvido entre diferentes regiões, atividades e pessoas.

Ribeiro e Galluzzi (2004) apresentam o Projeto de Agricultura Urbana do Município de São Paulo (Subprefeitura Mooca) e discutem a importância da capacitação de lideranças comunitárias no desenvolvimento das atividades ligadas à agricultura urbana, tendo em vista que o projeto envolve moradores-de-rua. Basicamente, busca-se o cultivo e a criação de condições de sustentabilidade econômica pela da geração de renda e combate à fome dos vinte participantes e familiares ligados ao Projeto (moradores de rua). Desse trabalho, formase o Núcleo de Agricultura Urbana da Mooca, criado em junho de 2003.

O trabalho de Dias (2002) dedica-se à relevância do uso de plantas medicinais em comunidades, a partir da produção em modelo de agricultura urbana. A atividade é importante, pois se constitui como um importante recurso local para a saúde e para a sustentabilidade do meio ambiental urbano. Baseado na experiência da organização não-governamental chamada Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), o artigo de Dias aponta a promoção da agricultura urbana, educação ambiental, organização comunitária, segurança alimentar e saúde em quatro regiões da periferia metropolitana de Belo Horizonte (MG). A iniciativa tem por princípios básicos: “A complementação do conhecimento popular e científico sobre o uso de plantas medicinais e sua produção orgânica através da agricultura urbana[...]” (DIAS, 2002, p. 84).

Já no caso de Uberlândia, em Minas Gerais (MG), Muniz et al. (2003) aborda a agricultura urbana e periurbana, configurando a atividade como um fenômeno que potencializa a qualidade de vida, combate a fome e gera renda. Para os autores, o significado de agricultura urbana e periurbana é o mesmo: “[...] o tipo de agricultura que se desenvolve nos perímetros e arredores de centros urbanos de todo o mundo.” (MUNIZ et al., 2003, p. 1). Enfatiza-se ainda que esse tipo de agricultura não deve concorrer com a agricultura tradicional (extensiva e em grande escala), mas sim, “[...] concentrar-se nas atividades que têm vantagem comparativa, como a produção de alimentos frescos e perecíveis.” (MUNIZ et al., 2003, p. 2). Resende e Cleps Júnior (2006, p. 195) buscam identificar do que é forma a agricultura urbana de Uberlândia:

Constatou-se que a AU, em Uberlândia, é uma atividade praticada, preferencialmente, por migrantes. Dos 35 entrevistados, 27 são migrantes, a maioria de cidades da região do Triângulo Mineiro, havendo, contudo, pessoas vindas de diversas partes do país, em busca de melhoria de vida, representado na forma de oportunidades de emprego, saúde e educação para a família. Ainda, 24 nasceram e se criaram no contexto rural, “na roça” como dizem. Essa experiência no mundo rural contribui em muito para a manutenção de atividades rurais na cidade. Dessa forma, identificam-se situações de resistência, recriação ou desistência, dos indivíduos do campo na cidade.

Para a região Nordeste, Oliveira (2001) faz uma análise sobre as atividades agrícolas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), mais especificamente a agricultura de Maranguape no contexto metropolitano e sua relevância ao abastecimento para a metrópole de hortaliças, frutas, verduras e legumes. O trabalho de Oliveira (2001) mostra a inserção da agricultura enquanto produtor para o mercado consumidor metropolitano. Dessa forma, a autora afirma que a proximidade com mercado urbano é fundamental para a continuidade da atividade agropecuária, “[...] já que a presença de fixos e fluxos é um fator condicionante para a dinâmica rural-urbano.” (OLIVEIRA, 2001, p. 170). Através de trabalhos de campo realizados com os produtores rurais da RMF, a autora demonstra as particularidades que mostram a continuidade da agricultura no entorno da metrópole. Ao tempo que se denomina “agricultura metropolitana” a opção viável para o desenvolvimento da atividade agropecuária, Oliveira (2001) indica o município de Maranguape como base da consolidação das atividades rurais na RMF.

Em nível internacional, iniciando-se por alguns exemplos da América do Sul, o trabalho de Barsky (2005) avança na tentativa de promover o conceito de periurbanização, tendo como referência o estudo de caso de Buenos Aires (Argentina). O autor detém-se nos estudos dos espaços e dos anéis verdes no entorno da Região Metropolitana de Buenos Aires (RMBA), fazendo-se uso de Von Thünen como referencial teórico.

En Argentina, se denomina ‘cinturón verde’ al espacio periurbano conformado por una trama de quintas o huertas familiares – y otras de características más empresariales- que rodean a las grandes ciudades, cuya producción se destina especialmente a verduras de hoja y hortalizas de estación. La lógica de localización de estas actividades altamente intensivas en el uso de los factores de la producción (tierra, trabajo y capital) responde a su cercanía geográfica con respecto a los grandes centros urbanos, aprovechando intersticios o zonas de vacancia para establecerse. (BARSKY, 2005, p. 8).

Desse exemplo, é interessante notar a similaridade das características das regiões metropolitanas e dos grandes centros urbanos, entre Brasil e Argentina. A situação parece repetir-se. Na RMBA, esses anéis verdes foram sendo criadas na medida em que se desenvolveu a horticultura no entorno das cidades, no fim do século XIX. Durante o século XX, a cidade se consolidou como ponto central e, em seu redor, foram incidindo em situações comuns advindas dos efeitos da urbanização. No fim do século XX, Buenos Aires passou a concentrar, majoritariamente, atividades econômicas relacionadas a serviços financeiros. Distante cerca de 90 km da capital, passou a surgir a agricultura perirurbana “*en el Gran Buenos Aires*”. Barsky (2005) enfatiza que foi justamente nessa época (fins anos 1990) que cientistas da área econômica e geográfica passaram a debruçar-se no estudo da agricultura urbana da região.

En la últimas décadas la agricultura perimetral de Buenos Aires ´amplió el radio del espacio que consideramos periurbano e incorporó nuevas demandas de alimentos que pueden ser eficientemente provistas desde áreas vecinas³¹, sea por su elevada perecibilidad o volumen (verduras de hoja), o porque son intensivas en el uso del espacio (avicultura, horticultura, floricultura, etc.) [...] la actividad rural had continuado en crecimient`. (GUTMAN et al., 1987, apud BARSKY, 2005, p. 8).

Em outro estudo de caso da América do Sul, Zencovich e Vera (2004) fizeram uma análise da agricultura urbana de Valdivia (Chile), como uma nova alternativa microempresarial, no sentido de constatar-se que a agricultura urbana nesta cidade chilena é um importante gerador de empregos. Outro estudo empírico sobre o Chile, onde Madaleno e Gurovich (2004) debatem a periurbanização em Santiago, trazem à tona inúmeros exemplos de pessoas que mantêm seus laços com as áreas verdes das grandes metrópoles. Isso se dá por vários motivos, tanto para uma pequena fazenda particular capaz de gerar alimentos saudáveis (frutas, verduras, legumes), como para o lazer. Assim, se reforça a oportunidade de se ter produtos frescos e saudáveis, além de serem oportunizados novos empreendimentos e negócios, dependendo da comercialização. Os autores utilizaram como análise grandes anéis no entorno da “Grande Santiago”. Também não consideraram o urbano e o rural como conceitos opostos. Existe, sim, uma tendência ao desaparecimento das paisagens rurais (*farmland*), porém há os inúmeros exemplos de atividades rurais dentro das cidades ou no seu entorno que se mantêm tanto por serem espaços de recreação, tanto por fornecerem produtos saudáveis, como por trazerem alternativas de oportunidades de negócios.

Na América Central, Companioni et al. (2005, p. 93) apresentam o caso da agricultura em Cuba³². Para os autores, a agricultura urbana

Es una agricultura participativa, popular, en la cual la gran heterogeneidad de las condiciones en que se desarrolla, obliga al productor a realizar constantes ajustes en las técnicas a utilizar, para crear las mejores condiciones a las plantas o los animales en producción. Por su ubicación geográfica y destino de consumo, es una agricultura de bajos insumos, que no permite el uso de agrotóxicos, con extrema economía en el uso del agua, y exquisitez en el cuidado de la fertilidad de sus tierras, manejo de los cultivos y de los animales. La agricultura urbana ha recibido y recibe una atención priorizada por la máxima dirección del Ministerio de la Agricultura y del Gobierno del país.

³¹ Áreas vizinhas.

³² Pesquisadores da Embrapa que trabalham com agricultura urbana conheceram um pouco mais da experiência cubana com a visita do Secretário Executivo de Agricultura Urbana-Havana, Cuba, Nelso Companioni, no dia 14 de outubro de 2003. Segundo Companioni, "O Brasil tem muito a avançar em agricultura urbana. No entanto, as bases que são a agricultura orgânica e a agricultura familiar, o país já tem muito conhecimento e por isso pode avançar rapidamente em agricultura urbana" (FERREIRA, 2003, p. 1).

No caso de Cuba, os autores elegem as principais premissas para o desenvolvimento da agricultura urbana: (a) demanda por hortaliças e frutas frescas dadas as demandas da grande concentração populacional nos centros urbanos; (b) o cultivo de hortaliças, frutas, flores exigem o emprego de força de trabalho, fornecendo complemento de renda e trabalho; (c) necessidade de áreas livres concomitantemente aos centros urbanos. A agricultura urbana de Cuba conta ainda com uma estrutura institucional, baseada no trabalho do “Grupo Nacional de Agricultura Urbana”, “[...] el cual está integrado por especialistas, funcionarios y productores procedentes de distintos ministerios e instituciones, tanto científicas como de producción.” (COMPANIONI et al., 2005, p. 96). Enfatiza-se, assim, que, em Cuba, conta-se com um aparato organizacional que busca coordenar a agricultura urbana. Além do Grupo Nacional, uma série de programas e subprogramas é articulada para o atendimento de maiores níveis de produção e que se consiga suprir as necessidades alimentares da população.

Mais um exemplo internacional é o trabalho de Ramírez Hernández et al. (2001), referindo-se a estudo de caso do município de Tecámac (México). Em linhas gerais, busca-se investigar como ocorre a transferência de conhecimento e técnicas agrícolas para produtos periurbanos que sofrem influências do contexto urbano, tendo em vista que além da atividade rural, esses produtores exercem outras atividades econômicas.

Um exemplo europeu é o trabalho de Valette (2004), que se interessa pela agricultura periurbana de Montpellier (França) fazendo uma análise da complementaridade e da dependência de projetos individuais e coletivos e, como fator intermediário, tendo-se ainda os processos de inovação, com vistas a contribuir para o desenvolvimento local. Em suma, os territórios rurais periurbanos “[...] se encontram em situação de territórios periféricos e posicionam-se não apenas à margem das dinâmicas urbanas, mas também em dependência em relação a essas, sobretudo no que tange a transporte e recursos.” (VALETTE, 2004, p. 9). O trabalho versa sobre: (a) mobilidade das pessoas enquanto fator importante para o estabelecimento de uma atividade local; (b) inovações organizacionais que, no caso de Montpellier, visam inicialmente à perenização e à estabilidade das atividades, para, com isso, alavancar seu desenvolvimento.

As inovações concernem, portanto, o estabelecimento e a sistematização de processos, cujos objetivos são, por um lado, a normalização do produto ou do serviço oferecido, e a garantia de sua reprodução normalizada: por um lado, o objetivo é a melhoria da qualidade, mas em um contexto alternativo ao produtivismo. (VALETTE, 2004, p. 13).

Após serem trabalhados os conceitos apresentados por diferentes autores, são necessários um reconhecimento de organismos (nacionais e internacionais) que vêm

trabalhando com os conceitos de agricultura urbana e periurbana, e como essa terminologia é abordada.

Inicialmente, cabe destacar a legislação brasileira acerca da agricultura urbana. Vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o trabalho da Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana (CGAAU) tem por objetivo, em linhas gerais, apoiar o processo de planejamento, coordenação e supervisão de programas e projetos de abastecimento e comercialização oriundos de ações de agricultura urbana e periurbana nas regiões metropolitanas e cidades de porte médio. Para o referido Ministério, o que se entende por um projeto de agricultura urbana e periurbana são aqueles “[...] projetos comunitários referentes à implantação de hortas, pomares, lavouras, viveiros, canteiros de ervas medicinais, unidades de beneficiamento e processamento agroalimentar e feiras populares; [...]” (BRASIL, 2005, p. 1).

Um outro trabalho que destaca a agricultura urbana no Brasil é o de Machado (2002), publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). O texto de Machado (2002) apresenta o potencial da agricultura urbana em três grandes áreas fundamentais. Do bem-estar, destaca-se a segurança alimentar, a melhoria da nutrição e da saúde humana. “Em relação ao meio ambiente, destacam-se a conservação dos recursos naturais, a amenização do impacto ambiental decorrente da ocupação humana e a grande ação nas comunidades, buscando a sustentabilidade.” (MACHADO, 2002, p. 23). No campo econômico, o aumento na geração de empregos com possibilidade de remuneração extra.

A seguir, uma série de instituições internacionais que defendem iniciativas com características similares às aquelas consideradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome quanto à agricultura urbana e periurbana.

Vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), a *Food and Agriculture Organization of the United States (FAO)*, em seu relatório intitulado “*Urban and peri-urban agriculture (UPA)*”, onde o conceito de UPA é percebido como as práticas da agricultura dentro e em torno das cidades que se utiliza de recursos (terra, água, energia, trabalho) para suprir necessidades da população urbana. Os setores importantes da UPA incluem horticultura, animais domésticos, a produção de leite, a aquicultura, entre outros. Em oposição, o relatório aponta ainda os principais riscos da agricultura urbana: ambientais e riscos de saúde advinda das práticas impróprias de agricultura e aquicultura; aumento de competição pela terra, a água, a energia, e o trabalho; capacidade ambiental reduzida para a absorção da poluição. Atualmente, o conceito está vinculado às temáticas da segurança

alimentar, com destaque para políticas de desenvolvimento de grandes urbanos e a pobreza que os envolve (FAO, 1999).

A *Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security (RUAF Foundation)* foi estruturada entre 1999 e 2004, a partir do Grupo Global de Suporte à Agricultura Urbana (*Global Support Group on Urban Agriculture - SGUA*), conjuntamente com outras instituições: PNUD, FAO, IDRC, GTZ, CIRAD³³. Atualmente, possui escritórios regionais em todos os continentes, sendo que para a América Latina e Caribe localiza-se em Lima (Peru). No Brasil, a cidade de Belo Horizonte (MG) é o caso de atenção da Fundação, onde iniciaram-se as atividades em 2006. O conceito de agricultura urbana é “[...] *the growing of plants and the raising of animals within and around cities.*”³⁴ O motivo pelo qual a agricultura urbana é considerada importante endereça-se principalmente à segurança alimentar e nutricional (RUAF, 2006).

No Canadá, tem-se a *City Farmer, Canada's Office of Urban Agriculture*: localizado em Vancouver (Canadá), uma organização sem fins lucrativos que busca promover a responsabilidade ambiental da agricultura urbana. Foi fundada em 1978 no sentido de incentivar os moradores dos centros urbanos a plantarem seus alimentos e reduzir os desperdícios de lixo orgânicos (compostos). Destaca-se o fato de que 25% do alimento de *British Columbia* (estado canadense) é produzido em uma distância de dentro de uma hora de Vancouver (CITY FARMER, 2006).

Também originária do Canadá, mas com sede em outros países, *The International Development Research Centre (IDRC)* é um órgão público criado pelo Parlamento do Canadá, em 1970, para ajudar países em desenvolvimento no sentido de aplicar-se a ciência e a tecnologia na solução de problemas sociais, econômicos e ambientais. Dentro do “*Cities Feeding People (CFP)*”, o IDRC detém um histórico de vinte anos em pesquisa e desenvolvimento de projetos sobre agricultura urbana e manejo de recursos ambientais e controle dos desperdícios (IDRC, 2006).

Em Lima (Peru), a *Urban Harvest (UH)* busca reunir e concentrar esforços na promoção da segurança alimentar através da agricultura urbana e perirubana, reconhecendo-a como uma importante alternativa para o abastecimento alimentar, garantindo a sustentabilidade das cidades (URBAN HARVEST, 2006).

³³ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Food and Agriculture Organization of the United States (FAO), International Development Research Centre (IDRC), Cooperação Técnica Alemã (GTZ), Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD).

³⁴ Tradução da autora: crescimento das plantas e criação de animais dentro e em torno das cidades.

Para pensar-se a América Latina como um todo, um trabalho que estrutura as diversas iniciativas existentes sobre agricultura urbana é o de Madaleno (2002). Nos casos apresentados pela autora, verifica-se uma predominância dos governos enquanto agentes propulsores dessas atividades. Entre os incentivos, destacam-se a doação de sementes, os serviços de extensão rural e o fomento de hortas públicas (para merenda escolar, por exemplo) e privadas. No Brasil, a autora identifica iniciativas de agricultura urbana promovidas pelos governos, em: Belém (PA); Rio Branco (AC); São Paulo (SP); Presidente Prudente (SP); Curitiba (PR); Londrina (PR); Rio de Janeiro (RJ); e Camaçari (BA). A autora destaca ainda as iniciativas advindas de empresas como a Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (CERJ) e a Petrobrás. No caso da CERJ, utilizam-se as terras sob as linhas de alta tensão para a produção de horticultura. Já a Petrobrás, em Belém, também disponibiliza terras para a produção de horticultura para merenda escolar.

Próximo à região de estudo da presente dissertação, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre organizou o texto intitulado “Agricultura Urbana: Orientações para a Formulação de Políticas Municipais”, em 2003. O texto orienta para a defesa da agricultura urbana enquanto motor para o desenvolvimento sustentável. Outrossim, a participação cidadã, a gestão territorial, o planejamento físico, o aproveitamento de resíduos orgânicos até a transformação e comercialização da agricultura urbana são o norte do desenvolvimento presente no texto. Destaca-se ainda a necessidade de investimentos para a agricultura urbana.

Muitos produtores urbanos não têm acesso a programas de crédito e investimentos, fato que limita suas capacidades de investir em tecnologias mais sustentáveis, novos cultivos, melhores raças, e adquirir melhores equipamentos, que permitam aumentar os níveis de produção e suas rendas, elevando assim os níveis de segurança alimentar. (PORTO ALEGRE, 2003, p. 26).

Fica claro que os conceitos de agricultura urbana e periurbana trazem, em alguns casos, a reflexão sobre os limites entre os espaços urbanos e os espaços rurais. Pôde-se perceber a aplicabilidade dos conceitos de agricultura urbana e periurbanização, através dos exemplos supracitados e descritos. Percebe-se também que a divisão entre urbano e rural parece não ser tão definida, na medida em que as atividades agropecuárias possam a estar próximas aos grandes centros ou até mesmo, inseridas neles. Do contrário, constata-se a falta de estudos de impactos ambientais das atividades rurais próximas ou no entorno aos grandes centros urbanos. Ademais, cabe destacar a diferença entre a agricultura urbana da maneira abordada pelo *City Farmer* daquela atividade rural periurbana que se compreende como um cinturão verde no entorno das cidades. Na maneira abordada pelo *City Farmer*, trata-se muito mais de pequenas hortas junto a casas, como nos pátios e nos terrenos. Já o conceito de

agricultura periurbana se torna mais amplo, pois aborda a interação urbano-rural. A perspectiva maior engloba uma produção agrícola próxima aos grandes centros urbanos. Essa produção agrícola, por sua vez, baseia-se majoritariamente, no cultivo de frutas, verduras e folhas que necessitam de um transporte cuidadoso, por serem produtos delicados. Após os elementos apresentados, a próxima seção irá se deter no reconhecimento de contribuições dessa problemática difundida para o caso do Brasil.

3.7 O debate contemporâneo sobre o rural e a periurbanização no Brasil

Verificaram-se, anteriormente, enfoques teóricos sobre o rural e a relação com o meio urbano. Sobretudo, abordou-se o rural e o urbano sob o prisma das atividades econômicas e, em especial, a localização dessas atividades junto aos grandes centros urbanos. Dentro disso, resgatou-se a teoria da localização até chegar-se na NGE. Também, abordou-se o rural e o urbano enquanto as diferentes paisagens e as transformações nelas ocorridas com a industrialização. Finalmente, a percepção da relação rural e urbana no Brasil é objetivo da presente seção.

No Brasil, destaca-se o Projeto Rurbano, que tem em sua equipe profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Em linhas gerais, o projeto busca caracterizar o meio rural brasileiro não somente como agrário. O meio rural brasileiro não pode mais ser tomado apenas como o lugar das atividades agropecuárias.

Outro autor que destaca a relação rural e urbana no Brasil, conforme já mencionado, é José Eli da Veiga, na Universidade de São Paulo (USP). O economista traz à tona a discussão sobre a relação rural-urbana, dando especial atenção ao desenvolvimento regional. Em nível municipal, o autor tem se especializado em contestações acerca das definições sobre as quais os municípios são considerados urbanos. Tais contestações têm como alvo o IBGE, e a grande questão se concentra na definição do rural e na “[...] idéia do desaparecimento do rural pela urbanização completa (ou extensiva) da sociedade.” (VEIGA, 2004a, p. 1). Schneider (2004), Schneider e Blume (2004) e Specht e Blume (2004) também contribuem com o debate sobre a busca por uma metodologia de abordagem territorial que dê conta dos espaços rurbanos.

Para Veiga (2005³⁵, p. 10), a relação rural-urbana no Brasil ainda é um problema a ser investigado, no sentido de se chegar a “[...] conclusões que realmente possam avançar o

³⁵ Outros textos de Veiga devem ser mencionados, porém enfatizou-se esse texto por tratar-se de uma síntese levantar a problemática em torno do desenvolvimento regional. Ver ainda: Veiga (2001, 2002, 2004a, 2004b).

conhecimento científico sobre o desenvolvimento regional.”. Veiga se mune de estudos de caso que investigam essa relação. Dessa forma, cabe aqui destacar que não necessariamente o que postula Veiga possa ser considerado uma abordagem teórica capaz de explicar ou validar o estudo no Vale do Rio dos Sinos. Porém, dadas as análises empíricas do autor, e suas contribuições acerca do tema relacionado à esta dissertação, não abordá-lo significaria não estar atenta aos estudos mais contemporâneos.

Para Veiga (2005), existe uma atração das pessoas, ou seja, um interesse pelos espaços rurais. Segundo o autor, trata-se de um processo novo, que não teria a ver com as relações do passado. Existe um “casamento” da cidade com o campo. A cidade seria o espaço do trabalho; e o campo, da liberdade e do lazer. Porém, no contexto do VS (através da pesquisa de campo), pode-se perceber que esse vínculo ainda existe, ao mesmo tempo em que residências de lazer (chácaras, sítios) têm se instalado, normalmente em espaços antes ocupados por famílias de agricultores, que, não se mantiveram nos espaços rurais.

De um fenômeno que vem ocorrendo desde 1960 no Reino Unido, Veiga (2005) traz ainda elementos para entender-se o rural em um contexto mais amplo da globalização. O que ocorreu foi uma mudança de produção e dos postos de trabalho das conurbações³⁶ e grandes cidades para vilas menores e áreas rurais. Do resultado, têm-se elementos característicos das amenidades ambientais e o interesse pelas áreas rurais que proporcionariam uma melhor qualidade de vida.

Todo esse processo é denominado por Veiga (2002) de “pós-industrial”, “pós-moderno” ou “pós-fordista”. Para o autor, essa ruralidade na América do Norte e na Europa decorreria da valorização da natureza. Ademais, o autor não demonstra vínculos com o passado para explicar essa valorização, tratando-se de algo que os indivíduos buscam no tempo presente.

Para analisar a ruralidade no Brasil, Veiga (2005, p. 13) se mune de suas críticas sobre a definição do que são municípios rurais e municípios urbanos do IBGE. Em síntese, considera-se urbana toda a sede de municípios (cidade) e de distrito (vila), independente das características funcionais e/ou estruturais do município.

De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2.000 habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas,

³⁶ “Conjunto formado por uma cidade e seus subúrbios, ou por cidades reunidas, que constituem uma seqüência, sem contudo, se confundirem.” (HOLANDA, 1999, p. 547).

alimentando esse desatino segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000.

Veiga, com isso, demonstra sua aversão às análises que decorrem dessa constatação. Outros recortes analíticos também são apresentados pelo autor, entre eles, cita-se:

- Não considerar urbano o município com menos de 20 mil habitantes. Com isso, cairia para 70% o grau de urbanização, no Brasil;
- Combinação do tamanho populacional do município com a densidade demográfica e a localização. Considerar-se-iam urbanos os residentes das aglomerações (metropolitanas, demais aglomerações e centros urbanos). Estariam aqui localizados 57% da população brasileira;
- Índice de pressão antrópica (densidade demográfica). Considerar-se-ia as áreas intocadas e não habitadas como rurais. “[...] se considera a pressão antrópica como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios.” (VEIGA, 2005, p. 14);

Veiga (2005), por seu turno, propõe uma análise por microrregiões:

- Microrregiões com aglomeração (metropolitana ou não);
- Microrregiões significativamente urbanizadas (com centro urbano ou com mais de 80 hab/km²);
- Microrregiões rurais (sem aglomeração, sem centro urbano e com menos de 80 hab/km²).

O recorte por microrregiões leva em consideração termos funcionais e estruturais dos municípios, não se baseando unicamente no critério do tamanho populacional. Necessita-se ainda, segundo o autor, avançar-se na consideração da dimensão espacial, com vistas às alterações dos ecossistemas provocadas pela espécie humana. Igualmente, caso as sociedades não avancem em suas análises em prol da valorização das paisagens silvestres ou cultivadas, ter-se-á uma sociedade pós-industrial completamente urbana (VEIGA, 2005). Para o autor, o rural (e a sua revalorização) está conectado justamente a tudo que o distingue do espaço urbano, em termos de amenidades ambientais.

No tocante à análise empírica de dados para o caso do Brasil, pode-se iniciar pela classificação utilizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (OCDE apud VEIGA, 2004a). Para a OCDE, ao nível local, consideram-se

comunidades rurais todas aquelas com densidade populacional inferior a 150 habitantes por quilômetro quadrado.

Tabela 7 – População (habitante), Área (km²), Habitantes por Km²

Municípios	População (hab.) 2000	Área Geográfica (km²)	Densidade (hab/km²)
Araricá	4.032	37,40	107,81
Campo Bom	54.018	59,80	903,31
Canoas	306.093	131,00	2.336,59
Dois Irmãos	22.435	72,90	307,75
Estância Velha	35.132	51,50	682,17
Esteio	80.048	27,60	2.900,29
Igrejinha	26.767	144,30	185,50
Ivoti	15.318	65,00	235,66
Lindolfo Collor	4.414	31,70	139,24
Morro Reuter	4.984	85,80	58,09
Nova Hartz	15.071	57,80	260,74
Nova Santa Rita	15.750	217,90	72,28
Novo Hamburgo	236.193	215,80	1.094,50
Parobé	44.776	111,30	402,30
Portão	24.657	158,50	155,56
Presidente Lucena	2.069	49,40	41,88
Riozinho	4.071	236,70	17,20
Rolante	17.851	270,10	66,09
São Leopoldo	193.547	106,90	1.810,54
Sapiranga	69.189	133,30	519,05
Sapucaia do Sul	122.751	58,00	2.116,40
Taquara	52.825	445,20	118,65
Três Coroas	19.430	159,00	122,20
Vale do Rio dos Sinos	1.371.421	2.926,90	468,56

Fonte: Ipeadata (IPEA, 2005). Hab./km² calculado pela autora.

Partindo-se da classificação da OCDE, nove municípios do VS seriam considerados rurais: Araricá, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Nova Santa Rita, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas. Juntos, esses municípios representam 52,38% da área total da região e 9,15% da população total da região.

Uma outra tipologia adotada é a “rurbano”, apontada por Veiga (2001), que são os municípios que têm tanto populações entre 50 e 100 mil habitantes, quanto os que têm menos de 50 mil, mas densidades superiores a 80 hab/km². Conforme ensina essa tipologia, enquadram-se aqui: Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Igrejinha, Ivoti, Lindolfo Collor, Nova Hartz, Parobé, Portão, Sapiranga, Taquara, Três Coroas.

Avançando-se agora para uma análise das categorias esvaentes, letárgicos e atraentes para os municípios, pode observar-se a Tabela 8. Segundo Veiga (2001), os municípios

esvaentes são aqueles que tiveram fortes quedas populacionais (e muitas vezes absolutas). Os municípios letárgicos tiveram perdas relativas, mas cresceram em termos absolutos em compassos não muito distantes em relação aos seus respectivos Estados. Por fim, os municípios atraentes tiveram crescimentos superiores aos de seus Estados.

Tabela 8 – Crescimento Populacional, 1991-2000

Municípios	População (hab.) 1991	População (hab.) 2000	Crescimento Populacional (%)
Araricá		4.032	
Campo Bom	47.876	54.018	12,83
Canoas	279.127	306.093	9,66
Dois Irmãos	18.951	22.435	18,38
Estância Velha	28.190	35.132	24,63
Esteio	70.547	80.048	13,47
Igrejinha	20.514	26.767	30,48
Ivoti	16.326	15.318	-6,17
Lindolfo Collor		4.414	
Morro Reuter		4.984	
Nova Hartz	10.013	15.071	50,51
Nova Santa Rita		15.750	
Novo Hamburgo	205.668	236.193	14,84
Parobé	31.995	44.776	39,95
Portão	19.489	24.657	26,52
Presidente Lucena		2.069	
Riozinho	3.389	4.071	20,12
Rolante	13.420	17.851	33,02
São Leopoldo	167.907	193.547	15,27
Sapiranga	58.675	69.189	17,92
Sapucaia do Sul	104.885	122.751	17,03
Taquara	42.467	52.825	24,39
Três Coroas	15.087	19.430	28,79
Rio Grande do Sul	9.138.670	10.187.798	11,48

Fonte: Ipeadata (IPEA, 2005). Crescimento populacional calculado pela autora.

Buscando-se identificar os municípios atraentes, gerou-se o cálculo da Tabela 8. Nela, observa-se que, entre os municípios estudados, somente Canoas e Ivoti não apresentaram um crescimento populacional superior ao RS, entre 1991 e 2000. Importante ressaltar que no ano de 1992 ocorreu a criação do município de Nova Santa Rita, emancipando-se do município de Canoas. Procedendo a uma análise, a partir da metodologia apontada por Veiga, todos os municípios são considerados atraentes. Isso pode indicar que a região tende a continuar crescendo em termos populacionais.

As contribuições de Veiga sugerem, ainda, uma breve análise sobre o caso da região do Vale do Rio dos Sinos. Percebe-se a importância das amenidades ambientais e a busca dos

indivíduos por espaços de lazer e de qualidade de vida superior aos grandes centros urbanos, no VS. Porém, tal fenômeno ocorre apenas parcialmente. Em alguns casos, verificou-se, a transferência (mudança) de famílias das zonas urbanas para as zonas rurais. Por outro lado, encontram-se famílias que têm a ligação histórica com o rural, permanecendo e se mantendo, se analisado do ponto de vista econômico e social. Para essas famílias, que também dão significativa importância às amenidades ambientais e à qualidade de vida³⁷ proporcionada pelo meio rural, não ocorreu uma revalorização do rural (como se fosse algo interrompido), mas sim, uma continuidade do que sempre existiu. O contexto econômico instável do Vale do Rio dos Sinos, nos últimos 20 anos, comprometendo o desempenho de setores como a indústria e o comércio, pode ser um dos motivos para que a tese de uma revalorização do rural seja assumida na região.

3.8 Considerações sobre a parte I

Antes de analisar os dados coletados na pesquisa de campo, sistematizamos os elementos contributivos da primeira parte, buscando-se responder aos objetivos propostos pela presente dissertação.

Inicialmente, conforme se propõe o item (a) dos objetivos específicos, procurou-se caracterizar a região do VS, especialmente no que tange o setor primário da economia. Dessa forma, os dados secundários coletados sobre a economia da região refletem, majoritariamente, a indústria e o setor de serviços como atividades econômicas predominantes. Os dados sobre valor adicionado, principalmente, demonstram com clareza o pequeno papel do setor primário.

De outro modo, podem-se analisar os dados sobre os perímetros urbano e rural dos municípios envolvidos, onde se constata que 26,84% da área total da região é urbanizada. Isso indica, em uma outra percepção da região, uma situação nem tanto industrial, tão pouco totalmente urbanizada.

Outrossim os dados do Apêndice C, indicam percepções sobre o meio rural do VS, especialmente no que tange à produção de produtos agropecuários, tais como: pecuária, lavoura de arroz, plantas medicinais, laticínios, morangos, piscicultura, produção de ovos, turismo rural, criação de cavalos, floricultura, fruticultura e mel. Ademais, são estimulados

³⁷ Os dados apresentados no capítulo 3 mostraram o reconhecimento por essa qualidade de vida (especialmente pela alimentação e pelo meio ambiente), mas é grande a queixa acerca do trabalho árduo e constante de 7 dias por semana (especialmente no caso de animais na propriedade).

ainda ações para o fortalecimento da qualidade de vida, através de uma alimentação saudável e de moradias cercadas de amenidades ambientais. Do ponto de vista da alimentação saudável, destaca-se ainda a destinação dos produtos agropecuários para a merenda nas escolas municipais.

A escolha dos municípios para a pesquisa de campo e os critérios utilizados para defini-los foram abordados nessa primeira parte do trabalho. A partir de Novo Hamburgo e Rolante, daremos seguimento ao trabalho na segunda parte, pois a partir dos dados levantados, procurar-se-á responder o problema de pesquisa. Os dois municípios foram escolhidos a partir de uma maior participação do meio agropecuário na produção econômica do município (através do valor do adicionado). Também, foi destacada a localização de cada município, considerando-se que Novo Hamburgo encontra-se “mais perto” do meio urbano em comparação à Rolante.

O reconhecimento do histórico da ocupação da região do VS também fez parte dessa primeira parte do trabalho. O resgate histórico apresentado teve por objeto entender a região do VS a partir da sua ocupação; e as atividades econômicas que passaram a garantir a sobrevivência daqueles que se instalaram na região. Verificou-se que as colônias geralmente praticavam a policultura quando se tratava de atividades agrícolas. Por outro lado, também se verificou a expansão das atividades industriais. Porém, o que fica desse resgate histórico é que o VS está estrategicamente localizado, quando se analisa a comercialização de seus produtos.

A primeira parte do trabalho tratou, igualmente, de identificar referenciais teóricos para a explicação do problema de pesquisa. Inicialmente resgatou-se a Teoria da Localização e os anéis concêntricos de Von Thünen. Novamente, o fato de Von Thünen não ter tido o reconhecimento se deve ao fato de seus escritos terem se restringido ao público de língua alemã, não influenciando, portanto, a leitura de seus trabalhos pelos economistas anglo-saxões da primeira metade do século XX.

É interessante notar nessa trajetória o surgimento dos elementos de espaço aplicados à teoria econômica. Assim como enfatiza Blaug (1979), elementos espaciais, distância e custo de transporte não tiveram a importância até o momento que tais variáveis passaram a ser consideradas e entendidas como vitais para a compreensão do desenvolvimento econômico das sociedades contemporâneas. Com isso, percebe-se que com as reflexões sobre a teoria da localização, que se fundamentou principalmente nos anéis concêntricos de Von Thünen, elementos espaciais, distância e custo de transporte passaram a compor a agenda de pesquisa da geografia econômica, no sentido de se ter respostas para o entendimento da localização das atividades econômicas.

Na tentativa feita por North (1955) para o caso da América do Norte, pensou-se também o caso do VS. Os estágios apontados pela teoria da localização poderiam de certa forma, se aplicar à região. Afirmar-se-ia isso dados os estágios evolutivos ocorridos na região, desde o início de seu povoamento pela imigração alemã. Também, ocorreu na região a fase da subsistência, onde se teve pouco investimento ou comércio. Outrossim poderia ser visualizada a segunda fase, exemplificando-se pela melhoria dos transportes (rede ferroviária, em 1876) e certa especialização local (produtos específicos da economia colonial). O comércio inter-regional ocorre nas direções de Porto Alegre, Pelotas e em outras cidades no centro do país, caracterizando-se assim, a terceira fase. Um preâmbulo da industrialização, que seria um quarto estágio, se deu por base nos conhecimentos trazidos pelos alemães. Com isso, têm-se elementos para se dizer que a teoria da localização (e os respectivos estágios) poderiam se utilizados no entendimento sobre o desenvolvimento da região e a permanência do rural até hoje.

Os espaços rurais enquanto paisagens do meio urbano foram trabalhados na seção 3.5, onde procurou-se analisar o caso do VS a partir das contribuições de Antrop (2004; 2005), que pensa alguns casos da Europa.

Por fim, apresentou-se a agricultura urbana no caso apresentado pelo *City Farmer*, como também o uso do conceito de periurbanização. Pensando o caso do VS, poderíamos dizer que temos ambos os casos. A periurbanização, na perspectiva apontada por Schneider (2004), é constituída por espaços que detém características urbanas e rurais: “Em contraste com a separação clássica entre a cidade e o campo, a área periurbana apresenta-se como um espaço de transição, muitas vezes extenso, que combina ao mesmo tempo aspectos rurais e urbanos.” (SCHNEIDER, 2004, p. 170). Assim, a região do VS como um todo, apresenta-se como uma área perirurbana. Por outro lado, verifica-se que atividades relacionadas à agricultura urbana também estão presentes no interior de propriedades no centro das cidades, porém não se adentrou no levantamento das mesmas, pois não faz parte do objeto do presente trabalho.

PARTE II

4 O RURAL DO VS A PARTIR DA PESQUISA DE CAMPO: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS¹

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os resultados coletados na pesquisa de campo, bem como analisá-los. Com isso, pretende-se compreender o rural do VS.

4.1 Estabelecimentos agropecuários entrevistados: Novo Hamburgo e Rolante

De acordo com a Tabela 9 foram entrevistados um total de 30 estabelecimentos agropecuários, sendo 19 no município de Rolante e 11 no município de Novo Hamburgo. Em cada município, esse número de agricultores representou 5% dos estabelecimentos agropecuários, indicados pelas Secretarias Municipais de Agricultura. Priorizou-se entrevistar a pessoa responsável do estabelecimento rural, e, em alguns casos, o cônjuge também participou da entrevista. As faixas etárias predominantes dos responsáveis pelos empreendimentos rurais variam entre 41 e 50 e entre 61 e 70 anos. Os responsáveis, na sua maioria, são homens e o grau de instrução varia entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio incompleto².

¹ O texto, a seguir, pauta-se na aplicação dos questionários, desenvolvendo-se assim o conteúdo levantado nas entrevistas. Ao longo do texto, são indicadas as fotografias referentes a cada situação que se está explicando.

² Os resultados sobre o grau de instrução foram consolidados, ou seja, aqueles que têm ensino fundamental completo ou incompleto, somam-se a “ensino fundamental”.

Tabela 9 – Perfil Geral dos Entrevistados

Descrição	Número de Entrevistados			
	Novo Hamburgo	Rolante	Total	Total (%)
<u>Estab. Agropecuários</u>	11	19	30	
<u>Sexo do Responsável</u>				
<i>Feminino</i>	1	8	9	30
<i>Masculino</i>	10	11	21	70
<u>Faixa Etária</u>				
<i>30-40</i>	1	2	3	10
<i>41-50</i>	6	5	11	37
<i>51-60</i>	1	6	7	23
<i>61-70</i>	3	6	9	30
<i>Média Idade</i>	52	54	53	
<u>Grau de Instrução</u>				
<i>Ensino Fundamental</i>	6	18	24	80
<i>Ensino Médio</i>	5	1	6	20

Fonte: Pesquisa de Campo (2006).

Os dados da Tabela 9 chamam a atenção para alguns aspectos relevantes. O predomínio de homens como responsáveis dos estabelecimentos agropecuários, vinculando-se, dessa forma, as atividades rurais aos homens. Também, dentre os responsáveis, indivíduos majoritariamente de idade mais avançada ou, em outras palavras, não tão jovens. Esse aspecto instiga o reconhecimento do destino que os filhos dão às suas vidas, em termos de moradia e profissão. O destino dos filhos será analisado ao avançar-se nas análises.

Sobre a residência dos responsáveis dos estabelecimentos agropecuários, no município de Novo Hamburgo, apenas um mora em outro local, mas permanece no bairro rural de Lomba Grande. Do município de Rolante, todos os entrevistados residem no próprio estabelecimento.

Diante da Tabela 10, podem-se verificar alguns elementos do perfil do estabelecimento agropecuário. Sobre o tamanho, 60% são estabelecimentos pequenos, compreendendo até 20 hectares. Isso significa que, em ambos os municípios, não é grande o número de estabelecimentos agropecuários voltados para agricultura e/ou pecuária extensiva,

sinalizando-se assim, pequenas produções agropecuárias. Na sua maioria (90%) as terras dos estabelecimentos agropecuários pertencem aos próprios responsáveis.

Ainda sobre os dados da Tabela 10, os produtos cultivados nos estabelecimentos agropecuários para o auto-consumo são bastante variados, com certo predomínio de hortaliças, verduras e legumes. Dentre esses, destacam-se: alface, tomate, brócolis, repolho, aipim, temperos verdes (cebolinhas), cenoura, beterraba, batata e frutas da estação. Das frutas, destacam-se banana, laranja e melancia. Da pecuária, destaca-se a produção de leite e outros produtos derivados do mesmo. Da avicultura, destaca-se a produção de ovos. Do leite e dos ovos são produzidos ainda pães, cucas, queijos. Pôde-se constatar também que normalmente os indivíduos residentes no estabelecimento retiram grande parte de seus alimentos daquilo que produzem na terra ou do cultivo de animais. Na Foto 1 visualiza-se algumas áreas de Novo Hamburgo, incluindo a horticultura, a piscicultura e a pecuária.



Foto 1 – Produções Agropecuárias de Novo Hamburgo

Ainda referindo-se aos elementos da Tabela 10, o que é cultivado para a comercialização normalmente envolve os produtos também produzidos para consumo próprio. Porém, outras atividades também são desenvolvidas com certo destaque. Em Novo Hamburgo, cita-se a criação de eqüinos e hotelarias para os animais (Foto 2). Como atividade secundária daqueles que residem nos estabelecimentos agropecuários, destaca-se a silvicultura (acácia e eucalipto), que é desenvolvida para o aproveitamento de terras.



Foto 2 – Criação e Hotelaria para Eqüinos em Novo Hamburgo

Em Rolante, destaca-se a produção de leite, especificamente no caso de produtores cadastrados para atender à COOPLESA³ (Foto 3). Observa-se ainda um outro movimento importante que envolve parte dos responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários de Rolante, o chamado “Caminho das Pipas”. Localizado na comunidade de Boa Esperança, os produtores se reuniram para constituir um roteiro turístico, explorando o potencial natural de

³ A COOPLESA (Cooperativa dos Produtores de Leite da Encosta da Serra) pertence ao Sistema COORLAC (Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos Ltda.).

subidas e montanhas, proporcionando ainda a degustação e compra de vinhos e produtos coloniais. Entre os produtos, destacam-se: pães, cucas, biscoitos, salames, *schmiers*, geléias, compotas, licores, graspa colonial e vinhos das uvas bordô, borgonha, niágara, cabernet, merlot e moscato (Foto 4). Ademais, são elaboradas refeições típicas da culinária italiana para turistas ou grupos de viagem (alguns estabelecimentos podem ser verificados na Foto 5). Outra atividade que merece destaque, no município de Rolante, é a piscicultura, conforme a Foto 6. Essa cultura é desenvolvida tanto para consumo próprio como para a comercialização de peixes como a carpa⁴. Em alguns casos, de acordo com a Foto 7, o proprietário do estabelecimento divulga a secagem do açude e as datas para vendas dos seus peixes, que ocorre normalmente duas vezes ao ano (no período que antecede a Páscoa e seis meses após o mês de outubro).



Foto 3 – Propriedade Rural Entrevistada em Rolante, Voltada à Produção Leiteira

⁴ Espécie de peixe de água doce e muito usado para piscicultura.



Foto 4 – Estabelecimento Agropecuário na Localidade de Boa Esperança, em Rolante

Produtos Coloniais

Produto: **AGNOLINE**



Produtor: *Seloni Sperafico*
Localidade: *Morro Grande*
Município: *Rolante*
Fone: **(51) 9846.5089**

Peso 500g

Data elaboração: _____ Validade: 90 dias

Ingredientes: FARINHA, OVOS, AZEITE, CARNE E TEMPEROS.

CRATINA 3547.1500

Produtos Coloniais

Produto: **MASSA CASEIRA**



Produtor: *Seloni Sperafico*
Localidade: *Morro Grande*
Município: *Rolante*
Fone: **(51) 9846.5089**

Peso 500g

Data elaboração: _____ Validade: 90 dias

Ingredientes: FARINHA, OVOS E AZEITE

CRATINA 3547.1500

vino coloniale

Bennato

TERZA GENERAZIONE

Elaborato e imbottigliare in nostro proprio vigneto


92 8775 62

Adélio Luiz Spardelotto



35 0162 01

BOA ESPERANÇA - ROLANTE/RS


Fone: (51) 694.6396 - CNPJ 04.820.701/0001-28


Pousada Caminho das Pipas
Rolante / RS

Quartos de casal



Quartos com 2 camas de solteiro



Suíte com cama de casal e Beliche

Sala de café com TV - Piscina - Garagem

R. Guerino Pandolfo, 160 - Centro - Rolante / RS
PROGRAMA-SE: FAÇA SUA RESERVA!
Fone: 51 3547.1849 - Celular: 51 9199 2788
e-mail: pousadacaminhodaspipas@yahoo.com.br

Foto 5 – Estabelecimento Agropecuário da Localidade de Boa Esperança



Foto 6 – Piscicultura em Rolante⁵

⁵ Imagens à esquerda, cedidas pelo agricultor entrevistado e pela Emater.



PISCICULTURA STREIT
Alonsio Alcindo Streit
 Convida para:
DISPESCA
 SECAGEM DE AÇUDE
Dias 18 e 19 de OUTUBRO

**HAVERÁ VENDA
 DE PEIXE VIVO NOS DIAS
 18 e 19 de OUTUBRO**

FONE 9813.6634

*Linha Campinas - à 7 Km do Asfalto
 ROLANTE - RS*

Gráfica BRANESA - Fone 547-1389 - Fone/Fax 547-2307

Foto 7 – Divulgação da Carpa em Rolante

No tocante à adoção de prática que confira qualidade diferenciada aos produtos que o estabelecimento agropecuário comercializa, verificou-se que existem poucas práticas consolidadas e reconhecidas e outras poucas ainda incipientes ou em fase de adaptação. Dentre os onze estabelecimentos entrevistados em Novo Hamburgo, três indicaram adotar práticas de uso de adubos orgânicos (provenientes de esterco de animais) e os demais, não adotam nenhuma prática oficialmente reconhecida. Destaca-se, que entre os agricultores que comercializam seus produtos na Feira do Produtor de Novo Hamburgo, que os produtos não contêm agrotóxicos⁶. No caso de Rolante, dois estabelecimentos adotam selos/rótulos em seus produtos, os quais são do “Caminho das Pipas” e da “Casa do Mel”. Ambos os movimentos

⁶ Os instrumentos que regulam a atividade quanto ao uso de agrotóxicos serão vistos no final da presente seção.

contam com o apoio dos escritórios municipais da EMATER. Doze estabelecimentos não adotam nenhuma prática e outros cinco não responderam⁷.

Tabela 10 – Perfil dos Estabelecimentos Agropecuários

Descrição	Número de Entrevistados			
	Novo Hamburgo	Rolante	Total	Total (%)
<u>Estab. Agropecuários</u>	11	19	30	
<u>Dimensão do Estab. (hectares)</u>				
<i>Até 10</i>	3	6	9	30
<i>De 11 a 20</i>	4	5	9	30
<i>De 21 a 30</i>	2	2	4	13
<i>De 31 a 40</i>	1	1	2	7
<i>De 41 a 50</i>	1	2	3	10
<i>De 51 a 60</i>		1	1	3
<i>De 61 a 70</i>		1	1	3
<i>Mais de 71</i>		1	1	3
<u>Condição legal da terra</u>				
<i>Própria</i>	10	17	27	90
<i>Arrendada</i>	2	2	4	13
<i>Parceria</i>		2	2	7
<u>Principais produtos para consumo próprio</u>				
<i>Hortaliças</i>	3	13	16	
<i>Frutas</i>	5	12	17	
<i>Leguminosas</i>	1	7	8	
<i>Produtos prov pecuária</i>	5	3	8	
<i>Produtos prov avicultura</i>	6	1	7	
<i>Produtos prov piscicultura</i>	1	5	6	
<u>Principais produtos para comercialização</u>				
<i>Hortaliças</i>	8	5	13	
<i>Frutas</i>	4	5	9	
<i>Leguminosas</i>	5	5	10	
<i>Produtos prov pecuária</i>	2	6	8	
<i>Produtos prov avicultura</i>	1	1	2	
<i>Produtos prov piscicultura</i>	2	5	7	
<i>Atividades com eqüinos</i>	2		2	
<i>Suinocultura</i>	2		2	
<i>Mudas (cebola)</i>	1		1	
<i>Produção de leite</i>		7	7	
<i>Uva, Vinho, Suco, Cantina</i>		4	4	
<i>Acácia/eucalipto</i>		1	1	

Fonte: Pesquisa de Campo (2006).

Obs.: Alguns responsáveis possuem tanto terras próprias quanto arrendadas ou em parceria. Dentre os produtos, destacam-se ainda alguns serviços, como é o caso das refeições. “Produtos prov.” significa produtos provenientes.

A pesquisa de campo aprofundou-se ainda em questões relativas a aspectos internos do estabelecimento agropecuário, conforme Tabela 11, relativos à renda familiar, local de

⁷ Não foi objetivo do presente trabalho adentrar-se se o que é produzido nos estabelecimentos agropecuários entrevistados está regulado ou dentro das normas legais de produção.

domicílio do responsável e dos membros da família. Constatou-se que, dentre os estabelecimentos agropecuários, todos os responsáveis que foram entrevistados eram chefes de família e o (a) cônjuge residia conjuntamente. Em alguns casos, todos os filhos residiam na propriedade e, em outros casos, somente parte dos filhos. Dessa forma, podem-se constatar a agricultura familiar⁸ em ambos os municípios.

Em 77% dos casos entrevistados, os responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários sempre trabalharam no meio rural. Observa-se que 20% do total dos entrevistados adotaram a atividade rural como prática profissional nos últimos 20 anos.

Quando foram perguntados sobre a intenção de permanecer na atividade rural, todos os entrevistados, tanto de Rolante como de Novo Hamburgo, manifestaram-se positivamente. Dos motivos que os impulsionam a permanecer na atividade rural, destacam-se: (a) gosto pela lida com a terra; (b) atividade que sabe desenvolver; (c) já possuir as terras. Em Rolante, é importante destacar o elemento qualidade de vida, não apontado por nenhum dos entrevistados do município de Novo Hamburgo. Igualmente, chama-se a atenção à surpresa dos entrevistados para a referida pergunta, parecendo-se, assim, como algo que nunca haviam se questionado ou, até mesmo, pensado a respeito. Por outro lado, isso demonstra certa “acomodação” por parte dos entrevistados, simplesmente por permanecerem na atividade rural por falta de iniciativa ou disposição às novas oportunidades.

Das respostas dos responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários, aliado à idade dos mesmos, tem-se uma percepção parcial da intenção de permanecer na atividade rural. Isso pois, uma vez que na sua maioria são pessoas na faixa dos 50 anos, estarão, de certa forma, encerrando as suas atividades profissionais em curto período de tempo (10 a 15 anos). Em função disso, buscou-se descobrir a atividade profissional dos demais membros das famílias, especialmente dos filhos(as). Em Novo Hamburgo, 45% dos estabelecimentos têm todos os membros da família na atividade rural. Em Rolante, 47%. Para se ter noção do conjunto total de pessoas envolvidas no meio rural das famílias dos entrevistados, em Novo Hamburgo, soma-se um total de 51 indivíduos (o responsável e mais os membros da família). Desse total,

⁸ Refere-se aqui ao conceito abordado pela FAO e INCRA (1996, cap. 1), em estudo intitulado “Perfil da Agricultura Familiar no Brasil”, onde “A agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: (a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; (b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; (c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.”. Dessa forma, para o presente trabalho, se baseia nesse conceito quando se refere à agricultura familiar.

38 trabalham na atividade rural, correspondendo a 74,51%. No caso de Rolante, esse percentual é de 74,39% (61 dos 82 indivíduos trabalham na atividade rural).

Os (as) filhos (as), por sua vez, variam quanto as suas escolhas profissionais. Alguns se mostraram interessados em manter-se na atividade rural e, em outros casos, os filhos(as) já desenvolviam ou estão iniciando outras atividades, majoritariamente nos centros urbanos. Em outros termos, pode-se dizer que a motivação para a escolha profissional varia de indivíduo para indivíduo.

Com efeito, os indivíduos que não atuam na atividade rural, quando perguntados da perspectiva de trabalhar, também demonstraram ambigüidade de respostas. Em Novo Hamburgo, 63,63% não têm perspectiva de trabalhar na atividade rural. O motivo que predomina é o fato de já terem outro trabalho ou profissão, que representa 71,43% dos que não atuam na atividade rural.

Já em Rolante, 47,37% dos que não exercem atividades profissionais não têm perspectiva de trabalhar na atividade rural. O motivo que predomina é o fato de não gostarem da atividade rural (88,89%). Dos 52,63% que têm, sim, perspectiva de trabalhar na atividade rural, 30% visualizam a falta de perspectiva de trabalho na cidade como uma motivação para trabalhar na atividade rural. Outros 30% se justificam por tratar-se da atividade rural ser a atividade de trabalho que domina e tem condições de desenvolver quando desejar.

Conforme apresenta a Tabela 11, em 87% dos entrevistados, em ambos os municípios, a renda adquirida na atividade rural é suficiente para garantir o sustento da família e o pagamento de todas as suas despesas. Em relação ao fato de o responsável do estabelecimento ter outra atividade remunerada (incluindo aposentadoria), 70% responderam que não mantém outra atividade remunerada além das atividades rurais. As atividades que são mantidas concomitantemente à atividade rural, representando assim os 30%, normalmente, são atividades de tempo parcial, que podem ser conciliadas com a lida agrícola, como, por exemplo: meio turno, tais como: merendeira em escola pública municipal; atividade junto ao sindicato rural ou aposentadoria.

Tabela 11 – O Trabalhador Rural e seu Estabelecimento Agropecuário

Descrição	Número de Entrevistados			
	Novo Hamburgo	Rolante	Total	Total (%)
<u>Estab. Agropecuários</u>	11	19	30	
<u>Tempo de trabalho com a terra</u>				
<i>Até 20 anos</i>	3	3	6	20
<i>Mais de 20 anos</i>		1	1	3
<i>Sempre trabalhou</i>	8	15	23	77
<u>Intenção de permanecer na atividade rural - motivos</u>				
<i>Já possui as terras</i>	3	5	8	
<i>Alternativa de renda</i>	1	2	3	
<i>Gosto pela lida com a terra</i>	4	12	16	
<i>Atividade que sabe desenvolver</i>	5	8	13	
<i>Falta de oportunidade na cidade</i>	1	1	2	
<i>Tem seu próprio negócio</i>	1	1	2	
<i>Atividade que sempre terá trabalho</i>	2		2	
<i>Qualidade de vida</i>		3	3	
<u>Membros da família</u>				
<i>Toda família trabalha na atividade rural</i>	5	9	14	47
<i>Algum(ns) membro(s) não trabalham na atividade rural</i>	6	10	16	53
<u>Renda suficiente</u>				
<i>Sim</i>	11	15	26	87
<i>Não</i>		4	4	13
<u>Outras atividades de trabalho remunerado</u>				
<i>Sim</i>	3	6	9	30
<i>Não</i>	8	13	21	70

Fonte: Pesquisa de Campo (2006)

Referindo-se aos dados que dizem respeito sobre o responsável do estabelecimento agropecuário e o meio institucional que ele utiliza para desenvolver seus trabalhos, destaca-se a Tabela 12, relativos ao apoio recebido de órgãos e instituições. Nesse caso, o entrevistado podia responder livremente mais de uma opção. Assim, 90% dos entrevistados declararam contar com algum tipo de apoio, com destaque: (a) o trabalho de extensão rural desenvolvido pelos escritórios municipais da Emater; (b) governo municipal¹; (c) sindicatos dos trabalhadores rurais. Dentre os apoios, destaca-se: (a) financeiro²; (b) orientação para melhores manejos do ponto de vista ambiental; (c) capacitação e treinamento. Quando perguntados em que áreas gostariam de receber mais apoio, destaca-se: (a) infra-estrutura, incluindo estradas pavimentadas, telefonia e iluminação pública; (b) financeiro. Cabe

¹ Em especial, destacam-se as secretarias municipais de agricultura, existentes em ambos os municípios.

² O apoio financeiro se refere principalmente à orientação ao crédito e encaminhamento de financiamentos, incluindo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

observar o elemento infra-estrutura. A maioria dos entrevistados demonstrou que a falta de infra-estrutura, ou mesmo sua precariedade, são entraves para o desenvolvimento de suas atividades rurais. O caso das estradas não pavimentadas tem impactos do desenvolvimento do turismo, conforme destacado pelos entrevistados do “Caminho das Pipas”. A telefonia normalmente não funciona nas zonas rurais, tanto de Rolante como em Novo Hamburgo. Quando funciona, dá-se em péssima qualidade, conseqüentemente, muitos acabam utilizando telefones celulares, acarretando em maiores custos.

Tabela 12 – O Trabalhador Rural e Meio Institucional de Apoio

Descrição	Número de Entrevistados			
	Novo Hamburgo	Rolante	Total	Total (%)
<u>Estab. Agropecuários</u>	11	19	30	
<u>Apoio de órgão/instituição</u>				
<i>Sim</i>	10	17	27	90
<i>Não</i>	1	2	3	10
<u>Apoio de órgão/instituição</u>				
<i>Governo Municipal</i>	7	8	15	
<i>Emater</i>	8	9	17	
<i>Sindicato</i>	2	11	13	
<i>Associação de Moradores</i>	1		1	
<i>Sebrae</i>	1		1	
<i>Bancos públicos</i>		1	1	
<i>Bancos privados</i>		3	3	
<i>COOPLESA</i>		6	6	
<i>SENAR</i>		1	1	
<u>Tipos de apoio recebidos</u>				
<i>Financeiro</i>	3	8	11	
<i>Capacitação e Treinamento</i>	4	3	7	
<i>Orientação para melhores manejos do ponto de vista ambiental</i>	3	6	9	
<i>Facilitação na comercialização dos produtos</i>	3		3	
<i>Encaminhamento para formação agroindústria</i>	1	2	3	
<i>Locação de maquinário pela prefeitura</i>		5	5	
<u>Tipos de apoio necessários</u>				
<i>Financeiro</i>	4	6	10	
<i>Capacitação e Treinamento</i>	3	1	4	
<i>Orientação para melhores manejos do ponto de vista ambiental</i>		1	1	
<i>Facilitação na comercialização dos produtos</i>	3		3	
<i>Encaminhamento para formação agroindústria</i>		1	1	
<i>Locação de maquinário pela prefeitura</i>		1	1	
<i>Infra-estrutura (estradas, telefonia, iluminação)</i>	3	9	12	

Fonte: Pesquisa de Campo (2006).

Ressaltam-se, ainda, alguns eventos anuais que ocorrem nos municípios de Novo Hamburgo e Rolante, com relação ao meio rural. Esses eventos foram destacados pelos agricultores entrevistados, enquanto oportunidades para comercialização de seus produtos.

Em Novo Hamburgo, cita-se a Festa do Colono, em sua 17ª edição, no ano de 2006, juntamente com a Semana do Cavalo (1ª edição em 2006). A Festa, que dura um final de semana e ocorre no pátio da Comunidade Católica São José, no bairro de Lomba Grande, juntamente com a Feira do Produtor de Novo Hamburgo (Foto 8). A Festa é organizada pela Secretaria Municipal de Agricultura de Novo Hamburgo (SEMAG) e tem por objetivo prestigiar os agricultores e pecuaristas do município.

Programação da 17ª Festa do Colono e 1ª Semana do Cavalo 2006

Ingressos para as palestras e tertúlia: 2kg de alimentos não-percíveis.

Dia 22 de julho de 2006.
08:30 às 12:00h - Provas de Hipismo e Lança; Abertura da 1ª Mostra de Insumos Agropecuários
13:00h - Roteiro Panorâmico
Local: Sociedade Gaúcha de Lomba Grande.

Dia 23 de julho de 2006.
08:30 às 17:30h - Roteiro e Palestras;
Local: Sociedade Gaúcha de Lomba Grande.

Dia 24 de julho de 2006.
19:30h Palestra Técnica - Dra. Elizabeth Caidas Soares
Dr. Jureli Castro Junior
Assunto: Cálculo Equino
Local: Sociedade Gaúcha de Lomba Grande.
Após a palestra, haverá jantar campêiro ao custo de R\$ 5,00 + bebida.

Dia 25 de julho de 2006.
20:00h - Tertúlia com Feira de Artesanato (20h às 22h);
21:00h - Jantar Campêiro (R\$ 8,00 + bebida)
22:00h - Baile com Grupo Tchê Moçada.
*Haverá apresentação de Invenidade.
Local: Sociedade Gaúcha de Lomba Grande.

Dia 26 de julho de 2006.
19:30h - Palestra Técnica - Paulo Luxton
Ciro Abel Pinto (Centro Hípico
Porto Primavera)
Assunto: Enduro Equestre
Local: Sociedade Gaúcha de Lomba Grande.
Após a palestra, haverá jantar campêiro ao custo de R\$ 5,00 + bebida.

Dia 27 de julho de 2006.
19:30h - Celebração Eucarística.
Local: Comunidade Católica São José, rua João Aloysio Alfayer, no Centro de Lomba Grande, NH.
* Na ocasião estaremos arrecadando alimentos para as fazendas de reclusão de dependentes químicos.

Dia 28 de julho de 2006.
16:00h - Recepção dos Cavaleiros do Minuzno no CTG.
19:30h - Palestra Técnica - Dra. Diemea Bocá Felmendes
Assunto: Comportamento e Condicionamento Atlético do Cavalo
Local: Sociedade Gaúcha de Lomba Grande.
Após a palestra, haverá jantar campêiro ao custo de R\$ 5,00 + bebida.

Dia 29 de julho de 2006.
Local da Programação: Comunidade Católica São José, rua João Aloysio Alfayer, no centro de Lomba Grande, Novo Hamburgo.
- 09:00h - Saída Enduro Equestre e chegada no CTG, sem horário definido.
13:00h - Premiação Enduro Equestre
Apresentações Artísticas
- 13:30h - E.M.E.F. Santa Gonçalves
- 14:00h - E.M.E.F. Tiradentes
- 14:30h - Grupo Theatrôren.com, do Colégio Imaculada Conceição de Dois Irmãos, com o peça "Não Tenho Nada a Ver com Você".
- 15:00h - E.M.E.F. José de Anchieta

- 15:30h - Grupo Theatrôren.com, do Colégio Imaculada Conceição de Dois Irmãos, com o peça "A Mãe".
- 16:00h - E.M.E.F. Conde D'Elza
- 16:20h - Grupo de Dança da Academia Corpo e Saúde.
- 16:45h - E.M.E.F. Washington Luiz.
- 17:00h - Encerramento das apresentações.

Data 30 de julho de 2006.
Local da Programação: Ginásio da Comunidade Católica São José, Rua João Aloysio Alfayer, no centro de Lomba Grande, Novo Hamburgo.
- 9:30h - Apresentação da Banda de Música do 19º Bimtz de São Leopoldo.
9:30h - Abertura Oficial da Festa do Colono.
10:00h - Desfile típico dos Colonos.
11:30h - Almoço Festivo no Salão Paroquial da Comunidade Católica.
- 15:00h - Apresentação de Banda Voyager.
- 18:00h - Encerramento.
Pátio da Comunidade Católica de Lomba Grande
Palco Alternativo (programação cultural)
- 14:00h - Apresentação Banda Amizade
- 15:00h - Apresentação do Grupo Fala São - Oficina de Teatro de Favela - com a Peça "Que História é essa?"
- 17:00h - Apresentação do Vocal Cantalomba
- 18:00h - Encerramento.
Haverá também na Festa do Colono:
Feira do Artesanato;
Feira do Produtor;
Exposição do Grupo Lomba da Arte;
Bingo para crianças;
Arrecadação de doativos para o Gabinete de Primeiros Socorros.
Dama.

OBS: Ao meio-dia, do dia 30/07, a Comunidade Católica de Lomba Grande, estará servindo "almoço".

17ª FESTA DO COLONO
A Festa do Colono é um evento anual, realizado desde 1990 pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, através da Secretaria da Agricultura, no Bairro Lomba Grande.
O Bairro rural, com uma área de 156 km², equivale a dois terços da área do município e está localizado a 10 km do centro da cidade.
Possui inúmeros atrativos turísticos em meio à exuberante natureza.
A Festa do Colono, na sua 17ª Edição, é uma homenagem a aquele que trabalha na terra, valorizando nossas raízes.

VISITE A FEIRA DO PRODUTOR DE NOVO HAMBURGO

17ª FESTA DO COLONO
29 E 30 DE JULHO DE 2006
COMUNIDADE CATÓLICA SÃO JOSÉ
BAIRRO LOMBA GRANDE - NOVO HAMBURGO

1ª SEMANA DO CAVALO
Ocorre de 22 a 28/07
Local: Sociedade Gaúcha de Lomba Grande

DIA 30/07
10h - Desfile Típico
15h - Show Banda Voyager

Realização:
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA CULTURA E TURISMO NOVO HAMBURGO
Apoiado por:
Danusa Sully, Unimed, Recipier

Foto 8 – Festa do Colono em Novo Hamburgo

Sobre a Feira do Produtor de Novo Hamburgo, esta ocorre em 16 diferentes momentos durante a semana, em bairros distintos do município. A Feira ocorre há 17 anos, com início no ano de 1990. Data de 24 de dezembro de 2003, o Decreto Municipal N.º 1.575, que homologa o Regimento Interno da Feira do Produtor de Novo Hamburgo. Em linhas gerais, a SEMAG autoriza os produtores e entidades que podem comercializar seus produtos na feira,

obrigatoriamente de Novo Hamburgo. Interessante notar os procedimentos acerca da produção vegetal, que inclui grãos, frutos, hortaliças, ervas medicinais, condimentos, plantas ornamentais e pastagens: “É expressamente proibido o uso de agrotóxicos (herbicidas, fungicidas, inseticidas, acaricidas, bactericidas e afins).” (CASSANELLI, 2005, p. 128). Sobre os produtos de origem animal, o Decreto Municipal N.º 694, de 08 de dezembro de 2000. Para a Feira do Produtor de Novo Hamburgo, consultar a Foto 9.



Foto 9 – Feira do Produtor de Novo Hamburgo

Em Rolante, alguns eventos anuais também ilustram iniciativas de apoio ao meio rural. Uma delas é o Festival do Vinho da Localidade de Boa Esperança (em 2006, ocorreu sua 28ª edição). Os vinhos são denominados de “Vinhos Coloniais”, e os produtores são referenciados por seus vinhos como, por exemplo, os Vinhos Dallarosa, de Martinho Dallarosa (Foto 10). Também na localidade de Boa Esperança, no ano de 2006, ocorreu a Segunda Cavalgada (Foto 11), no Caminho das Pipas. Organizada pelo CTG³ Passo dos Tropeiros, com apoio da Prefeitura Municipal de Rolante, a Cavalgada tem por objetivo promover o Caminho das Pipas, com a passagem por sete cantinas de vinhos coloniais.



Foto 10 – Festival do Vinho da Localidade de Boa Esperança, em Rolante

³ Centro de Tradições Gaúchas.

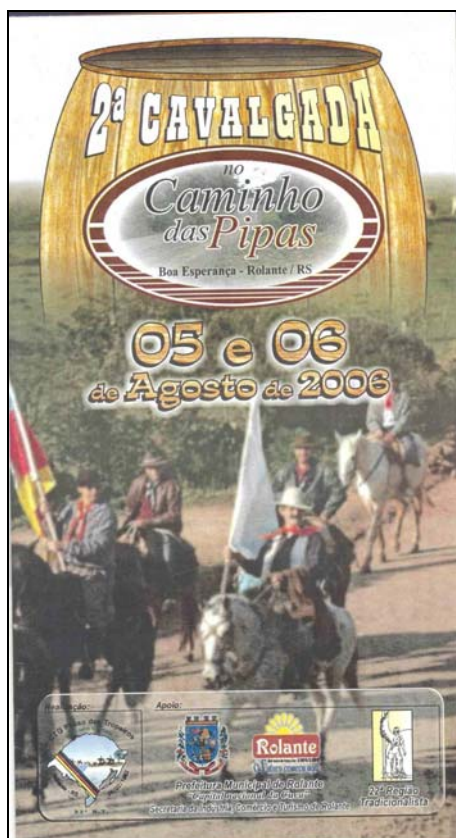


Foto 11 – Cavalcada no Caminho das Pipas, Localidade Boa Esperança, Rolante

Rolante também é conhecida como a “Capital da Cuca” e pelo evento internacional “Rolantchê” (em sua 22ª edição, em 2006). O Rolantchê abrigou em 2006: 22º Rodeio Crioulo Internacional; 25ª Expoaper (Exposição Feira Agropecuária de Rolante); 18ª Exposição de Cavalos Crioulos; 16ª Exposição da Indústria e do Comércio; 15ª Feira de Produtos Coloniais e Artesanato; Concurso de Invernada Artística; Exposição de Ovinos e Exposição de Pequenos Animais. Com essas iniciativas, procura-se promover o ecoturismo, o turismo rural e o turismo gastronômico. Para melhor visualização, verificar a Foto 12.



Foto 12 – Material de Divulgação dos Principais Eventos de Rolante

Após a apresentação e análise de resultados apontados nas entrevistas realizadas nos estabelecimentos agropecuários, parte-se para os dados levantados nos escritórios municipais da Emater, constituindo-se, assim, o levantamento institucional do meio rural do VS.

4.2 LEVANTAMENTO INSTITUCIONAL NO VS

As entrevistas foram agendadas previamente com os responsáveis dos escritórios municipais da Emater, por telefone, no início do mês de agosto de 2006. Os escritórios municipais foram visitados entre os dias 9 e 18 de agosto⁴. Procurou-se realizar uma entrevista aberta, baseando-se nos itens apontados no questionário institucional conforme apêndice 1. Com efeito, o relato apresentado procura demonstrar os principais aspectos que explicam a perenidade do rural na região de estudo e a proporção que o mesmo toma em

⁴ Inicialmente, no mês de maio de 2006, enviou-se e-mail para cada escritório municipal da Emater da região de estudo, com o objetivo de apresentar o trabalho. Na sua maioria, os escritórios municipais da Emater, através de seus responsáveis, se colocaram inteiramente à disposição, apoiando o desenvolvimento do presente trabalho.

termos de comercialização dos produtos. Ademais, procurou-se reconhecer instâncias e processos/movimentos que incentivam (de forma direta, através de programas e/ou projetos) a atividade rural na região. Os dados referentes ao número de estabelecimentos rurais e às principais culturas, são referenciados, para todos os municípios do VS, no Anexo 1, onde também constam as informações sobre as áreas colhidas (em hectares), o número médio de hectares por estabelecimento e o número de pessoas envolvidas por estabelecimento. Tendo em vista que todos os responsáveis pelos escritórios municipais entrevistados indicaram a consulta aos perímetros urbanos e rurais divulgados pelo IBGE, para a dimensão oficial do rural, pautou-se pelo reconhecimento da Tabela 2, para o entendimento do item “número de hectares rurais no município”.

Os responsáveis pelos seguintes escritórios municipais da Emater foram entrevistados: Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Igrejinha, Ivoti, Morro Reuter, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, Rolante, Sapiranga e Taquara. Para melhor entendimento da dinâmica rural desses municípios, o presente trabalho propõe classificá-los em dois tipos. Araricá, Esteio e São Leopoldo não possuem escritórios municipais da Emater. Assim, entrevistou-se 11 (onze) escritórios, cujos municípios respondem por 52,45% do valor adicionado agropecuário total da região. Sobre o município de Sapucaia de Sul, referenciam-se algumas imagens (Foto 13) da Feira do Produtor realizada junto à estação da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (TRENSURB).



Foto 13 – Feira do Produtor Rural na Estação do TRENSURB, em Sapucaia do Sul⁵

⁵ Imagem cedida pelo escritório municipal da Emater de Nova Santa Rita.

Propõe-se uma tipologia dos municípios entrevistados, com o objetivo de sistematizar os dados levantados, caracterizar o meio rural dos municípios e, assim, encontrar elementos para o entendimento da perenidade do rural na região do VS. Onde o meio rural do município permanece por estar vinculado ao meio urbano e/ou industrial, chamar-se-á de tipo 1. Onde o meio rural permanece por ser uma característica intrínseca do município, chamar-se-á de tipo 2. Destaca-se que essa tipologia se trata de uma proposta para simplificar a análise dos resultados das entrevistas nas instituições. Em decorrência disso, não se deseja suprimir os relatos das entrevistas, que constam no Apêndice D. Da mesma forma, foram a partir dessas entrevistas que foram extraídas dos dados do Quadro 2.

Especialmente para os itens produção (o que é produzido no município) e comercialização (para onde é escoada a produção agropecuária), ocorrem situações em que o município se enquadraria tanto no tipo 1 como no tipo 2. De uma forma geral, as produções agropecuária dos municípios são diversificadas. No caso de produções de maiores proporções na região do VS, referem-se ao reflorestamento e à produção leiteira. Quanto à comercialização, explica-se pelo fato dos municípios estarem inseridos em uma região populosa, a qual se constitui como um grande mercado consumidor.

No tipo 1, que refere-se ao meio rural do município que permanece por estar vinculado ao meio urbano e/ou industrial, tem as seguintes características:

- Produção agropecuária diversificada, que inclui cultivo de hortaliças, produção de ovos, produção de leite (e derivados), frutas e flores;
- Produção comercializada em feiras dos produtores e estabelecimentos comerciais locais. As feiras normalmente são organizadas pelas prefeituras, sendo que os estabelecimentos comerciais incluem armazéns e mercados varejistas;
- Existência de imóveis rurais utilizados como áreas de lazer, tais como chácaras, hotéis, *resorts*, *spas*, etc.
- Os indivíduos que permanecem no meio rural o fazem por opção, e não por falta de outras oportunidades. Isso significa que os indivíduos teriam a oportunidade de trabalhar no setor industrial e de serviços, porém, não o fazem por opção, pois gostam da lida agropecuária;

- Caso a produção agropecuária pudesse se expandir, haveria mercado consumidor. Em outras palavras, caso ocorresse uma ampliação da produção agropecuária na região do VS, o mercado absorveria, segundo os técnicos da Emater;

No tipo 2, que refere-se ao meio rural do município que permanece por ser uma característica intrínseca do município, destacam-se:

- Produções agropecuárias voltadas à culturas específicas. Em especial, destaca-se que as produções agropecuárias de maiores proporções são: a produção leiteira e silvicultura (acácia e eucaliptos);
- Produção comercializada a cooperativas ou mercados de maior porte, como é caso da produção leiteira e empresas de celulose;
- Imóveis rurais voltados a maiores produções agropecuárias, justamente para comportar as produções agropecuárias de maiores proporções;
- Os indivíduos que permanecem no meio rural o fazem por falta de outras oportunidades. Essa característica se destaca especialmente no município de Rolante, pois o município está distante do aglomerado urbano. Nesse caso, não se tem oportunidades suficientes de emprego no setor industrial e de serviços no município ou em áreas próximas.

Sobre as principais dificuldades para o desenvolvimento rural, no tipo 1, destacam-se:

- Escassa mão-de-obra. Essa característica também é verificada nos municípios de tipo 2. A escassez de mão de obra no meio rural do VS é uma característica explicada pelo avanço do setor industrial e de serviços, que apresenta vantagens, se comparada à lida rural. As atividades diárias no meio rural sobrecarregam os indivíduos em termos de cansaço físico e até mesmo mental, conforme destacado pelos técnicos da Emater. No caso do cansaço físico, destaca-se o trabalho braçal e os horários de trabalho (que normalmente inicia entre 5h e 6h da manhã). No caso do cansaço mental, destacou-se as inseguranças financeiras relacionadas ao meio rural, em função dos tempos necessários para cultivo dos produtos agropecuários e o fato de não ser uma remuneração mensal fixa. Essa são as principais desvantagens apresentadas para justificar a escassez de mão de obra no meio rural;

- Falta de visão (questão cultural) sobre o meio rural e as oportunidades de trabalho que possam dele originar-se. Foi destacado pelos técnicos da Emater que os proprietários de estabelecimentos agropecuários que aplicam novas técnicas de cultivo, que investem em maquinário e mão de obra qualificados e procuram realizar uma gestão de sua propriedade voltada à sustentabilidade econômica e ambiental, tem condições de se desenvolver e ter sucesso em suas atividades. Isso significa que falta visão de longo prazo sobre as perspectivas e oportunidades que o meio rural pode proporcionar àqueles que acreditam e creditam esforços no desenvolvimento de sua propriedade rural;
- Pressão imobiliária sobre os imóveis rurais. Dada a proximidade com o meio urbano e, na maioria dos casos, a facilidade no acesso às zonas rurais dos municípios, o mercado imobiliário exerce pressão. Essa pressão refere-se à empresas de construção civil que visualizam oportunidades de construção de condomínios residenciais nas zonas rurais. Normalmente são empreendimentos de grande porte, voltados a grupos de indivíduos de classe média alta;
- Falta de espaço físico. Com a expansão urbana e com o crescimento das edificações, falta espaço para o desenvolvimento e a ampliação das atividades agropecuárias no meio rural do VS;
- Falta de estímulo pelo poder público. Destacou-se, nas entrevistas dos técnicos da Emater, que o poder público (governos municipais e estaduais), não estimula a atividade rural no VS. Não existe uma política de desenvolvimento rural na maioria dos municípios. Também se verificou uma ausência de programas e ações que tratassem o meio rural, tanto no que diz respeito às produções agropecuárias, quanto ao que diz respeito ao planejamento territorial (elaboração dos Planos Diretores, por exemplo).
- Deficiente infra-estrutura. Essa característica também se verifica nos municípios de tipo 2. Os principais problemas de infra-estrutura são a precariedade das estradas e ruas de acesso às zonas rurais e os serviços de telefoniais (fixo e móvel).

Respondendo ao objetivo específico (b), essa segunda parte do trabalho busca dar conta do levantamento da percepção sobre a agricultura na região, a partir de entrevistas com agentes institucionais e agricultores. O Quadro 3 sistematiza a tipologia proposta acima. No Apêndice D apresentam-se os relatos das entrevistas realizadas junto aos Escritórios Municipais da Emater.

Quadro 2 – Tipologia do Rural dos Municípios do VS

Tipo	Descrição da Tipologia	Características predominantes	Principais dificuldades para o desenvolvimento rural	Municípios que se enquadram
1	O meio rural do município permanece por estar vinculado ao meio urbano e/ou industrial	Produção agropecuária diversificada; Produção comercializada em feiras dos produtores e estabelecimento comerciais locais; Existência de imóveis rurais utilizados como áreas de lazer (chácaras, hotéis, etc); Os indivíduos que permanecem no meio rural o fazem por opção, e não por falta de outras oportunidades; Caso a produção agropecuária pudesse se expandir, haveria mercado consumidor.	Escassa mão-de-obra; Falta de visão (questão cultural) sobre o meio rural e as oportunidades de trabalho que possam dele originar-se; Pressão imobiliária sobre os imóveis rurais; Falta de espaço físico; Falta de estímulo pelo poder público; Deficiente infra-estrutura.	Campo Bom Estância Velha Igrejinha Ivoti Nova Hartz Sapiranga Novo Hamburgo ¹ Dois Irmãos
2	O meio rural permanece por ser uma característica intrínseca do município	Produções agropecuárias voltadas à culturas específicas; Produção comercializada a cooperativas ou mercados de maior porte; Imóveis rurais voltados a maiores produções agropecuárias; Os indivíduos que permanecem no meio rural o fazem por falta de outras oportunidades;	Escassa mão-de-obra; Ausência de bons canais de comercialização; Deficiente infra-estrutura.	Morro Reuter Nova Santa Rita Portão Rolante ² Taquara

¹ Enquadrou-se Novo Hamburgo com base nos dados levantados no estudo de caso.

² Enquadrou-se Rolante com base nos dados levantados no estudo de caso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como principal motivador a seguinte pergunta: porque o rural na região do Vale do Rio dos Sinos permanece, apesar do avanço do urbano-industrial?

Inicialmente, retomando as considerações sobre a Parte I do trabalho, procurou-se responder ao objetivo específico (a), onde se caracterizou a região do VS, especialmente no que tange o setor primário da economia. A indústria e o setor de serviços são as atividades econômicas predominantes na região, de acordo com os dados sobre o valor adicionado. Em oposição, verificou-se a pequena participação do valor adicionado agropecuário.

Além dos dados referentes às atividades econômicas, pode-se analisar os dados sobre os perímetros urbano e rural dos municípios da região do VS. Com esses dados, constatou-se que 26,84% da área total da região é urbanizada. Isso indica, em uma outra percepção da região, uma situação nem tanto industrial, tão pouco totalmente urbanizada da região do VS. Essa informação, aliada à inquietação da autora sobre a perenidade do rural do VS, fortalece ainda mais o problema de pesquisa que se busca responder com a presente dissertação.

Igualmente, a partir dos dados levantados, tem-se percepções gerais sobre o meio rural do VS, especialmente no que tange à produção agropecuária, que é bastante diversificada. Essa produção compreende: pecuária, lavoura de arroz, plantas medicinais, laticínios, morangos, piscicultura, produção de ovos, turismo rural, criação de cavalos, floricultura, fruticultura e mel. Percebe-se ainda a presença de ações de fortalecimento da qualidade de vida, através de uma alimentação saudável e de moradias cercadas de amenidades ambientais. Na tentativa de atingirmos o objetivo (d), o problema levantado pelos técnicos da Emater, de ausência de fortalecimento do meio rural pelo poder público acaba, de certa forma, a ser preenchida por ações pontuais desenvolvidas. Pode-se dizer que o fortalecimento dessas ações, quando contextualizadas dentro de políticas e de programas da gestão pública tenderia, sim, a gerar possibilidades de desenvolvimento rural.

Na primeira parte do trabalho também foi abordada a escolha dos municípios para a pesquisa de campo. Os municípios de Novo Hamburgo e Rolante foram escolhidos a partir de uma maior participação do meio agropecuário na produção econômica do município (através do valor do adicionado). Considerando-se que Novo Hamburgo localiza-se mais próximo do meio urbano em comparação à Rolante, apresentam-se duas situações diferenciadas entre os

municípios do meio rural do VS. Pretendeu-se, com isso, olhar o VS através de municípios como Novo Hamburgo, que se assemelha à Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Igrejinha, Ivoti, Nova Hartz, Parobé, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Três Coroas. Os demais municípios (Araricá, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Nova Santa Rita, Portão, Presidente Lucena, Riozinho e Taquara) se assemelham à Rolante, pois o meio rural está intimamente ligado à atividade econômica do município.

O resgate histórico do VS mostrou que as atividades econômicas predominantes no início da ocupação da região era a agricultura. Verificou-se que os residentes nas colônias geralmente praticavam a policultura quando se tratava de atividades agrícolas. A localização do VS, próximo à capital Porto Alegre, criou mercados consumidores para os produtos coloniais se desenvolverem. Destaca-se assim que a atividade econômica inicialmente desenvolvida pelos imigrantes que ocuparam a região do VS era a atividade agropecuária. Com o passar dos anos, os imigrantes que se instalaram na região resgataram as suas experiências e conhecimentos na confecção de calçados, gerando assim a conhecida expansão das atividades industriais calçadistas.

Para a explicação do problema de pesquisa, a primeira parte do trabalho tratou de identificar referenciais teóricos. Resgatou-se a teoria da localização e os anéis concêntricos de Von Thünen. Através de seu trabalho intitulado de “*The Isolated State*”, datado de 1826, Von Thünen foi o primeiro a sistematizar os fatores da dinâmica econômica espacial, através de um modelo de uso da terra. Assim, a teoria da localização sob a leitura deste autor propõe os anéis concêntricos de produção agrícola no entorno da cidade. Esses anéis teriam por objetivo suprir as necessidades de alimentos (especialmente os mais perecíveis) por parte da população que vivia nas cidades. Semelhante a este poder-se-ia pensar as produções agropecuárias da região do VS como “anéis” que tem por objetivo suprir as necessidades dos municípios. Como se destacou nas entrevistas com os técnicos da Emater, a maioria das produções agropecuárias é comercializada nos próprios municípios ou nos municípios vizinhos. Isso nos remete à questão da localização das atividades econômicas, notando-se assim o surgimento dos elementos de espaço aplicados à teoria econômica.

Como visto na seção 3.2, que tratou do resgate das contribuições da teoria da localização no período pós-Segunda Guerra Mundial, os elementos espaciais, a distância e o custo de transporte não tiveram a importância, até o momento que tais variáveis passaram a ser consideradas e entendidas como vitais para a compreensão do desenvolvimento

econômico das sociedades contemporâneas. Com isso, percebeu-se, nas reflexões da teoria da localização, que se fundamentou principalmente nos anéis concêntricos de Von Thünen, que esses elementos passaram a compor a agenda de pesquisa da geografia econômica.

Paralelamente a teoria da localização, procuramos analisar também, o caso da agricultura do VS, a partir da tentativa que fez North (1955) para o caso da América do Norte. Os estágios apontados pela teoria da localização poderiam de certa forma, se aplicar à região do VS. Afirmar-se-ia isso dados os estágios evolutivos ocorridos na região, desde o início de seu povoamento pela imigração alemã. Também, ocorreu nesta região a fase da subsistência, onde se teve pouco investimento ou comércio. Igualmente, poderia ser visualizada a segunda fase, exemplificando-se pela melhoria dos transportes (rede ferroviária em 1876) e certa especialização local (produtos específicos da economia colonial). Caracterizando-se a terceira fase, o comércio inter-regional ocorreu nas direções de Porto Alegre, Pelotas e em outras cidades para o centro do país. Um preâmbulo da industrialização, que seria um quarto estágio, se deu por base nos conhecimentos trazidos pelos imigrantes. Com isso, têm-se elementos que aplicam a teoria da localização (e os respectivos estágios) no entendimento sobre o desenvolvimento da região e a permanência do rural até os dias atuais.

A nova geografia econômica (NGE), por sua vez, trouxe novas possibilidades de análises empíricas para estudos de desenvolvimento, especialmente após os anos 1990. A presente dissertação, que tem como pano de fundo a busca por possibilidades de desenvolvimento rural no VS – objetivo específico (d) - mescla os elementos apontados pela NGE: localização e espaço. Como pode-se perceber no decorrer das análises dos dados levantados na pesquisa de campo, o fato do rural do VS estar justamente localizado num espaço de concentração de pessoas (aglomerado urbano), explica em grande parte a perenidade desse rural, pois as atividades agropecuárias encontram demanda nessa concentração de pessoas. A NGE contribui no entendimento dessa perenidade, justamente por proporcionar uma análise em nível macro do desenvolvimento rural, a partir da localização das atividades econômicas.

Os espaços rurais enquanto paisagens do meio urbano foram trabalhados na seção 3.5, onde se analisou o caso do VS a partir das contribuições de Antrop (2004; 2005), que pensa alguns casos da Europa. Fez-se uma comparação com o caso de Bruxelas e o VS, onde se verificou que a paisagem do meio rural pode fazer parte do meio urbano, no sentido de complementaridade entre si. Conhecendo-se mais especificamente o meio rural de Novo

Hamburgo (Lomba Grande), pôde-se constatar que a paisagem rural é algo que se destaca, especialmente quando se verifica as propriedades rurais daquele meio (com empreendimentos imobiliários de alto padrão).

Foram apresentados também conceitos ainda em construção, como: periurbanização e agricultura urbana. Foram resgatados estudos empíricos que se apossam dessas terminologias, em vários locais do planeta. Com isso, houve a pretensão de mostrar que o rural em uma região urbana e industrial não é uma situação que ocorre somente no VS. Isso reforça a relevância de um trabalho sobre o rural desta região. Pensando o caso do VS, poderíamos dizer que temos tanto o caso da periurbanização quanto o caso da agricultura urbana. O VS é constituído por espaços que detém características urbanas e rurais, pois se viu que é um espaço de mudança que acorda ao mesmo tempo características rurais e urbanas. Assim, a região do VS como um todo, apresenta-se como uma área perirurbana.

Sobre as reflexões de Veiga, percebe-se a importância das amenidades ambientais e a busca dos indivíduos por espaços de lazer e de qualidade de vida superior aos grandes centros urbanos, no VS. Porém, tal fenômeno ocorre apenas parcialmente. Em alguns casos, verificou-se, a transferência (mudança) de famílias das zonas urbanas para as zonas rurais. Por outro lado, encontram-se famílias que têm a ligação histórica com o rural, permanecendo e se mantendo, se analisado do ponto de vista econômico e social. Para essas famílias, que também dão significativa importância às amenidades ambientais e à qualidade de vida proporcionada pelo meio rural, não ocorreu uma revalorização do rural (como se fosse algo interrompido), mas sim, uma continuidade do que sempre existiu.

Sobre o rural dos municípios estudados, extraíram-se alguns elementos que podem ser analisados de cada município. O rural de Campo Bom apresenta elementos para o entendimento de sua perenidade, principalmente sobre a abrangência da comercialização dos produtos e da produção de mudas, que acabam se dando nos municípios da região. Sobre Dois Irmãos, têm-se elementos para o entendimento de sua perenidade, principalmente sobre a abrangência da comercialização dos produtos e a especificidade de muitos produtos, em especial às produções de flores. Por outro lado, em Estância Velha, vê-se uma dificuldade de expansão da produção agrícola pode-se constituir, em longo prazo, em uma característica que poderá impedir o desenvolvimento rural do município. Em Igrejinha, a perenidade do rural se justifica pela demanda existente por produtos agropecuários do próprio município, onde a população prestigia as feiras locais. O mesmo ocorre com o município de Ivoti, porém

destacou-se as demandas da região como um todo, pelos produtos. Somado à isso, no caso de Morro Reuter, destaca-se a produção leiteira como mais uma atividade que se mantém no município, justificando assim, a perenidade do rural. O rural do município de Nova Santa Rita apresenta elementos para o entendimento de sua perenidade, sendo, basicamente, mantido pelas demandas regionais, em especial o caso do arroz. O rural do município de Nova Hartz apresenta fracos elementos para o entendimento de sua perenidade, sendo, basicamente, mantida pelos produtores que atuam individualmente. Para Portão, destaca-se em especial o cultivo da acácia negra. O caso dos municípios de Sapiranga e Taquara demonstram que o rural se mantém pelas demandas municipais. Porém, em longo prazo, verifica-se que sem um investimento na organização da comercialização da produção agrícola municipal de Sapiranga, não se podem desenvolver oportunidades para o meio rural. Apesar de apontarem-se os elementos supracitados sobre cada município, constatou-se certa resistência em termos de gestão pública municipal, no que se refere ao enxergar o meio rural. Constatou-se que as poucas áreas rurais remanescentes, ainda mais nos municípios como Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul e São Leopoldo, são encaradas como áreas que deveriam ser utilizadas na construção de empreendimentos imobiliários. Pode-se observar uma resistência para “aceitar” a existência do rural. Isso acarreta em poucas (ou inexistentes) políticas de incentivos. O que se esquece é a grande concentração populacional, que poderia ser “aliviada”, caso tivesse uma política de incentivo à permanência dos indivíduos no meio rural. No caso do município de Novo Hamburgo a perenidade do rural se manifesta principalmente pelo vínculo que se tem com o meio urbano. Primeiramente em função da comercialização dos produtos agropecuários no meio urbano. Por segundo, destaca-se a utilização da zona rural de Lomba Grande como espaço de lazer e moradia, que se constitui assim como mais um motivo para perenidade do rural. Em Rolante, que também foi base para a pesquisa de campo, o meio rural permanece por ser uma característica intrínseca do município.

O levantamento institucional realizado mapeou os municípios do VS e procurou dar conta do objetivo específico (d), onde se busca analisar as possibilidades de desenvolvimento rural. Algumas possibilidades foram apontadas na presente dissertação. De qualquer forma, crê-se que o primeiro passo para tornar essas possibilidades em ações concretas seria reconhecê-las, por parte de vários segmentos econômicos destes municípios.

Percebe-se, a partir dos referenciais teóricos estudados e dos levantamentos na pesquisa de campo, que vários motivos justificam a perenidade do rural no VS, no sentido de

se alcançar o objetivo específico (c). Entre os principais motivos, pode-se destacar: (i) tradição, por ser uma atividade introduzida pelos imigrantes; (ii) oportunidades de empreendimentos e comercialização. Também, o gosto pela lida da terra que é um motivo recorrente.

Apesar de muitos agricultores se interessarem por essa atividade por ser ela uma atividade que já dominam, ou ainda porque necessitam de produzir alimentos ou rendas, alguns vêm nesta atividade oportunidade de capitalização, via negócios que, a cada dia, podem se tornar mais rentáveis. Com isso, pode-se dizer que a hipótese central da dissertação foi comprovada nos pelos seguintes motivos: (a) cultivo de fontes alternativas de renda às famílias cujos membros trabalham total ou parcialmente em outros setores da economia; (b) ambiente diferenciado e próximo dos grandes centros urbanos, criando amenidades ambientais; (d) existência de comercialização diferenciada (feiras de produtores). Apenas o item (c), demanda por produtos diferenciados nos mercados atacadista e varejista, não podendo ser comprovado, pois grande parte da comercialização dá-se em feiras municipais.

Em face das questões apontadas, referentes ao rural do VS, percebe-se a pertinência deste estudo; um outro olhar sobre a perenidade do rural em municípios conhecidos por serem industriais. O que se buscou ressaltar ao longo desta dissertação é que contrariamente ao que a maioria das pessoas imaginam, o rural no VS é significativo, tanto pela sua extensão territorial, quanto pela economia, além de arraigar traços marcantes na sociedade e cultura locais. Com efeito, espera-se que o debate aqui desenvolvido seja um fomentador de novos estudos sobre o rural dessa região, no sentido de aprofundar outros temas relevantes para a promoção de uma agenda efetiva para o desenvolvimento rural no VS.

Por fim, ressalta-se que mesmo que se trate de um trabalho de pesquisa científica em nível de mestrado, outros referenciais teóricos poderiam ter sido trabalhados. Igualmente, os referenciais bibliográficos que foram abordados, teriam, com certeza, espaço para serem aprofundados. Faz-se dessas limitações um incentivo a outros trabalhos, pois se tem a certeza que o entendimento sobre a presença do meio rural em região urbana e industrializada está parcialmente respondido com essa dissertação.

REFERÊNCIAS

A HORTA vira extensão da escola: projeto existente há 16 anos cultiva entre crianças o amor pela horta em Lomba Grande. **Folha de Novo Hamburgo**, Novo Hamburgo, p. 10, 01 jul. 2005.

A VEZ do interior comemora os 120 anos do município. **Jornal Panorama**, Taquara, 2006. Local, p. 3.

AGRICULTURA familiar beneficia estudantes. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 25 jun. 2005. Agronegócios, p. 13.

ALTERNATIVAS no turismo, avicultura e metalurgia. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 1 mai. 2006. Agronegócios, p. 3.

ALUNOS da Ufrgs apresentam diagnóstico para o turismo rural. **Jornal Panorama**, Taquara, 4 ago. 2006. Local, p. 3.

ANTROP, Mark. Landscape change and the urbanization process in Europe. **Landscape and Urban Planning**, Gent, Bélgica, n. 67, p. 9-26, 2004.

ANTROP, Mark. Why landscapes of the past are important for the future. **Landscape and Urban Planning**, Gent, Bélgica, n. 70, p. 21-34, 2005.

BALDISSERA, Claudinei Moisés. Estatuto da Cidade e Plano Diretor: instrumentos voltados para o desenvolvimento sustentável e integrado de áreas urbanas e rurais nos municípios do Vale do Rio dos Sinos. **Revista Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 2/3, p. 37-45, jan./ago. 2005.

BARSKY, Andrés. El periurbano productivo, un espacio em constante transformación: Introducción al Estado del debate, con referencias al caso de Buenos Aires. **Revista Eletrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 9, n. 194 (36), p. 1-15, 01 ago. 2005.

BAUMGARTNER, Bettina; BELEVI, Hasan. **A systematic overview of urban agriculture in developing countries**. Dübendorf, Suíça: SANDEC (Department of Water and Sanitation in Developing Countries), 2001. Disponível em www.sandec.ch/UrbanAgriculture/documents/general/syst_overv_on_ua_in_dc_report_san09_2001.pdf. Acesso em 08 mai. 2006.

BLAUG, Mark. The German hegemony of location theory: a puzzle in the history of economic thought. **History of Political Economy**, Durham, v.11, n. 11, p. 21-29, 1979.

BERRY, David, PLAUT, Thomas. Retaining Agricultural Activities under Urban Pressures: A Review of Land Use Conflicts and Policies. **Policy Sciences**, Urbana, v. 9, n. 2 p. 153-78, 1978.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo**: guia para a elaboração pelos municípios e cidadão. Brasília, maio/jun., 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Instrução Normativa nº 01, de 28 de julho de 2005**. Estabelece e torna público os critérios de seleção das propostas enviadas para análise no âmbito da Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana – CGAAU, a exceção das propostas de Compra Direta Local da Agricultura Familiar – modalidade municipal. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/ascom/portalmads/InstrucaoNormativa_Anexos.pdf>. Acesso em 5 maio 2006.

CASSANELLI, Raquel. **Gestão da produção voltada à comercialização rural**. 2005. 168 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração de Empresas) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário Feevale, Novo Hamburgo, 2005.

CAVALGADA no Caminho das Pipas atraiu uma centena de cavaleiros. **Jornal Panorama**, Taquara, 11 ago. 2006, Geral, p. 9.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FEEVALE. **Desenvolvimento Agropecuário Sustentável dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos**. Relatório de Pesquisa. Pró-Reitoria de Tecnologia e Inovação. Novo Hamburgo, dez. 2002-jun. 2003.

CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CITY FARMER. [Site]. 2006. Disponível em: <www.cityfarmer.org>. Acesso em 11 mai. 2006.

CLEMENTE, Ademir. **Economia Regional e Urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.

COMPANIONI, Nelso et al. **La agricultura urbana en Cuba**. Cuba: DESAL, 2005. Disponível em: http://www.laneta.apc.org/desal/spip/article.php3?id_article=23. Acesso em 18 dez. 2006.

COSCIA, Adolfo A. **Agricultura Sostenible**. Buenos Aires: Hemisferio Sur, 1993.

CURSO ensina o preparo de alimentos. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 23 set. 2006. Agronegócios, p. 9.

CURSO ensina o uso de plantas medicinais. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 14 out. 2006. Agronegócios, p. 13.

DIA para o público na Fenasul. **Zero Hora**, Porto Alegre, 30 abr. 2006. Campo & Lavoura, p. 24.

DIAS, J. E. A importância do uso de plantas medicinais em comunidades de periferia e sua produção através da agricultura urbana. In: LATIN-AMERICAN SYMPOSIUM ON THE PRODUCTION OF MEDICINAL, AROMATIC AND CONDIMENTS PLANTS.

Proceedings. 1., 2000, São Pedro, SP. Leuven: ISHS, 2002. P. 79-85. (Acta Horticultural, n. 569).

DOIS Irmãos aposta no turismo e na agricultura familiar. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 1 mai. 2006. Agronegócios, p. 5.

DOIS Irmãos prepara o Kerb da Bergamota. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 8 jul. 2006. Agronegócios, p. 13.

DRS taquarense é apresentado a executivos de outros estados. **Jornal Panorama**, Taquara, 4 ago. 2006. Local, p. 4.

EMATER lançará cartilha do programa. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 25 jun. 2005. Agronegócios, p. 13.

EMBRAPA. **Cultivo da Acácia Negra**. Rio de Janeiro: Embrapa Florestas, Sistemas de Produção, jan. 2003. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/AcaciaNegra/CultivodaAcaciaNegra/autores.htm>>. Acesso em 11 mai. 2006.

EXPOSIÇÃO em Igrejinha movimentada pecuária local. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 12 29 nov. 2006. Disponível em <<http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A112/N60/html/21EXPOSI.htm>> Acesso em: 29 nov. 2006.

FACCAT coordenou região no Salão Gaúcho de Turismo. **Jornal Panorama**, Taquara, 11 ago. 2006. Geral, p. 9.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos (AMVRS)**. 2005. Disponível em: <<http://www.famurs.com.br/>>. Acesso em: 11 set. 2005.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Mapa da AMVRS**. 2005. Disponível em: <http://www.famurs.com.br/>. Acesso em 24 jun. 2006.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS E DE SERVIÇOS DO ESTADO DO RS. **Rotas e roteiros do turismo receptivo gaúcho**. 2006. Disponível em: <www.rotaseroteiros.com.br/>. Acesso em 12 jun. 2006.

FEIRA do produtor é uma tradição dos moradores de Novo Hamburgo na hora de se alimentar bem e pensar na saúde. Novo Hamburgo, 29 jan. 2007. Disponível em <<http://novohamburgo.org/gastronomia/reportagens/feira-2901/>> Acesso em: 21 fev. 2007.

FEIRA do Produtor elimina uso de adubos químicos. **Jornal Cidades**, Porto Alegre, p. 2, 3 fev. 2005.

FEIRA expõe produtos coloniais. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 5 ago. 2006. Agronegócios, p. 12.

FEIRA livre organiza cadastro de agricultores. **Jornal Cidades**, Porto Alegre, n. 2.181, p. 1, 13 set. 2005.

FERRAZ, Claudia. Para o orgânico deixar de ser só moda. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 set. 2005, Caderno A, p. 24.

FERREIRA, Ana Lúcia. **Especialista cubano em Agricultura Urbana visita a Embrapa Agrobiologia**. Rio de Janeiro, 17 out. 2003. Disponível em: <http://www.embrapa.gov.br/noticias/banco_de_noticias/2003/outubro/bn.2004-11-25.8505845926/mostra_noticia>. Acesso em 11 mar. 2007.

FESTA homenageia colonos japoneses. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 8 jul. 2006. Agronegócios, p. 13.

FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION. **Urban and Peri-Urban Agriculture**. Roma: FAO Committee on Agriculture (COAG), 1999. Disponível em <<http://www.fao.org/unfao/bodies/COAG/COAG15/X0076e.htm>>. Acesso em 02 nov. 2006.

FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**. Ago. 1996. Projeto UFT/BRA/036/BRA. Disponível em <http://www.incra.gov.br/fao/Perfil.htm>. Acesso em 15 nov. 2005.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil: 1808-1824-1974**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul. The new economic geography: past, present and the future. **Papers in Regional Science**, Quioto, v. 83, n. 1, p. 139-164, 2004.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. **Economia Espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo**. São Paulo: Futura, 2002.

GEADA atrasa a produção na área rural da região. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 09 set. 2006. , Geral, p. 3.

GEHRKE, Fernanda. Associação de Piscicultores quer aumentar produção de carpas. **Jornal NH**. Novo Hamburgo, 9 set. 2006^a, Agronegócios, p. 11.

GEHRKE, Fernanda. Captação com licença ambiental. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 18 nov. 2006b, Agronegócios, p. 11.

GEHRKE, Fernanda. Falta água para irrigar plantio de arroz. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 18 nov. 2006c. Agronegócios, p. 11.

GEHRKE, Fernanda. Fitoterápicos atraem o Paranhana. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 8 jul. 2006d. Agronegócios, p. 13.

GEHRKE, Fernanda. Fórum pela Vida possibilita apresentação dos trabalhos. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 8 jul. 2006e. Agronegócios, p. 13.

GEHRKE, Fernanda. Municípios da região investem no peixe como fonte de renda. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 18 mar. 2006f. Agronegócios, p. 14.

GEHRKE, Fernanda. Outras cidades também se destacam no setor. **Jornal NH**. Novo Hamburgo, 18 mar. 2006g. Agronegócios, p. 14.

GEHRKE, Fernanda. Peixe vira merenda escolar. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 9 set. 2006h. Agronegócios, p. 11.

GEHRKE, Fernanda. Projeto garante mercado para produção agrícola. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 14 out. 2006i. Agronegócios, p. 13.

GEHRKE, Fernanda. Proposta prevê comercialização de produtos na Serra Gaúcha. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 8 jul. 2006j. Agronegócios, p. 13.

GEHRKE, Fernanda. Propriedade em Lomba Grande produz laticínios e iogurte. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 23 set. 2006l. Agronegócios, p. 9.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONZATTO, Marcelo. Para onde caminha o Rio Grande. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 43, n. 15.128, p. 4-6, 28 jan. 2007.

GOOGLE MAPS. **Novo Hamburgo**. 2007. Disponível em: <
<http://maps.google.com/?ie=UTF8&z=10&ll=-29.73934,-50.909271&spn=0.658211,1.109619&t=h&om=1>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

GRANJA de Morro Reuter prepara produção de ovos com ômega 3. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 9 set. 2006. Agronegócios, p. 11.

HILGERT, Andréa. IBGE vasculhará face rural de São Leopoldo. **Jornal VS**, São Leopoldo, n.º 8.711, p. 5, 12 abr. 2007.

HOLANDA, Aurélio Buarque Ferreira de. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HORTO Municipal dedica espaço para escolas. **Jornal Cidades**, Porto Alegre, n. 2.392, p. 1, 21, 22 e 23 jul. 2006.

IGREJINHA prepara feira agropecuária. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 14 out. 2006. Agronegócios, p. 13.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro, 2006a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 11 mai. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, 2006b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 11 mai. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro, 2006c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 11 mai. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa Digital dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 2007a. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/geociencias/default_prod.shtm>. Acesso em 20 mar. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Setores Urbanos do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2007b. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/censo/divulgacao_digital.shtm>. Acesso em 20 mar. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **IPEADATA**: dados regionais municipais. 2005. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 01 ago. 2005.

INTERIOR comemorou os 120 anos, trazendo seus produtos à cidade. **Jornal Panorama**, Taquara, 11 ago. 2006. Geral, p. 20.

INTERNATIONAL DEVELOPMENT RESEARCH CENTER. [Site]. 2006. Disponível em: <www.idrc.ca>. Acesso em 11 mai. 2006.

ISARD, Walter. The general theory of location and space-economy. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 63, n. 4, p. 476-506, Nov. 1949.

ISARD, Walter. Distance inputs and the space-economy: Part I: the conceptual framework. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 65, n. 2, p. 181-198, 1951.

ISARD, Walter. **Location Economy and Space Economy**: a general theory relating to industrial location market areas, land use, trade and urban structure. London: The M.I.T. Press, 1956.

ISARD, Walter. **Methods of Regional Analysis**: an Introduction to Regional Science. London: The M.I.T. Press, 1969.

ISARD, Walter. **Introduction to Regional Science**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1975.

IVOTI. Prefeitura Municipal. [Site]. 2005. Disponível em: <www.ivoti.rs.gov.br>. Acesso em 12 jun. 2006.

KIELING, Roberto. **Desenvolvimento Agropecuário Sustentável dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos**. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale, 2002. Relatório de Pesquisa.

KOUCHER, Ademir Barbosa. **Migrações Internas no Rio Grande do Sul: os novos cenários da desconcentração espacial urbano-regional**. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

KRUGMAN, Paul. History and Industry Location: the case of the manufacturing belt. **American Economic Review**, Cambridge, v. 81, n. 2, p. 80-83, May 1991a.

KRUGMAN, Paul. First Nature, Second Nature and Metropolitan Location. **NBER Working Papers Series**, Cambridge, n. 3740, p. 1-30, June 1991.

KRUGMAN, Paul. Space: the final frontier. **Journal of Economic Perspectives**, Massachusetts, v. 12, n. 12, p. 161-174, Spring 1998a.

KRUGMAN, Paul. What's new about the new economic geography? **Oxford Review of Economic Policy**, Oxford, v. 14, n. 2, p. 7-17, 1998b

LAGEMANN, Eugênio. Imigração e Industrialização. In: **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 114-34.

LANDO, Adair Marli; BARROS, Eliane Cruxen. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul, uma interpretação sociológica**. Porto Alegre: Movimento, 1981.

LEITE beneficiado pela genética. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 5 ago. 2006. Agronegócios, p. 12.

LOMBA Grande aposta na tecnologia para aumentar produção de cavalos. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 27 jul. 2006. Agronegócios, p. 7.

MACHADO, Altair Toledo. **Agricultura Urbana**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002.

MADALENO, Isabel Maria. **A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002. p. 1-24.

MADALENO, Isabel Maria; GUROVICH, Alberto. "Urban versus rural" no longer matches reality: an early public agro-residential development in periurban Santiago, Chile. **Cities**, Amsterdã, v. 21, n. 6, p. 513-526, 2004.

MANUAL de alimentação escolar. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR; FETAG; Prefeituras Municipais dos Vales do Rio dos Sinos e Paranhama/Encosta da Serra, 2005. 44 p.

MATA, Daniel et al. Um exame dos padrões de crescimento das cidades brasileiras. **Textos para discussão: Ipea**, n. 1155, p. 1-35, jan. 2006.

MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naira. **Os alemães no sul do Brasil:** cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994. p. 54-63.

MEIO ambiente e agricultura em debate. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 18 nov. 2006. Agronegócios, p. 11.

MELLO, Susi. A região se desafia a criar novos empregos. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 1 mai. 2006. Geral, p. 3.

MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA, E. E. de; GOMES, E. G; GUIMARÃES, M. **Mapeamento e estimativa da área urbanizada do Brasil com base em imagens orbitais e modelos estatísticos.** Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.urbanizacao.cnpem.embrapa.br>>. Acesso em: 2 abr. 2006.

MISSÃO avaliará venda de flores em São Paulo : grupo conhecerá centrais de abastecimento e produtores. São Leopoldo: Agência Sebrae de Notícias RS, Vale dos Sinos, Caí e Paranhana, 09 fev. 2006. Disponível em <<http://sebraers.interjornal.com.br/interna.shtml> > Acesso em: 4 jul. 2006.

MOEHLECKE, Germano Oscar. **O Vale do Sinos era assim.** São Leopoldo, RS: Rotermund, 1978.

MORAES, Gustavo Inácio de; SERRA, Maurício Aguiar. Qualidade de vida e involução metropolitana: existe um ponto ótimo para a concentração urbana? **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 29-53, jun. 2006.

MORANGO ecológico beneficia estudantes. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 23 set. 2006. Agronegócios, p. 9.

MOURE, Telmo. **RS: imigração e colonização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

MULHALL, Michael George. **O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs.** Porto Alegre: Bels, 1974.

MÜLLER, Telmo Lauro. **Colônia Alemã:** histórias e memórias. Caxias do Sul, RS: Est, 1978.

MUNICÍPIO incentiva o plantio de mudas de frutas. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 8 jul. 2006. Agronegócios, p. 13.

MUNIZ, Thiago Ribeiro Paula et al. Agricultura urbana e periurbana em Uberlândia: um estudo de caso. IN: II SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA “PERSPECTIVAS PARA O CERRADO NO SÉCULO XXI”, 2., 2003, Uberlândia. **Trabalhos.** Uberlândia: UFU, Instituto de Geografia, 2003. Não paginado.

NORTH, Douglass C. Location theory and regional economic growth. **Journal of Political Economy**, v. 63, n. 03, p. 243-258, 1955.

NORTH, Douglass C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMANN, J. (Org.) **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, MINTER, 1977. P. 291-313.

NOVO HAMBURGO. Prefeitura Municipal. **Decreto Municipal n.º 1.575, de 24 de dezembro de 2003**. Homologa Regimento Interno da Feira do Produtor de Novo Hamburgo, criada consoante Lei Municipal n.º 904/2003, de 3 de julho de 2003. Disponível em: <s/d>.

NOVO HAMBURGO. Prefeitura Municipal. **Decreto Municipal n.º 694, de 8 de dezembro de 2000**. Regulamenta a Lei Municipal n.º 217/1999, de 14 de junho de 1999, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal e dá outras providências. Disponível em: <s/d>.

NOVO HAMBURGO. Prefeitura Municipal. **Histórico, Localização, Origem, Evolução, Setores Industriais, etc.** 2006. Disponível em: <<http://www.novohamburgo.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2006.

O BAIRRO rural liga nossa cidade a outros municípios. **Folha de Novo Hamburgo**, Novo Hamburgo, 26 nov. 2004. Especial/Lomba Grande, p. 30.

O MODELO de Von Thünen. In: WIKIPEDIA: The Free Encyclopedia. 2006. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Von_thunen#Model_of_agricultural_land_use:_The_Th.C3.BCn_en_rings. Acesso em 28 dez. 2006.

OLHOS D'Água sedia a 5ª Festa da Carpa. **Jornal Panorama**, Taquara, 11 ago. 2006. Geral, p. 20.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. Agricultura em áreas metropolitanas. MENEZES, Ana Virgínia Costa; PINTO, Josefa Eliane. **Linhas Geográficas**. Aracajú: Programa Editorial NPGeo/UFS, 2001.

PARANHANA terá feiras agropecuárias. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 23 set. 2006. Agronegócios, p. 9.

PELLANDA, Ernesto. **A colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Repartição de Estatística no Estado do Rio Grande do Sul: Livraria do Globo, 1925.

PETRY, Leopoldo. **São Leopoldo**. São Leopoldo, RS: Rotermund, 1964.

PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Estab. Gráfico Porto Alegre, 1934.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Agricultura Urbana: Orientações para Formulação de Políticas Municipais**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal; Ottawa: IDRC-Canadá; Quito: PGU-ALC/UN-HABITAT-Ecuador; Lima: IPES-Perú), out. 2003.

RAMÍREZ HERNANDEZ, Bernardino et al. Generación y Transferencia de Tecnología en la agricultura peri-urbana: caso Tecámac (México). **Agricultura Técnica en México**, Cidade do México, v.27, n 1, p. 47-56, enero-jun. 2001

REGIÃO também investe no setor. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 5 ago. 2006. Agronegócios, p. 12.

RESENDE, Sidivan; CLEPS JÚNIOR, João. A agricultura em Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 6, n. 19, p. 191-199, out. 2006.

RESOURCE CENTRES ON URBAN AGRICULTURE & FOOD SECURITY. [Site]. 2005. Disponível em: <www.ruaf.org>. Acesso em 11 mai. 2006.

REUNIÃO debate a fruticultura. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 3 jun. 2006. Agronegócios, p. 13.

RIBEIRO, Evandro Luís Amaral; GALLUZZI, Ana. Capacitação de Lideranças Comunitárias: Agricultura Urbana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. P. <s/d>.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Mapa dos COREDEs**. 2005. Disponível em: <<http://www.gvg.rs.gov.br/gvg/index.jsp>>. Acesso em: 23 jun. 2006.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Trad. Emery Ruas. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROLANTE. Prefeitura Municipal. **Histórico**. 2006. Disponível em: <<http://www.prefrolante.com.br/>>. Acesso em 29 set. 2006.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. 2. ed. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RUIZ, Ricardo Machado. **A Nova Geografia Econômica**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20200.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2006.

SAMUELSON, Paul. A. Thünen at Two Hundred. **Journal of Economic Literature**, v. 21, p. 1468-1488, dez. 1983.

SANTOS, Ariodari Francisco dos et al. O rural da região metropolitana de Curitiba sob a ótica interdisciplinar: multidimensional e complexo. **Revista Ciências Exatas e Naturais**, Guarapuava, PR, v. 6, n. 1, p. 75-96, jan./jun. 2004.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Rolante: Rio que gera história**. Rolante: J.A.S./Câmara Municipal de Vereadores, 2004.

SCHNEIDER, Aline. Casa do Mel será incluída em roteiro turístico. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 1º jul. 2006. Agronegócios, p. 11.

SCHNEIDER, Aline. Entidade padroniza venda do mel. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, Agronegócios, p. 11, 1º jul. 2006.

SCHNEIDER, Aline. Investimento total de R\$ 25 mil. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, Agronegócios, p. 11, 1º jul. 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. **A agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 66-104, 1995.

SCHNEIDER, Sérgio; BLUME, Roni. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 109-135, jul./dez. 2004.

SCHRÖDER, Ferdinand. **A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Unisinos : Ed. PUCRS, 2003.

SCOTT, Allen J. Economic geography: the great half-century. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, Reino Unido, v. 24, p. 483-504, 2000.

SCUSSEL, Maria Conceição Barletta. O rural e o urbano na região metropolitana de Porto Alegre: o processo de expansão metropolitana. In: GRANDO, Marinês Zandavali; MIGUEL, Lovois de Andrade. **Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 43-70.

SEMANA do Cavalo prioriza as palestras técnicas. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 2, 27 jul. 2006.

SEMINÁRIO debate o biodiesel. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 9 set. 2006. Agronegócios, p. 11.

SILVA, Medson Janer da (Org.). **Métodos e culturas alternativas na agricultura familiar**. Campo Grande: UCDB, 2003.

SILVA, Ana Maria Radaelli da; BITENCOURT, Luciane Rodrigues de; FIOREZE, Zélia Guareschi. **Bases teóricas de análises atuais sobre o espaço rural e urbano na região de Passo Fundo**. 2006. Disponível em: http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/E1_210.htm#_edn1. Acesso em 6 abr. 2006.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977a.

SINGER, Paul. **Dinâmica Populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. 3. ed. São Paulo: UCITEC, 1980.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977b.

SOUZA, Osmar T. de. **Políticas Públicas e Trajetórias de Desenvolvimento Rural em Cenários de Heterogeneidade socioeconômica e ambiental: casos ilustrativos em comunidades rurais da Região Metropolitana de Curitiba**. 2006. tese (Doutorado Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. Os Fundamentos Legais e os equívocos induzidos pela Delimitação Normativa Brasileira: a discussão das fronteiras do rural e do urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., 2004, Goiânia. **Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Goiânia: AGB, 2004. p. s/d.

TAVARES, Luis Almeida. As fronteiras físicas do espaço rural: uma concepção normativo-demográfica. **Ra'ega: O espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, n. 7, p. 33-46, 2003.

TRABALHO da Emater/RS em Rolante é conhecido por uruguaio e hondurenho. **Jornal Cidades**, Porto Alegre, set. 2006. Agronegócios, p. 13-17.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes** : A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naira. **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ulbra, 1994. p. 54-63.

TRINDADE, Géssica. Orgânicos invadem a capital do calçado. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24 jun. 2005. Campo & Lavoura, p. 2.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Projeto de Pesquisa Temático: Caracterização do Novo Rural Brasileiro: Projeto Rurbano**. Campinas: Instituto de Economia, 1997.

URBAN HARVEST. **Working with gardens and orchards to build healthy communities.** 2006. Disponível em: <www.urbanharvest.org>. Acesso em 11 mai. 2006.

VACA é capaz de produzir 45 litros de leite diariamente. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 5 ago. 2006. Agronegócios, p. 12.

VALETTE, Elodie. A Economia rural periurbana ou inovação em perifeira: o caso de Montpellier (França). **Interações**: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 5, n. 8, p. 9-19, mar. 2004.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Territorial do Brasil**: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. São Paulo: USP – Departamento de Economia e Procam, 2001. Disponível em < <http://www.fea.usp.br/professores/zeeli>>. Acesso em 09 abr. 2006.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, José Eli da. A atualidade da contradição urbano-rural. In: ANÁLISE Territorial da Bahia Rural. Salvador: SEI, 2004a (Série Estudos e Pesquisas, n. 71).

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 51, p. 51-67, maio-agosto 2004.

VEIGA, José Eli da. A Relação Rural/Urbano no Desenvolvimento Regional. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v. 17, p. 9-22, fev. 2005.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VOLTA ao campo. **Folha de Novo Hamburgo**, Novo Hamburgo, 12 set. 2005. Painel Econômico, p. 16.

WEBER, Alfred. **Theory of the location of industries.** Chicago: The University of Chicago Press, 1969.

WIGGINS, Steve; PROCTOR, Sharon. How special area rural areas? The economic implications of location for rural development. **Development Policy Review**, Oxford/UK, v. 19, n. 4, p. 427-436, 2001.

ZENCOVICH, Júri; VERA, Beatriz. Agricultura Urbana em la ciudad de Valdivia, Chile: una nueva alternativa microempresarial. **Agro Sur**, Valdivia, Chile, v. 32, n. 32, p. 70-79, 2004.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural:** agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Brasília: Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, Consultoria IICA 940, ago. 1998.

ARMANI, Domingos. **Agricultura e pobreza:** construindo elos da sustentabilidade no Nordeste do Brasil. Porto Alegre: Tomo, 1998.

BALDASSO, Nelson Antônio. **Desenvolvimento local sustentável:** notas sobre a experiência da Região do Vale do Rio dos Sinos e Paranhama/Encosta da Serra – RS. Porto Alegre: Emater/RS-ASCAR, 2004. (Série Realidade Rural, 41).

BASSO, David. **Produção familiar e desenvolvimento agrário.** Ijuí, RS: UNIJUI, 1993.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável.** Curitiba: UFPR, 1999.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas.** Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 1999.

BUAINAIN, A.M; ROMEIRO, A.R; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira Estudos Populacionais**, Brasília, v. 15, n. 2, 45-64, 1998.

CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues de. **Cooperativismo agrário e integração econômica:** a agricultura familiar no Mercosul. Passo Fundo, RS: Ediupf, 1998. p. 15-20.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CLARK, Colin. **The value of agricultural land.** Oxford: Pergamon, 1973.

COSTA, Achyles Barcelos; PASSOS, Maria Cristina Araújo (Org.). **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

COSTA, Rovílio et al. **Imigração italiana:** vida, costumes e tradições. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade, 1974.

CUNHA, Jorge Luiz da Cunha. **Imigração alemã no Rio Grande do Sul:** história, linguagem, educação. Santa Maria: UFSM, 2003.

- FERRO, Marc. **História das Colonizações**: das conquistas às independências, séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GITTINGER, J. Price. **Analisis economico de proyectos agrícolas**. Madrid: Tecnos, 1984.
- GRANDO, Marinês Zandavali; MIGUEL, Lovois de Andrade. **Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- HIRSCH, Werner Z. **Urban Economics Analysis**. New York: McGraw-Hill, 1973.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1995-1996**. 1996. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 dez. 2005.
- MARSDEN, T. et al **Constructing the Countryside**. Oxford: Westview, 1993.
- MARSDEN, T. Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, London, v.11, n.03, p.285-296, 1995.
- MARSDEN, T. et al. Uneven Development and The Reestructuring Process in British Agriculture: a Preliminary Exploration. **Journal of Rural Studies**, London, v. 3, p. 297-303, 1987.
- MARSDEN, T. Reestructuring Rurality: from order to disorder in agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, Exeter, Reino Unido, v. 29, n.3/4, p.312-317, 1989.
- MORAES, Carlos de Souza. **O colono alemão**: uma experiência vitoriosa a partir de São Leopoldo. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço Brindes, 1981.
- MOTTA, Valter T.; HESSELN, Ligia Gonçalves; GIALDI, Silvestri. **Normas técnicas**: para apresentação de trabalhos científicos. 3. ed. Caxias do Sul: Edusc, 2004.
- MOURA, Rosa. Morfologias de concentração no Brasil: o que se configura além da metropolização. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba n. 107, p. 77-92, jul./dez. 2004.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 83-100, 2001.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha; HUTTER, Lucy Maffei. **A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul**: durante o Império (1824-1889). Porto Alegre: Garatuja:Instituto Estadual do Livro, 1975.
- REIS, José. Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 15/16/17, p. s/d, maio 1985.

REIS, José. O espaço, a heterogeneidade e a mediação local. In: Os Espaços da indústria: a regulação econômica e o desenvolvimento local em Portugal. Portugal: Afrontamento, 1992. Cap. II-III.

REIS, José. Território e Sistemas Produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 25/263, p. s/d, dez. 1988.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. **Desenvolvimento rural como perspectiva de gênero**: guia de coleta de informação ao nível local. Brasília: IICA - Instituto Agrônomo do Paraná, 1995.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar**: realidade e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.

VERARDI FIALHO, Marco Antônio. **Agricultura familiar e as rendas não agrícolas na Região Metropolitana de Porto Alegre**: um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti-RS. 2000. 206 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

APÊNDICE A – Questionário Institucional¹

Município: ____

Número de estabelecimentos rurais: ____ Ano: ____

Número de hectares rurais no município: ____

Número médio de hectares por estabelecimento: ____

Número de pessoas envolvidas por estabelecimentos: ____

Principais culturas

	Tipo	Unidade (toneladas, etc.)	Produção Média (anual)	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					

Comercialização/abastecimento

no município

nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre

nos municípios do VS

outros canais. Quais? ____

Outras instâncias envolvidas:

sindicato rural; sindicato dos trabalhadores rurais

secretaria municipal de agricultura

conselho municipal de desenvolvimento rural/agropecuário

outras associações

Vinculação da produção agrícola municipal com a merenda das escolas municipais? ()

Principais problemas para a expansão da produção agropecuária no município? ()

¹ Foi validado em pesquisa exploratória no dia 22/4/2006.

APÊNDICE B – Questionário Agricultores¹

Entrevista número: ____

Município: _____

Data da entrevista: ____ / ____ / ____

Pessoa entrevistada – responsável pelo estabelecimento rural: _____

Sexo: (___) feminino (___) masculino

Idade: ____ anos

Escolaridade: (___) ensino fundamental; (___) ensino médio; (___) ensino superior.

Residência do responsável: (___) no estabelecimento; (___) em outro local – urbano; (___) em outro local – rural;

Dimensão do estabelecimento: ____ hectares; ____ metros quadrados.

Condição legal da terra: (___) própria; (___) arrendada; (___) parceria; (___) posse; (___) outra: _____;

Há quanto tempo trabalha com a terra: ____ anos;

Tem a intenção de permanecer na atividade rural: (___) sim; (___) não;

1.1. Se sim, aponte até três principais justificativas: (___) já possui as terras; (___) alternativa de renda; (___) gosto pela lida com a terra; (___) subsistência; (___) outro: _____;

1.2. Se não, aponte até três principais justificativas: (___) as terras não são minhas; (___) ninguém na família tem interesse em ajudar nas atividades; (___) o espaço rural irá desaparecer; (___) financeiramente, não vale a pena permanecer na atividade rural; (___) outro: _____;

Conta com apoio de algum órgão/instituição para o desenvolvimento de suas atividades rurais? (___) governo federal; (___) governo estadual; (___) governo municipal; (___) associações de classe; (___) sindicatos; (___) bancos públicos; (___) bancos privados; (___) empresas privadas; (___) outro: _____; (___) não tem apoio;

O(s) apoio(s) da(s) instituição(ões) acima referidas são: (___) financeiro; (___) capacitação; (___) orientação para melhores manejos do ponto de vista ambiental; (___) facilitação na comercialização dos produtos; (___) outro(s): _____;

¹ Foi validado em pesquisa exploratória no dia 22/4/2006.

Adota alguma prática que confere qualidade diferenciada aos produtos que comercializa (produtos orgânicos, artesanais, etc...): (___) sim; (___) não;

1.3. Se sim: quais? _____; por que decidiu por esta prática? _____; contou com algum apoio/estímulo? _____;

1.4. Se não: por quê? _____;

Em que área gostaria de receber mais apoio: (___) financeiro; (___) capacitação; (___) orientação para melhores manejos do ponto de vista ambiental; (___) facilitação na comercialização dos produtos; (___) infra-estrutura (estradas, telefonia, etc); (___) outro(s): _____;

Quais os principais produtos/serviços relacionados às atividades rurais de sua propriedade: (___) hortaliças; (___) produtos provenientes da atividade pecuária; (___) produtos provenientes da apicultura; (___) produtos provenientes da avicultura; (___) produtos provenientes da piscicultura; (___) turismo rural.

A renda adquirida na atividade é suficiente para garantir o sustento da sua família e o pagamento de todas as suas despesas? (___) sim; (___) não.

Mantém outras atividades de trabalho remunerado: (___) sim; (___) não;

1.5. Se sim, em que grande setor de atividade econômica: (___) indústria; (___) comércio; (___) serviços; (___) profissional liberal. Especificar: _____;

1.6. Se não, qual o motivo: (___) demissão; (___) não adaptação; (___) falta de oportunidade; (___) outro: _____;

Quantos membros têm sua família? ____

Quantos membros da sua família trabalham na atividade rural? (___) todos; (___) membros;

Os que não trabalham, têm perspectiva de trabalhar no futuro? (___) sim; (___) não. Por quê? _____;

APÊNDICE C – Informações gerais sobre o rural nos municípios do VS

Informação	Município	Breve relato ¹	Fonte
IBGE vasculhará face rural de São Leopoldo	São Leopoldo	Propriedades agropecuárias começam a ser visitadas no município de São Leopoldo	Hilgert (2007)
FEIRA do produtor é uma tradição dos moradores de Novo Hamburgo na hora de se alimentar bem e pensar na saúde.	Novo Hamburgo	Consumo de alimentos saudáveis é uma tradição de 17 anos e se chama Feira do Produtor Rural de Lomba Grande.	Disponível em http://novohamburgo.org/gastronomia/reportagens/feira-2901/ Acesso em: 21 fev. 2007.
EXPOSIÇÃO em Igrejinha movimentada pecuária local.	Igrejinha	1ª Expoigre - Feira Agropecuária de Igrejinha, 2ª Exposição-Feira de Caprinocultura e Agronegócios do Vale do Paranhana.	Disponível em < http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A112/N60/html/21EXPOSI.htm > Acesso em: 29 nov. 2006.
Captação com licença ambiental.	Novo Hamburgo e Campo Bom	Orizicultores podem captar água no Rio dos Sinos quando este atingir o nível estabelecido (acima de 50 centímetros).	Gehrke (2006b)
Falta água para irrigar plantio de arroz.	Campo Bom	Baixa incidência de chuva e as medidas restritivas, quanto ao uso da água dos rios, comprometem plantações da região.	Gehrke (2006c)
Meio ambiente e agricultura em debate.	Ivoti	Esclarecimento sobre leis federais, estaduais e municipais, questão do licenciamento e do desenvolvimento da agricultura sustentável.	Jornal NH, 18 nov. 2006.
Projeto garante mercado para produção agrícola.	Parobé	Projeto do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Local rendeu, ao município, o primeiro lugar na classificação entre os 73 municípios da Regional de Porto Alegre da EMATER.	Gehrke (2006i)
CURSO ensina o uso de plantas medicinais.	Rolante	Prefeitura de Rolante, por meio da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, promoveu, em parceria com o	Jornal NH, 14 out. 2006.

¹ Não é objeto do presente trabalho realizar uma análise do conteúdo dessas informações levantadas, mas sim constatar-se a existência de atividades rurais e dentro de que contexto elas se manifestam.

		SENAR, o Curso Básico de Plantas Medicinais, Condimentais e Aromáticas.	
Igrejinha prepara feira agropecuária.	Igrejinha	Divulgação e organização da Primeira Exposição e Feira Agropecuária de Igrejinha (Expoigre).	Jornal NH, 14 out. 2006.
Propriedade em Lomba Grande produz laticínios e iogurte.	Novo Hamburgo	Produção de leite de cabra e derivados.	Gehrke (2006l)
Paranhana terá feiras agropecuárias.	Igrejinha	Divulgação e organização da Primeira Exposição e Feira Agropecuária de Igrejinha (Expoigre).	Jornal NH, 23 set. 2006.
Curso ensina o preparo de alimentos.	Taquara	Curso de defumados e embutidos, promovido pela Secretaria de Agricultura de Taquara e o SENAR.	Jornal NH, 23 set. 2006.
Morango ecológico beneficia estudantes.	Parobé	Casal de produtores rurais produz morango ecológico sem uso de agrotóxico.	Jornal NH, 23 set. 2006.
Trabalho da Emater/RS em Rolante é conhecido por uruguaiois e hondurenhos.	Rolante	Intercâmbio com visitantes sobre estrutura da agroindústria de vinhos no município.	Jornal Cidades, 15-17 set. 2006.
Associação de Piscicultores quer aumentar produção de carpas.	Taquara	Festa da Carpa é utilizada para divulgar a produção do peixe.	Gehrke (2006a)
Peixe vira merenda escolar.	Taquara	Produção e venda de carne de peixe moída para consumo de merenda escolar.	Gehrke (2006h)
Granja de Morro Reuter prepara produção de ovos com ômega 3.	Morro Reuter	Granja investe na produção de ovos vermelhos com ômega 3.	Jornal NH, 9 set. 2006.
Geada atrasa a produção na área rural da região.	Novo Hamburgo	Prejuízos na lavoura ficam abaixo do estimado, mas clima terá reflexos no verão.	Jornal NH, 9 set. 2006.
Seminário debate o biodiesel.	Taquara	Discussão sobre os benefícios do biodiesel, promovida pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente de Taquara.	Jornal NH, 9 set. 2006.

Cavalgada no Caminho das Pipas atrai uma centena de cavaleiros.	Rolante	Evento coordenado pelo CTG Passo dos Tropeiros com apoio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e da 22ª Região Tradicionalista.	Jornal Panorama, 11 ago. 2006.
FACCAT coordenou região no Salão Gaúcho de Turismo.	Três Coroas, Igrejinha e Taquara	Exposição do potencial do turismo de aventura e rural nestes municípios.	Jornal Panorama, 11 ago. 2006.
Interior comemorou os 120 anos, trazendo seus produtos à cidade.	Taquara	Aniversário de Taquara com a Festa da Colônia, composta por feiras de produtos rurais e de artesanato protagonizadas por agricultores taquarenses.	Jornal Panorama, 11 ago. 2006.
Olhos D'Água sedia a 5ª Festa da Carpa.	Taquara	Festa organizada pela Associação Taquareense dos Piscicultores	Jornal Panorama, 11 ago. 2006.
Feira expõe produtos coloniais.	Sapiranga	Comercialização de produtos coloniais de diversos agricultores de Sapiranga é feita aos sábados. Iniciativa tem apoio da SMED e da EMATER.	Jornal NH, 5 ago. 2006.
Leite beneficiado pela genética.	Dois Irmãos	Projeto de melhoramento genético do rebanho está sendo desenvolvido em 20 propriedades rurais	Jornal NH, 5 ago. 2006.
Região também investe no setor.	Morro Reuter	Projeto Gado Leiteiro Produção de Leite a Pasto	Jornal NH, 5 ago. 2006.
Vaca é capaz de produzir 45 litros de leite diariamente.	Dois Irmãos	Agricultor que, para aumentar a produtividade, começou a investir, por conta própria, em melhoramento genético há cerca de dez anos.	Jornal NH, 5 ago. 2006.
Alunos da Ufrgs apresentam diagnóstico para o turismo rural.	Taquara	Diagnóstico sócio-ambiental realizado por alunos da UFRGS - trabalho de campo (2005) se inseriu na proposta de desenvolvimento do turismo rural.	Jornal Panorama, 4 ago. 2006.
A vez do interior comemorar os 120 anos do município.	Taquara	Aniversário de Taquara.	Jornal Panorama, 4 ago. 2006.
DRS taquareense é apresentado a executivos de outros estados.	Taquara	Apresentação da estratégia DRS a executivos do Banco do Brasil de vários estados brasileiros.	Jornal Panorama, 4 ago. 2006.

Semana do Cavalo prioriza as palestras técnicas.	Novo Hamburgo	Evento voltado tanto a admiradores de cavalos quanto a pessoas que utilizam profissionalmente o animal ou como instrumento de trabalho.	Jornal do Comércio, 27 jul. 2006.
Lomba Grande aposta na tecnologia para aumentar produção de cavalos.	Novo Hamburgo	Inovações aliam-se à tradição de criação de animais na área rural do Município	Jornal NH, 27 jul. 2006.
Horto Municipal dedica espaço à escola.	Campo Bom	Estudantes participam de projetos que incentivam a preservação do meio ambiente	Jornal Cidades, 21-23 jul. 2006.
Fitoterápicos atraem o Paranhana.	Igrejinha e Riozinho	Municípios da região promovem projetos para o plantio e comercialização de plantas medicinais.	Gehrke (2006d)
Fórum pela Vida possibilita apresentação dos trabalhos.	Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas	Apresentação e discussão de projetos que estão em andamento ligados ao cultivo de plantas medicinais.	Gehrke (2006e)
Proposta prevê comercialização de produtos na Serra Gaúcha.	Igrejinha, Riozinho, entre outros	Outras possibilidades de comercialização para produção de fitoterápicos.	Gehrke (2006j)
Dois Irmãos prepara o Kerb da Bergamota.	Dois Irmãos	4º Kerb da Bergamota de Dois Irmãos	Jornal NH, 8 jul. 2006.
Festa homenageia colonos japoneses.	Ivoti	Festa do Colono (Kolonisten Fest) faz homenagem especial aos 40 anos da chegada dos colonos japoneses no município.	Jornal NH, 8 jul. 2006.
Município incentiva o plantio de mudas de frutas.	Novo Hamburgo	Incentiva o multicultivo e também investir na diversificação do consumo doméstico dos produtores.	Jornal NH, 8 jul. 2006.
Entidade padroniza venda do mel.	Novo Hamburgo	Associação Hamburguesa de Apicultura agora conta com selo do Serviço de Inspeção Municipal.	Schneider (2006b)

Investimento total de R\$ 25 mil.	Novo Hamburgo	Para ter direito ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM), a Associação precisou instalar equipamentos e máquinas na Casa do Mel, a fim de assegurar higiene e padronização no processamento e envasamento do produto.	Schneider (2006c)
Casa do Mel será incluída em roteiro turístico.	Novo Hamburgo	Inclusão da Associação Hamburguesa de Apicultura no roteiro de turismo rural.	Schneider (2006a)
A região se desafia a criar novos empregos.	Araricá, Campo Bom e Igrejinha	Para driblar crise calçadista, alternativas municipais passam pela diversificação.	Mello (2006)
Dois Irmãos aposta no turismo e na agricultura familiar.	Dois Irmãos	Para equilibrar contas públicas diante da crise do setor coureiro-calçadista, a aposta será na agricultura familiar e no turismo rural	Jornal NH, 1 mai. 2006.
Municípios da região investem no peixe como fonte de renda.	Novo Hamb., Portão, outros.	Instalação de agroindústria de pescado na região é fruto da produção crescente de peixes criados em açudes.	Gehrke (2006f).
Outras cidades também se destacam no setor.	Rolante, Portão e outros	Legalização da agroindústria de pescado em Rolante e descrição dos municípios com maior volume de peixe produzido.	Gehrke (2006g).
Reunião debate a fruticultura.	Igrejinha	Proposta para estruturação de uma Associação de Fruticultura para criação de uma futura Cooperativa.	Jornal NH, 3 jun. 2006.
Alternativas no turismo, avicultura e metalurgia.	Dois Irmãos, Presidente Lucena, Sapiranga	Além do setor industrial, o turismo também aparece como alternativa para a economia nos municípios.	Jornal NH, 1 mai. 2006.
Dia para o público na Fenasul.	Esteio	Freio de Ouro e animais premiados são atrações que esperam visitantes no Parque Assis Brasil.	Zero Hora, 30 abr. 2006.
Missão avaliará venda de flores em São Paulo.	São Leopoldo	Grupo conhecerá centrais de abastecimento e produtores.	Disponível em < http://sebraers.interjornal.com.br/interna.shtml > Acesso em: 4 jul. 2006.
Volta ao campo.	Igrejinha	Programa para atrair de volta ao campo as pessoas que vieram para as cidades.	Folha de Novo Hamburgo, 12 set 2005.
Feira livre organiza	Ivoti	Reunião para discutir o funcionamento e o	Jornal Cidades, 13 set .

cadastro de agricultores.		regulamento previsto para a Feira do Produtor.	2005.
A horta vira extensão da escola: projeto existente há 16 anos, cultiva entre as crianças o amor pela horta em Lomba Grande.	Novo Hamburgo	Projeto que une o aprendizado de ensino fundamental com atividades voltadas ao cultivo de horta.	Folha de Novo Hamburgo, 01 jul. 2005.
Agricultura familiar beneficia estudantes.	Dois Irmãos, Morro Reuter, Taquara, entre outros	Projeto pioneiro na região teve início em 1998 e hoje é utilizado por 14 municípios do Vale do Sinos e Paranhana - 40 agricultores destinam sua produção a 19 escolas municipais.	Jornal NH, 25 jun. 2005.
EMATER lançará cartilha do programa.	Rolante	Para facilitar o entendimento do funcionamento do Programa Agricultura Familiar, Merenda Escolar e Abastecimento Local .	Jornal NH, 25 jun. 2005.
Orgânicos invadem a capital do calçado: agricultores investem na produção ecológica e conquistam o consumidor.	Novo Hamburgo	A conhecida capital do calçado tem mais da metade de seu território como zona rural. Os principais produtos serão identificados no Quadro 02.	Trindade (2005)
Feira do produtor elimina uso de adubos químicos.	Novo Hamburgo	Produtores que comercializam seus produtos nas feiras do produtor, coordenada pela Secretaria de Agricultura do Município, não podem fazer uso de adubos químicos.	Jornal do Comércio, 03 fev. 2005.
O bairro rural liga nossa cidade a outros municípios: o bairro Lomba Grande é o maior da cidade e permite uma vida mais	Novo Hamburgo	Plantação de acácia, chácaras de lazer, agricultura, extrativismo mineral e vegetal, produtos hortigranjeiros, entre outros, são os principais produtos cultivados na região, aliam uma vida mais saudável a uma reserva ecológica.	Folha de Novo Hamburgo, 26 nov. 2004.

saudável, comparado a outros bairros.			
Desenvolvimento Agropecuário Sustentável dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos.	Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, entre outros	Pesquisa com objetivo de implementar estratégias que possam aumentar consideravelmente a produção de alimentos regionalmente.	KIELING (2002)

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE D – Relato dos Municípios

A seguir será apresentado o relato das entrevistas com os responsáveis pelos escritórios municipais da Emater.

Campo Bom

No município de Campo Bom, realizou-se a entrevista no dia 14 de agosto de 2006 com o Sr. Claudinei, responsável pelo escritório municipal da Emater. Esse escritório foi aberto em 1/10/1998.

Sobre a agricultura de Campo Bom, destaca-se a produção de mudas (Foto 14) de hortaliças, que abastece municípios da região. Basicamente, são cinco produtores no município que produzem cerca de 90 milhões de mudas por ano. A produção leiteira abastece, principalmente, a Cooperativa Piá. Também, destaca-se a plantação de arroz e a piscicultura no município (Foto 15).



Foto 14 – Criação de Mudas em Campo Bom²

² Imagens cedidas pelo escritório municipal da Emater de Campo Bom.



Foto 15 – Piscicultura e Plantação de Arroz em Campo Bom³

Sobre a comercialização, os agricultores abastecem uma feira na cidade, duas vezes por semana. Ainda, abastecem-se mercados varejistas em Campo Bom e em outros municípios da RMPA e do VS, incluindo o litoral norte do RS e a região da serra⁴.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Campo Bom está vinculado ao do município de Sapiranga. Os projetos são realizados conjuntamente. Na Prefeitura Municipal, as atividades rurais são enquadradas dentro da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. A Emater atualiza anualmente o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

Dentre os principais problemas apontados, que são obstáculos ao desenvolvimento rural do município, destaca-se, primeiramente, a questão cultural. Em muitas famílias, existe a cultura de que o rural, ou de quem está no meio rural, está atrasado. Porém, nas famílias em que essa mentalidade não se aplica, ou seja, as famílias que visualizaram uma oportunidade de negócio e investiram esforços no aprimoramento das atividades rurais, tendem a continuar no

³ Imagens cedidas pelo escritório municipal da Emater de Campo Bom.

⁴ O litoral norte do RS inclui municípios como Tramandaí, Capão da Canoa e outros municípios vizinhos. A região da serra inclui municípios, como por exemplo, Gramando, Canela e Nova Petrópolis.

meio rural. O segundo problema destacado é a pressão do mercado imobiliário sobre as áreas rurais. Como existe o interesse pela formação de sítios de lazer, de chácaras e de condomínios residenciais, a venda das áreas passou a aguçar o interesse do mercado imobiliário, muitas vezes, exercendo pressão sobre a população rural.

Sobre a absorção de mão-de-obra nas outras atividades econômicas não relacionadas ao rural, destacam-se majoritariamente, no município de Campo Bom, as atividades industriais (em especial, a calçadista). A indústria, por sua vez, não necessariamente tem empregos para toda a mão-de-obra disponível no município.

Enfatiza-se que a produção agrícola encontra demanda e escoamento da produção na região. Assim, o rural teria espaço para ampliação e mercado que absorveria a produção.

Outras necessidades foram levantadas e apontadas pela Emater de Campo Bom. Inicialmente, dentre as necessidades enquadradas no campo econômico, destacam-se: cursos profissionalizantes, melhoramento de pastagens, silagem, criação de Sistema de Inspeção Municipal (SIM)⁵, abatedouro de bovinos/suínos, feira do produtor, patrulha agrícola, construção de açudes, crédito rural e transporte de calcário. Outros aspectos também foram indicados, dentro do que eles denominam de campo social, tais como: segurança pública, telefonia, caixa postal comunitária, eletrificação rural, melhoria de estradas, abastecimento de água comunitário, transporte coletivo. Finalmente, no campo ambiental, registram-se: análises de águas, controle de borrachudo, saneamento básico e ambiental, despoluição e arroios.

Dois Irmãos

Em Dois Irmãos, entrevistou-se no dia 10 de agosto de 2006 o Sr. Heitor, responsável pelo escritório municipal. Esse escritório foi aberto em 17/2/1978.

A Foto 16 se refere à vista da cidade de Dois Irmãos, extraída nas proximidades de Morro Reuter⁶. Do alto, percebe-se o núcleo urbano definido e, no seu entorno, espaços

⁵ A responsabilidade pela fiscalização sanitária animal e vegetal no Rio Grande do Sul está dividida entre o Serviço de Inspeção Federal (SIF), a Coordenadoria de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal (Cispoa), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e o Sistema de Inspeção Municipal (SIM), realizado pelas prefeituras.

⁶ Dois Irmãos, juntamente com Morro Reuter, é um dos caminhos que dá início à Serra Gaúcha. Conforme nos aponta a foto 23, são três as rotas conhecidas pelo turismo da Serra Gaúcha: Rota dos Campos de Cima da Serra; Rota da Uva e do Vinho; e Rota Romântica. Para maiores informações sobre as Rotas, consultar Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado do RS (2006).

verdes que compreende tanto espaços de preservação ambiental quanto para cultivos agropecuários.



Foto 16 – Dois Irmãos Vista do Alto

Destaca-se, da agricultura de Dois Irmãos, a expansão das áreas de reflorestamento, em especial o cultivo da acácia negra⁷. Também, em Dois Irmãos (e em Ivoti) tem destaque a produção de flores, cultivadas na Colônia Japonesa e exportadas, especialmente, para o estado de São Paulo. A produção leiteira abastece, basicamente, a Cooperativa Piá.

A comercialização de 90% dos produtos agropecuários produzidos é vendida fora do próprio município. Os instrumentos de comercialização são as Centrais de Abastecimentos do Rio Grande do Sul (CEASA-RS) e a venda direta ao mercado varejista. O que não é comercializado nesses canais destina-se à feira do produtor, organizada entre a Prefeitura Municipal, a Emater e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

⁷ Segundo a Embrapa, “A acácia-negra é de grande importância econômica e social nas pequenas propriedades existentes na região de plantio, pois cerca de 60% das plantações pertencem aos pequenos proprietários.”. (EMBRAPA, 2003).

Existe uma sinergia entre as atividades desenvolvidas para o meio rural de Dois Irmãos: Prefeitura Municipal, Emater e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em essência, três eixos são desenvolvidos dentro do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural: (1) patrulha agrícola, que envolve a oferta do círculo de máquinas, contando com o apoio da Prefeitura para o combustível; (2) isenção de cobrança de IPTU àqueles que têm produção agropecuária; (3) Fundo Rotativo Municipal, para financiamento dos agricultores. Destacam-se ainda as seguintes instâncias envolvidas na agricultura do município: Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, Associação dos Piscicultores; Associação dos Cunicultores; Associação dos Apicultores; Associação dos Orquidófilos. As escolas do município têm vínculos com a agricultura local, pois abastecem a merenda escolar⁸. Outro subsídio, mencionado na entrevista, é o Calendário Anual de Horticultura, conforme Foto 17, que é fornecido pelo Sindicato aos agricultores.

⁸ Os municípios de Dois Irmãos, Parobé, Rolante e Sapiranga constituíram o Manual sobre Alimentação Escolar, que por objetivo ser um instrumento de incentivo à gestão municipal para se utilizar dos produtos agropecuários na merenda escolar das escolas da rede municipal. (MANUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, 2005).



Foto 17 – Calendário da Horticultura de Dois Irmãos

Dentre os principais problemas apontados, que são obstáculos ao desenvolvimento rural do município de Dois Irmãos, primeiramente, uma falta de renovação do público no meio rural. A média de idade dos casais chefes de famílias gira em torno de 40 e 50 anos, sendo que os filhos, na sua maioria, não estão permanecendo nas propriedades.

Estância Velha

Em Estância Velha, entrevistou-se o Sr. Ademir, no dia 14 de agosto de 2006, responsável pelo escritório municipal. Esse escritório foi aberto em 1/9/1988.

A acácia negra (Foto 18), juntamente com a produção de fruticultura e hortaliças, destacam-se entre as produções agropecuárias do município de Estância Velha. A produção leiteira abastece a Cooperativa Piá.



Foto 18 – Plantação de Acácia Negra em Estância Velha (indicada pela flecha)

Sobre a comercialização, tem-se aos sábados, a feira no próprio município. Também, a produção é comercializada em Novo Hamburgo (na Feira do Produtor) e em São Sebastião do Caí. A venda direta a fabricantes de conservas é também uma opção adotada pelos agricultores, a exemplo do que faz a empresa Conservas Oderich⁹.

Sobre as instâncias envolvidas na agricultura do município, cita-se assim o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; o Departamento de Agricultura¹⁰ junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Preservação Ecológica (SEMAPE). Ressalta-se ainda a existência de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; a Associação dos Feirantes de Estância Velha e o Plano Municipal para Conservação do Pessoal em Áreas Agrícolas. Entre as

⁹ A Oderich foi fundada em agosto de 1908 e atualmente conta com três unidades produtivas: duas fábricas de alimentos, em São Sebastião do Caí e em Pelotas; uma fábrica de embalagens, em Eldorado do Sul. Todas no Rio Grande do Sul, onde são empregados 1.500 funcionários diretos em período de produção normal e quase 3.000 funcionários nos meses de safras.

¹⁰ Não se tem uma Secretaria própria da agricultura.

atividades abordadas nesse Plano, a Prefeitura disponibiliza serviços e equipamentos (patrulha agrícola, picadores de galhos, etc.).

A comercialização da produção rural do município de Estância Velha, se dá, na sua totalidade, nas feiras no município. Caso ocorresse uma expansão da produção haveria mais mercado consumidor. O mesmo ocorre com a merenda escolar municipal, que não pode ser abastecida pelos próprios agricultores do município por falta de produção.

Dentre os principais problemas apontados para o entrave na expansão da produção agropecuária de Estância Velha, está a falta de área agrícola. Isso ocorre como consequência da expansão industrial e das formações de imóveis rurais. Em Estância Velha, a maioria dos jovens têm a intenção de permanecer na propriedade rural e também desenvolvê-la¹¹. Porém, ressalta-se da entrevista com o técnico da Emater, a falta de uma política de incentivo e de garantia de renda para que essa intenção se concretize.



Foto 19 – Produção de Morangos em Estância Velha

Igrejinha

No município de Igrejinha, entrevistou-se a Sra. Miriam, no dia 11 de agosto de 2006. Ela é responsável pelo escritório da Emater em Igrejinha, aberto em 8/9/2005.

¹¹ Verificar a Foto 19, como exemplo de estabelecimento com produção de morango sem agrotóxicos, onde os filhos ajudam os pais a manter a propriedade.

A acácia negra, juntamente com a produção de fruticultura, está entre as produções agrícolas do município de Igrejinha. A produção leiteira abastece, basicamente, a Cooperativa Piá.

Da comercialização da produção agrícola tem-se, basicamente, a “Feira do Produtor de Igrejinha”, que se destina, com exclusividade, à venda de produtos hortigranjeiros (frutas, flores, mudas de frutas, flores e hortaliças, legumes, grãos, verduras, ovos, mel, peixes frescos, etc), bem como produtos de industrialização caseira (conservas, doces caseiros, compotas, geléias, produtos derivados do leite como: queijo, manteiga, requeijão, nata, etc.). Não há um vínculo da produção agropecuária municipal com a merenda escolar.

As iniciativas voltadas ao turismo rural, incluem os agricultores no roteiro. O programa de turismo rural se chama “Encantos do Mundo”.

Das instâncias envolvidas na agricultura do município, cita-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; a Secretaria Municipal de Agricultura; o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDER); a Associação dos Piscicultores e uma união (informal) dos produtores da fruticultura.

O escoamento da produção rural do município de Igrejinha ocorre, na sua totalidade, nas feiras (Foto 20); assim como em Estância Velha, haveria mais mercado consumidor caso ocorresse uma expansão da produção. Em Igrejinha, aos sábados, a feira do produtor ocorre no centro da cidade, na chamada “Rua Coberta Ary Delmar Koppe” (Foto 20). A demanda pelos produtos oferecidos nas feiras é crescente e, normalmente, faltam produtos para comercialização. Outro aspecto relevante indicado pela Emater sobre os agricultores de Igrejinha, refere-se ao fato deles, além de desenvolverem suas atividades na área rural, também procuram manter seus empregos em outras atividades econômicas.



Foto 20 – Feira do Produtor de Igrejinha

Ivoti

No município de Ivoti, entrevistou-se o Sr. Laerte, responsável pelo escritório da Emater, no dia 17 de agosto de 2006. Esse escritório foi aberto em 17/02/1978.

A acácia negra, juntamente com a horticultura (verificar Foto 21) e o reflorestamento, integra o rol das produções agrícolas do município de Ivoti. Ademais, destaca-se a produção de flores advinda da Colônia Japonesa¹² (Foto 22), também instalada em Dois Irmãos.

¹² Segundo o endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Ivoti (IVOTI, 2005), em 1966, os gestores municipais de Ivoti destinaram uma área de terras para serem ocupadas por 26 famílias de imigrantes japoneses. Surge daí a Colônia Japonesa, produtora de uvas de mesa, kiwi, hortaliças e flores.



Foto 21 – Reflorestamento e Horticultura em Ivoti



Foto 22 – Produção de Flores da Colônia Japonesa, em Ivoti¹³

¹³ Imagens cedidas pelo escritório municipal da Emater de Ivoti.

Da comercialização da produção agrícola, 80% é destinada à venda na Ceasa.

Quanto às instâncias envolvidas na agricultura do município, cita-se assim o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, a Cooperativa dos Apicultores de Ivoti¹⁴ e a Associação de Floricultores de Ivoti (Foto 23). Na Prefeitura, as atividades rurais são administradas no Departamento de Agricultura, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.



Foto 23 – Associação de Floricultores de Ivoti¹⁵

Dentre os principais problemas apontados para o entrave na expansão da produção agrícola de Ivoti, apontou-se a ausência de política de desenvolvimento rural, mesmo com mercado consumidor crescente por produtos agrícolas na região. Conforme apontado pela Emater, o consumidor final está muito próximo da produção agropecuária, sinalizando-se, com isso, a presença de um forte mercado consumidor. Por outro lado, não existe uma política que estimule os agricultores. Em Ivoti, verifica-se um esvaziamento das zonas rurais por parte

¹⁴ Abastece a Casa do Mel, no centro da cidade, sendo que é administrada pelos próprios apicultores. O mel produzido em Ivoti abastece a merenda escolar das escolas do município.

¹⁵ Imagens cedidas pelo escritório municipal da Emater de Ivoti.

dos mais jovens, permanecendo os mais idosos no meio rural. Nesse sentido, cabe ressaltar a carga horária de trabalho extensa e necessária à atividade rural, muitas vezes inexistente em outros trabalhos na indústria ou no comércio, por exemplo. Em especial, conforme apontado pelo técnico da Emater, a saída da pecuária leiteira em Ivoti é um indicativo de que os indivíduos não querem atividades que os comprometam sete dias por semana.

Morro Reuter

Em Morro Reuter, visitou-se no dia 10 de agosto, o escritório da Emater, cujo técnico responsável é o Sr. Jefferson. Esse escritório foi aberto em 1/12/1993.

As acácias negras, juntamente com a avicultura, o milho e a produção leiteira, destacaram-se entre as produções agrícolas do município de Morro Reuter. A merenda escolar, por sua vez, é abastecida pela produção agrícola do próprio município.

Da comercialização da produção agrícola, tem-se a Feira do Produtor e as vendas à mercados varejistas da região. Inicialmente, a Feira era realizada com escassa infra-estrutura por volta dos anos 1990-5, conforme demonstra a Foto 24. Com o tempo, além do terreno, foi construído um telhado para localização da feira (Foto 25). Atualmente, a Feira ocorre em prédio construído pela Emater com o apoio da Prefeitura Municipal. Esse prédio se localiza junto à Emater (Foto 26). A Feira conta ainda com uma sacola plástica personalizada (Foto 27).



Foto 24 – Feira do Produtor de Morro Reuter (antiga)¹⁶

¹⁶ Imagens cedidas pelo escritório municipal da Emater de Morro Reuter.

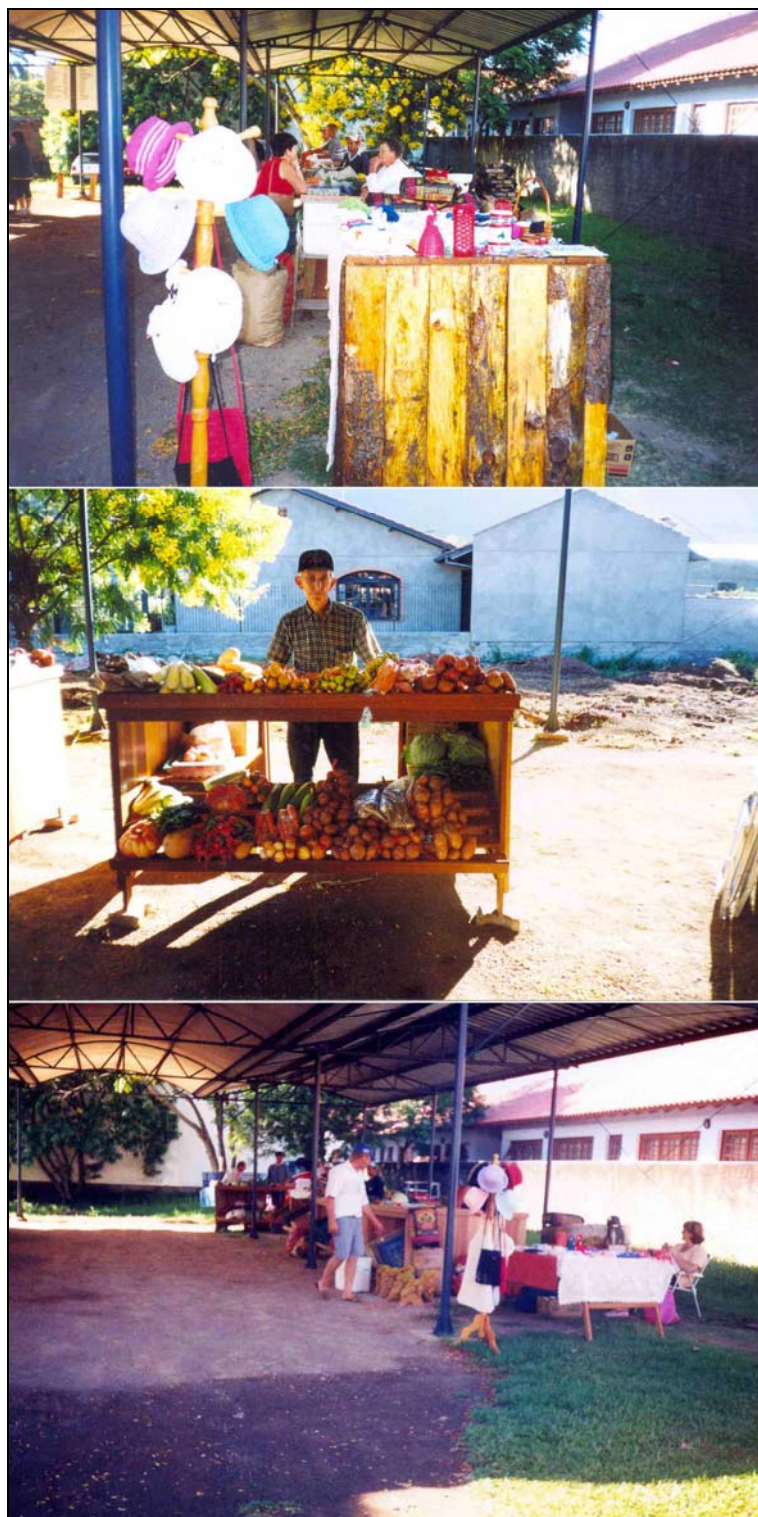


Foto 25 – Feira do Produtor de Morro Reuter (antiga)¹⁷

¹⁷ Imagens cedidas pelo escritório municipal da Emater de Morro Reuter.



Foto 26 – Feira do Produtor de Morro Reuter (atual)¹⁸

¹⁸ Imagens cedidas pelo escritório municipal da Emater de Morro Reuter.



Foto 27 – Sacola Plástica da Feira do Produtor de Morro Reuter

Quanto às instâncias envolvidas na agricultura do município, cita-se assim o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Irmãos e Morro Reuter; o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário; a Associação dos Piscicultores de Morro Reuter. Existe ainda, um grupo informal dos feirantes. Na Prefeitura, não se tem uma Secretaria Municipal de Agricultura, porém, existem programas de incentivos (projetos) à atividade rural, majoritariamente implantado pela Emater, com apoio da Prefeitura. Entre os projetos, destaca-se o “Projeto Gado Leiteiro”, que busca a adequação e recuperação de pastagens, diminuindo-se, assim, custos de produção. Nesse projeto, a Prefeitura disponibiliza 50% dos valores do

maquinário e a Cooperativa Piá, 25%. O produtor rural compromete-se com 25%. A Emater com a assistência técnica rural. Existe também o sistema de patrulha agrícola, com o círculo de máquinas entre os agricultores.

Dentre os principais problemas apontados para a expansão da produção agrícola de Morro Reuter, apontou-se o desinteresse dos mais jovens pela atividade rural. Em essência, por terem de trabalhar aos finais de semana. Os jovens não querem se comprometer com atividades rurais, que são de sete dias por semana.

Nova Santa Rita

Em Nova Santa Rita, visitou-se no dia 10 de agosto, o escritório da Emater, cujo técnico responsável é o Sr. Paulo. Esse escritório foi aberto em 11/5/1993.

O arroz, a pecuária (de corte e leiteira), a olericultura, horticultura, fruticultura, suinocultura, milho estão entre as produções agrícolas do município de Nova Santa Rita (Foto 28).



Foto 28 – Produções Agropecuárias em Nova Santa Rita

A comercialização ocorre basicamente nos municípios da RMPA, mais especificamente, na Ceasa e em mercados varejistas. Os pontos de venda no município são muito fracos e não se tem uma organização em termos de feira do produtor no próprio município.

Quanto às instâncias envolvidas na agricultura do município, cita-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Secretaria Municipal de Agricultura, que oferece patrulha agrícola; e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Destaca-se ainda a Associação dos Pescadores Profissionais. A Cooperativa de Plantas Medicinais (COOPLAMED) é voltada à produção e comercialização de plantas medicinais. Alguns projetos do município são desenvolvidos em parceria com o Centro Universitário Feevale e com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Na Feevale, foram citadas as ações dentro do programa de “Desenvolvimento Territorial Regional”. Na Unisinos, as ações são mais voltadas ao meio ambiente, dentro do contexto dos trabalhos realizados pelo Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (COMITESINOS).

Dentre os principais problemas apontados para a expansão da produção agrícola de Nova Santa Rita, está a falta de pontos de comercialização. Segundo a Emater, a criação de pontos de venda no município e, possivelmente, na rodovia BR 386¹⁹ (vide Figura 1) são iniciativas que poderiam impulsionar a produção agrícola municipal.

Nova Hartz

Em Nova Hartz, visitou-se no dia 18 de agosto, o escritório da Emater, cujo técnico responsável é o Sr. Carlos. Esse escritório foi aberto em 27/9/1990. Segundo ele, Nova Hartz foi referência na produção agropecuária há 30 anos atrás, quando se abastecia os mercados consumidores interno e externo ao município.

A acácia negra, eucalipto, fruticultura, olericultura, piscicultura e o milho se destacam entre as produções agrícolas do município de Nova Hartz.

Quanto à comercialização, este é considerado o “gargalo” do município, pois não se tem um espaço reservado para a venda de produtos agropecuários no próprio município. Dessa forma, a comercialização ocorre principalmente com a ida do agricultor na porta dos

¹⁹ Mais conhecida como rodovia Tabai/Canoas.

consumidores (venda porta-a-porta) ou vice-versa, com a ida dos consumidores às casas dos agricultores.

As instâncias envolvidas na agricultura do município são: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapiranga e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Na Prefeitura, a Divisão de Agricultura na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico coordenam as atividades correspondentes ao meio rural.

Dentre os principais problemas apontados para o entrave da expansão da produção agrícola de Nova Hartz, destaca-se a falta de políticas voltada para o setor rural. Ademais, as atividades rurais se manifestam de forma bastante individualizada, não havendo um plano de metas que englobe esses indivíduos vinculados ao meio rural. Têm-se, ainda, uma grande concentração de idosos e homens na atividade rural.

Portão

Em Portão, visitou-se no dia 11 de agosto, o escritório da Emater, cujo técnico responsável é o Sr. Danilo. Esse escritório foi aberto em 5/7/1988.

A matriz produtiva agropecuária engloba piscicultura, acácia, citros, bovinos de corte, olericultura, aipim, fruticultura em geral, milho, feijão, suínos e ovinos (Foto 29). A agricultura de Portão engloba tanto para auto-consumo quanto para comercialização.



Foto 29 – Produções Agropecuárias de Portão²⁰

²⁰ Imagens cedidas pelo escritório municipal da Emater de Portão.

Quanto à comercialização e o escoamento da produção agropecuária realiza-se basicamente nos municípios da RMPA, mais especificamente na Ceasa e em mercados varejistas de Porto Alegre e Novo Hamburgo. Tem-se uma organização informal de produtores feirantes, mas atualmente essa iniciativa encontra-se inativa, por conta da ausência do SIM.

Quanto às instâncias envolvidas na agricultura do município, cita-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Secretaria Municipal de Agricultura, que dispõe de patrulha agrícola e aplicação de calcário; Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário; Associação dos Piscicultores de Portão.

Dentre os entraves para a expansão da produção agrícola de Portão, está o envelhecimento dos indivíduos no meio rural, somado ao baixo nível de escolaridade. Dessa forma, verifica-se que não existe um esforço (tampouco recursos financeiros e humanos de qualidade) para o desenvolvimento rural em Portão. Aliado a isso, verifica-se ainda que os estabelecimentos agropecuários que necessitem de mão-de-obra para trabalhar, optam por contratação de mão de obra temporária. Problemas de infra-estrutura (como energia elétrica) também foram destacados na entrevista, tendo em vista a limitação²¹ do fornecimento de energia elétrica.

Sapiranga

No município de Sapiranga, visitou-se o escritório da Emater no dia 15 de agosto, cujo técnico responsável é o Sr. Sandro. Esse escritório foi aberto em 12/12/1996.

A produção agropecuária engloba principalmente acácia negra, pecuária, aipim, milho, batata, feijão e hortaliças em geral.

Quanto à sua comercialização, ocorre principalmente na Feira do Produtor (Foto 30). Essa feira ocorre duas vezes por semana englobando 30 feirantes. Cabe ressaltar que, normalmente, faltam produtos para vender, pois a demanda é maior que a oferta.

²¹ Têm-se quadro de luz monofásico, que não suporta máquinas como as ordenhadeiras. Nesse caso, necessita-se de quadro de luz trifásico. O mesmo problema foi verificado no município de Rolante.



Foto 30 – Feira do Produtor de Sapiranga²²

²² Imagens interna da Feira cedidas pelo escritório municipal da Emater de Sapiranga.

Quanto às instâncias envolvidas na agricultura do município: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Secretaria Municipal de Agricultura, que dispõe de patrulha agrícola, aplicação de calcário e um Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, com recursos da Prefeitura para o desenvolvimento agropecuário do município; Conselho Municipal de Agricultura; e a Cooperativa de Produtores Rurais e Artesão de Saporanga.

Para o desenvolvimento agropecuário, os principais problemas apontados foram: (a) falta de mão de obra no meio rural; (b) falta de segurança; (c) falta de visão de longo prazo sobre as oportunidades relacionadas ao meio rural; (d) falta de gestão e organização da comercialização.

Taquara

No município de Taquara, visitou-se o escritório da Emater no dia 14 de agosto, cujos técnicos responsáveis são a Sra. Carmem e o Sr. Claudionir. Esse escritório foi aberto em 1/12/1956.

Os principais produtos de Taquara englobam a pecuária leiteira (com abastecimento à COOPLESA), horticultura, fruticultura, piscicultura e plantas medicinais. Ressalta-se o turismo no meio rural e a Festa da Carpa (em sua 5ª edição no ano de 2006), que busca promover a piscicultura do município (Foto 31).

5ª Festa da Carpa

20 de Agosto /2006

No Pavilhão Católico de Olhos D'água

- Música Ao Vivo
- Exposição de Peixe Vivo
- Venda de Produtos Coloniais

Cardápio

Carpa Grelhada
Lingüiça de Carpa
Arroz Branco
Pirão
Saladas Diversas
Sobremesa

Almoço será servido a partir das 11 horas
Valor: R\$ 15,00

Realização: Associação Taquarense dos Psicultores

Apoio: Taquara
O futuro é a gente que faz
Administração 2003-7-2008

EMATER/RS
Comitê
Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Agricultura e Abastecimento

ASSOCIAÇÃO SULINA DE CREDITO E ASSISTENCIA RURAL
ASCAR

Foto 31 – Festa da Carpa de Taquara

A comercialização dos produtos agropecuários ocorre no município, principalmente através de feiras. Existe uma carência de produtos agropecuários para abastecimento em maiores mercados varejistas.

Quanto às instâncias envolvidas na agricultura do município destaca-se: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; a Associação Taquarense dos Piscicultores e a Secretaria Municipal de Agricultura. Destaca-se no município de Taquara o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), voltado à cadeia produtiva do leite. Esse programa, de iniciativa do BB²³ (Foto 32), tem como parceiros a Emater, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), as Faculdades de Taquara (FACCAT), Cooperativa Taquarense de Laticínios Ltda. (COOTALL), a COOPLESa, entre outros.



Foto 32 – Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)

²³ Em linhas gerais, o DRS é uma estratégia do BB para promover o desenvolvimento regional. Isso se dá pela mobilização de agentes econômicos, políticos e sociais. Apóia-se “atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural”. Nesse sentido, atualmente, as seguintes atividades estão sendo apoiadas em todo o Brasil: horticultura, piscicultura, artesanato, comércio de materiais recicláveis, apicultura, fruticultura, ovinocaprinocultura, bovinocultura, mandiocultura, entre outras atividades.

Dentre os principais problemas apontados para o entrave na expansão da produção agrícola de Taquara, está a necessidade de um maior planejamento da produção nas propriedades rurais, através da diversificação das produções agrícolas municipais.

ANEXO – Dados secundários do rural dos municípios

Foram levantados dados gerais sobre o rural dos municípios de estudo do presente trabalho, através dos levantamentos junto aos escritórios municipais da EMATER. Porém, utilizaram-se outras fontes secundárias, tais como pesquisas do IBGE e do Ipeadata.

Tabela 13 – Número de Estabelecimentos Agropecuários, por Município

Município	Número de estabelecimentos agropecuários	Ano	Fonte
Araricá	<i>não disponível</i>	1995	Ipeadata
Campo Bom	30	1995	Ipeadata
Campo Bom	160	2006	Pesquisa de Campo
Canoas	53	1995	Ipeadata
Dois Irmãos	58	1995	Ipeadata
Dois Irmãos	350	2006	Pesquisa de Campo
Estância Velha	18	1995	Ipeadata
Estância Velha	160	2006	Pesquisa de Campo
Esteio	10	1995	Ipeadata
Igrejinha	362	1995	Ipeadata
Igrejinha	350	2006	Pesquisa de Campo
Ivoti	160	1995	Ipeadata
Ivoti	600	2006	Pesquisa de Campo
Lindolfo Collor	201	1995	Ipeadata
Lindolfo Collor	220	2006	Pesquisa de Campo
Morro Reuter	440	1995	Ipeadata
Morro Reuter	850	2006	Pesquisa de Campo
Nova Hartz	320	1995	Ipeadata
Nova Hartz	407	2006	Pesquisa de Campo
Nova Santa Rita	284	1995	Ipeadata
Nova Santa Rita	650	2006	Pesquisa de Campo
Novo Hamburgo	219	1995	Ipeadata
Parobé	336	1995	Ipeadata
Portão	351	1995	Ipeadata
Portão	450	2006	Pesquisa de Campo
Presidente Lucena	319	1995	Ipeadata
Presidente Lucena	230	2006	Pesquisa de Campo
Riozinho	238	1995	Ipeadata
Rolante	917	1995	Ipeadata
Rolante	350	2006	Pesquisa de Campo
São Leopoldo	57	1995	Ipeadata
Sapiranga	195	1995	Ipeadata
Sapiranga	500	2006	Pesquisa de Campo
Sapucaia do Sul	9	1995	Ipeadata
Taquara	1400	1995	Ipeadata
Três Coroas	473	1995	Ipeadata
Total	8072		

Fonte: Ipeadata (IPEA, 2005) e Pesquisa de Campo (2006).

Obs.: Para a soma total, priorizaram-se os dados da pesquisa de campo, quando foi o caso.

Em referência ao número médio de hectares por estabelecimento agropecuário, buscase os dados apontados na pesquisa de campo, conforme Tabela 14.

Tabela 14 – Número Médio de Hectares por Estabelecimento Agropecuário

Município	Nr. médio hectares por estabelecimento agropecuário
Campo Bom	15 a 20
Dois Irmãos	8 a 12
Estância Velha	10 a 12
Igrejinha	15 a 20
Ivoti	20
Morro Reuter	12
Nova Hartz	9 a 10
Novo Hamburgo	10
Portão	10 a 12
Rolante	4 a 5
Sapiranga	10 a 12
Taquara	10 a 12

Fonte: Pesquisa de Campo (2006).

Em vista dos dados sobre o número de pessoas que vivem e/ou trabalham no estabelecimento agropecuário, verifica-se que na maioria das entrevistas com a Emater, a agricultura familiar é predominante nas áreas rurais desses municípios. Ta constatação veio da pesquisa de campo nos municípios além de que o número médio de indivíduos por estabelecimento agropecuário está em torno de 4 a 5 (normalmente o casal e filhos (as)).

Sobre as principais culturas agropecuárias apontadas nas entrevistas, destacam-se as informações sistematizadas nas tabelas a seguir. Importante ressaltar que, ao perguntar-se sobre as principais culturas, não se limitou o número de indicações. Em todas as entrevistas, destacou-se que dados sobre produção são periodicamente repassados ao IBGE, para formação de suas pesquisas: (1) Produção Agrícola Municipal e (2) Produção Pecuária Municipal. Nesse sentido, formou-se as seguintes tabelas que complementam as informações indicadas no Apêndice D.

Tabela 15 - Efetivo dos Rebanhos de Bovinos (cabeças), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	558	610	640	618	630	2.190	2.277	1.947
Campo Bom	1.270	1.270	1.231	1.243	1.350	1.450	737	845	914	701	732	1.433	1.422	1.600	1.050
Canoas	9.630	7.860	6.560	410	1.500	1.450	1.590	1.351	1.188	1.140	1.083	1.577	1.544	1.305	1.135
Dois Irmãos	4.403	4.180	4.038	1.977	1.759	1.908	1.817	1.601	1.592	1.632	1.590	1.842	1.724	1.852	1.781
Estância Velha	1.380	1.450	1.620	1.620	1.530	1.773	2.000	1.550	1.650	1.650	1.320	1.661	1.661	1.500	1.461
Esteio	380	320	280	310	600	580	530	419	385	371	341	189	189	166	183
Igrejinha	5.000	4.900	4.700	4.520	4.500	4.800	4.190	4.220	4.050	4.252	4.135	4.027	5.300	5.571	5.403
Ivoti	3.840	3.700	3.745	1.600	952	983	1.171	1.020	1.283	1.348	1.229	1.796	2.042	1.660	1.712
Lindolfo Collor	-	-	-	700	747	703	750	547	623	594	594	1.138	950	940	1.033
Morro Reuter	-	-	-	1.915	1.723	1.802	1.747	1.662	1.586	1.446	1.298	1.600	1.642	1.601	1.566
Nova Hartz	1.800	1.780	1.700	1.445	1.358	1.566	1.863	1.900	2.000	2.100	2.045	2.000	1.669	1.719	2.040
Nova Santa Rita	-	-	-	6.730	7.934	8.100	8.024	7.843	6.902	5.830	5.305	10.049	10.471	11.577	11.610
Novo Hamburgo	7.096	9.964	7.860	7.860	7.580	7.929	6.417	9.640	8.506	8.306	7.572	8.570	8.225	8.193	8.766
Parobé	5.600	5.530	5.400	4.590	4.500	5.226	5.684	5.850	5.800	5.510	5.690	5.478	5.425	5.636	5.818
Portão	6.050	6.210	6.100	6.050	6.352	6.669	5.640	5.380	5.470	5.442	5.496	5.468	5.446	5.418	5.391
Presidente Lucena	-	-	-	1.600	1.256	1.814	1.984	1.780	2.055	1.538	1.789	2.530	2.590	2.519	2.364
Riozinho	1.800	1.770	1.700	1.650	1.600	1.440	1.754	1.842	1.950	2.050	1.963	1.945	1.007	931	903
Rolante	9.500	9.350	9.300	8.400	7.600	7.300	8.971	9.420	9.830	10.300	9.687	9.305	11.093	10.990	11.050
São Leopoldo	1.080	1.100	1.060	980	930	958	1.050	1.134	1.095	1.084	1.080	1.101	1.095	1.100	1.091
Sapiranga	2.170	2.150	2.300	4.400	4.300	3.870	3.676	3.130	3.380	3.549	3.403	3.300	3.656	3.368	3.316
Sapucaia do Sul	580	470	510	525	624	630	580	478	450	455	417	1.230	1.250	1.280	1.300
Taquara	24.900	25.200	25.050	25.600	25.400	26.177	23.800	24.300	22.800	23.484	24.847	25.176	24.156	28.539	28.143
Três Coroas	3.500	3.470	3.220	3.300	3.200	3.584	3.691	3.802	3.550	3.728	3.592	3.430	3.500	3.281	3.210
Totais	89.979	90.674	86.374	87.425	87.295	90.712	87.666	90.272	87.669	87.150	85.826	95.475	98.247	103.023	102.273
Rio Grande do Sul	13.715.085	13.672.801	13.905.291	14.103.022	14.556.224	14.259.226	13.443.106	13.699.814	13.743.130	13.663.893	13.601.000	13.871.613	14.371.138	14.581.757	14.669.713
% sob RS	0,66	0,66	0,62	0,62	0,60	0,64	0,65	0,66	0,64	0,64	0,63	0,69	0,68	0,71	0,70

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2006c). Percentual calculado pela autora.

Tabela 16 - Efetivo dos Rebanhos de Búfalos (cabeças), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35
Campo Bom	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95
Canoas	-	-	-	-	60	65	85	90	95	110	112	95	90	90	85
Dois Irmãos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estância Velha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Esteio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Igrejinha	110	120	125	150	145	160	35	39	35	37	40	45	100	154	160
Ivoti	16	4	20	10	10	9	20	-	-	-	-	-	-	-	-
Lindolfo Collor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morro Reuter	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Hartz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Nova Santa Rita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	60	60	62
Novo Hamburgo	-	-	80	80	60	70	110	50	50	73	73	73	-	45	5
Parobé	70	75	70	70	75	85	274	282	270	254	278	250	512	500	668
Portão	17	20	20	22	25	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Lucena	-	-	-	10	10	10	8	6	6	-	-	-	-	-	-
Riozinho	150	130	120	110	105	115	25	27	25	26	30	27	37	35	32
Rolante	80	65	60	65	71	75	104	110	120	128	119	115	102	100	96
São Leopoldo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sapiranga	-	-	-	100	95	100	8	8	7	8	9	10	87	81	115
Sapucaia do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taquara	450	490	455	878	883	1.058	431	450	430	443	522	480	610	1.661	1.544
Três Coroas	-	-	90	95	90	95	94	99	86	90	96	88	80	189	185
Total	893	904	1.040	1.590	1.629	1.870	1.194	1.161	1.124	1.169	1.279	1.223	1.678	2.915	3.089
Rio Grande do Sul	51.879	52.550	75.863	81.826	89.633	95.810	75.842	75.977	81.812	82.191	80.440	84.461	80.721	87.321	85.618
% sob RS	1,72	1,72	1,37	1,94	1,82	1,95	1,57	1,53	1,37	1,42	1,59	1,45	2,08	3,34	3,61

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2006c). Percentual calculado pela autora.

Tabela 17 - Efetivo dos Rebanhos de Caprinos (cabeças), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	-	10	11	10	10	12	14	13
Campo Bom	60	60	60	60	50	50	10	8	8	16	12	25	25	25	15
Canoas	180	120	90	12	14	15	24	25	28	30	35	35	40	40	42
Dois Irmãos	37	41	67	30	20	13	10	46	46	17	7	20	21	20	2
Estância Velha	180	180	150	150	150	100	100	100	120	120	120	120	120	150	220
Esteio	-	-	-	-	10	12	15	14	15	18	20	25	28	30	31
Igrejinha	47	45	40	40	40	44	17	19	17	18	20	24	80	75	72
Ivoti	50	50	50	30	20	20	55	55	60	60	-	-	21	21	54
Lindolfo Collor	-	-	-	-	-	-	16	20	30	30	30	30	15	20	8
Morro Reuter	-	-	-	37	30	29	15	27	27	18	9	20	13	25	52
Nova Hartz	55	50	55	60	56	61	65	68	70	75	70	75	18	19	38
Nova Santa Rita	-	-	-	70	75	80	40	35	38	40	43	45	55	50	51
Novo Hamburgo	120	120	450	450	330	396	250	180	180	147	150	150	56	107	104
Parobé	75	70	70	65	60	66	18	19	22	23	25	30	35	40	10
Portão	170	160	165	155	162	167	47	45	47	50	54	62	64	66	68
Presidente Lucena	-	-	-	20	20	20	8	10	13	6	6	6	3	10	17
Riozinho	300	250	225	220	210	230	82	86	80	85	80	75	87	83	77
Rolante	500	470	450	400	405	445	265	278	250	260	250	240	76	80	78
São Leopoldo	66	62	65	60	65	62	12	12	12	14	14	16	16	17	18
Sapiranga	270	250	220	210	200	212	112	115	102	107	115	110	104	100	50
Sapucaia do Sul	22	25	28	25	30	32	35	30	28	30	35	38	45	40	41
Taquara	130	140	145	150	140	150	128	130	140	144	156	150	115	113	115
Três Coroas	55	50	45	45	42	48	39	41	45	48	43	40	90	81	78
Total	2.317	2.143	2.375	2.289	2.129	2.252	1.363	1.363	1.388	1.367	1.304	1.346	1.139	1.226	1.254
Rio Grande do Sul	107.669	108.653	116.217	122.110	129.709	130.889	67.678	68.353	71.336	74.223	72.629	75.879	75.508	77.923	84.525
% sob RS	2,15	1,97	2,04	1,87	1,64	1,72	2,01	1,99	1,95	1,84	1,80	1,77	1,51	1,57	1,48

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2006c). Percentual calculado pela autora.

Tabela 18 - Efetivo dos Rebanhos de Cordornas (cabeças), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	20	23	25	30	35	33	30	28
Campo Bom	1.500	1.500	1.500	1.500	1.050	1.100	350	300	300	350	500	500	500	500	500
Canoas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dois Irmãos	274	300	300	200	250	280	200	700	700	1.200	3.000	3.000	2.500	2.500	5.000
Estância Velha	800	700	700	700	400	400	500	500	600	500	600	600	500	500	500
Esteio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Igrejinha	350	300	280	230	220	232	5.138	5.292	5.500	5.000	5.234	5.076	4.669	4.267	2.000
Ivoti	400	400	400	-	100	500	220	200	200	250	500	500	500	500	500
Lindolfo Collor	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	500	500	200	200	200
Morro Reuter	-	-	-	100	150	170	20	20	20	100	1.500	3.000	2.500	7.000	7.000
Nova Hartz	310	300	280	260	235	247	711	750	810	745	802	750	712	655	596
Nova Santa Rita	-	-	-	-	-	-	50	60	70	65	70	80	100	90	100
Novo Hamburgo	500	500	500	500	600	660	350	220	220	250	1.500	1.700	1.500	1.500	1.600
Parobé	60	55	50	45	41	45	106	115	125	121	110	120	110	105	96
Portão	-	-	-	-	-	-	500	512	502	510	520	525	532	537	556
Presidente Lucena	-	-	-	100	130	200	120	110	110	150	300	300	100	100	150
Riozinho	180	170	150	140	130	140	12	14	12	13	15	18	20	18	17
Rolante	300	250	230	200	195	215	147	156	140	147	140	131	124	120	111
São Leopoldo	5.600	3.350	2.400	2.200	1.980	2.039	35	35	35	38	41	43	46	46	46
Sapiranga	420	400	370	350	320	300	2.712	2.700	2.600	2.808	2.700	2.538	2.297	2.085	1.200
Sapucaia do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taquara	500	465	450	400	370	400	2.659	2.730	3.050	2.928	3.425	3.500	3.203	3.010	2.754
Três Coroas	85	80	70	75	70	65	74	81	70	72	80	85	89	82	76
Total	11.279	8.770	7.680	7.000	6.241	6.993	13.908	14.515	15.087	15.272	21.567	23.001	20.235	23.845	23.030
Rio Grande do Sul	117.394	143.686	187.721	135.501	161.020	154.966	292.381	272.707	300.735	268.600	279.480	274.359	311.065	307.970	334.796
% sob RS	9,61	6,10	4,09	5,17	3,88	4,51	4,76	5,32	5,02	5,69	7,72	8,38	6,51	7,74	6,88

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2006c). Percentual calculado pela autora.

Tabela 19 – Ovos de Codorna (mil dúzias), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Campo Bom	10	10	10	10	8	13	3	3	3	5	7	8	8	8	8
Canoas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dois Irmãos	3	3	3	2	3	4	2	7	7	21	43	43	36	53	98
Estância Velha	8	6	6	6	4	5	6	5	5	8	11	11	7	7	9
Esteio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Igrejinha	1	-	-	-	-	-	7	7	8	70	72	70	64	59	27
Ivoti	3	3	4	-	-	6	6	2	2	3	7	7	7	7	9
Lindolfo Collor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	2	2	4
Morro Reuter	-	-	-	-	1	2	-	-	-	1	22	43	36	147	137
Nova Hartz	-	-	-	-	-	-	2	2	2	10	11	10	10	9	8
Nova Santa Rita	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	2	2	2	2	2
Novo Hamburgo	5	5	5	5	8	9	6	2	2	4	22	31	24	27	29
Parobé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1
Portão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1
Presidente Lucena	-	-	-	1	1	2	-	1	1	2	9	5	1	1	3
Riozinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rolante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	2	2	2	1
São Leopoldo	67	40	28	26	23	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sapiranga	1	1	-	-	-	-	47	46	45	46	43	40	36	33	19
Sapucaia do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taquara	1	1	1	1	1	1	3	3	3	36	41	42	39	36	33
Três Coroas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1
Total	99	69	57	51	49	66	83	79	79	209	302	325	278	396	390
Rio Grande do Sul	663	717	842	1.030	1.218	1.265	1.944	2.193	2.122	2.116	2.758	2.737	3.356	3.742	3.776
% sob RS	14,93	9,62	6,77	4,95	4,02	5,22	4,27	3,60	3,72	9,88	10,95	11,87	8,28	10,58	10,33

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2006c). Percentual calculado pela autora.

Tabela 20 - Efetivo do Rebanho de Asinino (jumentos, mulas e burros), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campo Bom	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Canoas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dois Irmãos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estância Velha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Esteio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Igrejinha	-	-	-	-	-	-	1	1	1	2	2	2	2	2	2
Ivoti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lindolfo Collor	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Morro Reuter	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Hartz	2	2	2	2	2	2	1	1	1	2	2	2	2	2	2
Nova Santa Rita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novo Hamburgo	-	-	-	-	-	12	10	-	-	-	-	-	-	-	-
Parobé	-	-	-	-	-	-	1	1	1	2	2	2	2	2	2
Portão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Lucena	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Riozinho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2
Rolante	3	3	3	3	3	3	3	4	4	5	5	5	5	5	5
São Leopoldo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sapiranga	3	3	3	3	3	3	2	2	2	3	3	3	3	3	3
Sapucaia do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taquara	10	8	8	7	7	8	4	4	4	5	5	5	5	5	5
Três Coroas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	19	17	17	16	16	29	26	14	14	21	21	21	21	21	21
Rio Grande do Sul	2.148	2.120	2.184	2.225	2.248	2.255	1.705	1.447	1.759	1.739	1.710	1.629	1.612	1.785	1.563
% sob RS	0,00	0,80	0,78	0,72	0,71	1,29	1,52	0,97	0,80	1,21	1,23	1,29	1,30	1,18	1,34

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2006c). Percentual calculado pela autora.

Tabela 21 – Efetivo do Rebanho de Equinos (cabeças), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	7	20	22	26	30	31	33	64
Campo Bom	500	500	500	500	600	800	70	65	65	120	120	150	150	150	200
Canoas	940	720	670	75	300	330	350	370	375	380	395	465	480	480	470
Dois Irmãos	112	135	96	66	30	70	100	78	78	79	69	100	55	100	95
Estância Velha	60	95	130	130	130	80	100	160	180	180	180	190	190	190	225
Esteio	38	35	40	45	53	60	70	110	130	133	145	150	180	160	158
Igrejinha	180	170	175	200	196	205	57	61	56	59	65	73	120	125	135
Ivoti	60	109	52	12	12	52	65	67	70	70	70	70	50	20	18
Lindolfo Collor	-	-	-	30	36	50	50	45	50	50	50	50	12	30	25
Morro Reuter	-	-	-	30	30	50	40	56	56	37	25	50	39	45	47
Nova Hartz	118	110	105	200	186	195	156	160	150	158	150	155	111	116	84
Nova Santa Rita	-	-	-	680	700	750	740	753	765	770	855	980	995	995	990
Novo Hamburgo	300	300	1.000	1.000	1.200	1.320	906	800	800	245	1.350	1.350	1.750	3.720	3.720
Parobé	210	200	190	185	180	195	208	214	200	204	215	210	203	210	120
Portão	300	300	280	285	308	323	136	140	138	146	144	147	145	144	146
Presidente Lucena	-	-	-	10	10	10	17	22	25	25	25	25	20	23	31
Riozinho	350	330	300	280	255	275	159	167	150	160	155	160	197	200	186
Rolante	700	630	610	600	550	575	277	291	275	292	285	300	336	340	335
São Leopoldo	180	178	185	192	200	206	105	100	100	98	102	104	101	102	110
Sapiranga	285	280	260	400	395	400	180	182	160	168	174	180	186	172	373
Sapucaia do Sul	95	105	115	125	130	140	153	190	200	210	250	300	340	310	280
Taquara	730	720	750	1.500	1.490	1.564	426	430	450	459	440	450	761	752	774
Três Coroas	430	380	410	350	345	380	197	205	183	194	185	174	100	107	110
Total	5.588	5.297	5.868	6.895	7.336	8.030	4.562	4.673	4.676	4.259	5.475	5.863	6.552	8.524	8.696
Rio Grande do Sul	593.555	596.195	608.971	618.145	614.669	603.671	496.664	516.419	523.146	514.625	514.089	479.810	486.335	499.358	484.512
% sob RS	0,94	0,89	0,96	1,12	1,19	1,33	0,92	0,90	0,89	0,83	1,06	1,22	1,35	1,71	1,79

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2006c). Percentual calculado pela autora.

Tabela 22 – Efetivo do Rebanho Frangos (cabeças), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	1.035	1.170	1.278	1.290	1.400	1.366	1.374	3.363
Campo Bom	6.300	6.300	6.300	6.300	6.735	7.300	735	1.100	1.300	2.400	2.600	2.600	2.200	2.420	2.600
Canoas	49.500	44.200	36.500	4.000	4.300	4.250	1.500	1.445	1.365	1.318	1.324	1.310	1.190	1.280	1.230
Dois Irmãos	315.000	280.000	280.000	105.000	57.000	30.000	39.000	36.000	38.500	41.700	41.700	30.500	8.000	8.000	8.000
Estância Velha	2.500	2.700	2.700	2.700	3.200	3.200	4.000	3.000	3.500	3.400	3.400	3.400	3.400	3.400	3.400
Esteio	390	470	510	580	595	620	623	610	590	590	592	630	665	645	570
Igrejinha	43.950	41.000	37.000	34.750	34.700	31.230	122.370	123.100	129.255	129.254	127.547	120.800	74.736	68.155	35.957
Ivoti	140.000	140.000	151.000	780.000	506.000	681.500	74.632	71.907	74.650	70.500	70.500	70.500	67.000	80.000	80.000
Lindolfo Collor	-	-	-	13.450	15.100	16.000	4.040	3.933	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	30.200	30.200
Morro Reuter	-	-	-	420.000	520.000	777.800	555.000	563.632	624.600	270.000	270.000	270.000	270.000	300.000	300.000
Nova Hartz	12.000	11.800	10.700	10.400	9.820	9.759	7.239	7.453	7.015	7.056	7.103	7.137	6.502	6.176	4.646
Nova Santa Rita	-	-	-	23.500	23.900	23.700	10.534	10.395	10.055	9.955	10.060	11.150	12.030	11.110	11.110
Novo Hamburgo	18.000	18.000	18.000	20.000	18.700	13.000	14.500	15.310	16.070	7.600	8.000	8.800	8.500	10.200	10.500
Parobé	4.900	5.100	5.200	4.800	4.600	4.830	7.681	7.968	7.500	7.441	7.835	7.450	7.007	6.790	4.900
Portão	56.000	52.800	58.200	59.800	65.780	68.411	18.520	19.770	19.206	19.589	19.685	19.783	19.881	20.079	19.979
Presidente Lucena	-	-	-	336.600	387.090	432.660	432.000	453.000	465.000	48.000	48.000	48.000	36.000	46.200	46.200
Riozinho	28.700	23.500	20.500	17.500	16.680	16.686	11.011	11.505	10.350	10.383	10.436	10.120	9.770	10.025	9.301
Rolante	35.000	32.500	29.000	26.700	27.950	29.347	35.573	37.350	38.420	41.060	42.161	43.084	41.634	40.940	38.183
São Leopoldo	2.960	3.090	3.200	3.010	3.160	3.318	3.730	4.040	3.849	3.887	4.005	3.964	4.142	4.183	4.162
Sapiranga	12.200	11.500	11.150	11.000	10.550	10.412	8.850	8.045	7.800	8.332	8.192	7.756	7.208	6.689	4.638
Sapucaia do Sul	2.400	2.440	2.600	2.380	2.460	2.350	1.072	1.000	990	970	953	985	1.047	1.015	937
Taquara	79.000	73.500	67.300	54.800	52.500	50.800	47.000	48.500	49.300	51.765	50.413	50.913	47.077	44.694	41.710
Três Coroas	8.600	9.200	9.370	8.800	9.100	8.996	26.987	28.067	27.500	27.613	27.503	26.164	24.856	23.982	22.748
Total	817.400	758.100	749.230	1.946.070	1.779.920	2.226.169	1.426.597	1.458.165	1.557.985	784.091	783.299	766.446	674.211	727.557	684.334
Rio Grande do Sul	78.665.321	103.318.336	109.475.430	120.525.320	123.507.243	132.829.214	103.939.335	110.229.659	108.468.644	112.067.698	113.613.050	117.659.492	123.232.042	127.469.034	128.823.607
% sob RS	1,04	0,73	0,68	1,61	1,44	1,68	1,37	1,32	1,44	0,70	0,69	0,65	0,55	0,57	0,53

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2006c). Percentual calculado pela autora.

Obs.: inclui também galos, galinhas e pintos.

Tabela 23 – Ovos de Galinhas (dúzias), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	3	4	5	5	5	6	6	26
Campo Bom	62	62	63	63	73	108	2	14	16	39	48	45	36	36	42
Canoas	128	94	71	14	13	15	4	5	4	4	5	5	5	5	4
Dois Irmãos	3.150	2.880	2.880	1.920	1.080	540	723	546	630	756	756	483	118	110	110
Estância Velha	31	35	35	35	45	48	60	36	52	52	53	53	53	49	49
Esteio	1	1	1	1	1	2	1	2	1	1	2	2	2	2	2
Igrejinha	77	78	72	75	76	74	78	78	473	411	466	432	281	257	176
Ivoti	630	1.050	1.218	720	624	624	600	800	637	641	641	641	608	630	630
Lindolfo Collor	-	-	-	225	252	264	55	66	126	84	84	84	84	78	68
Morro Reuter	-	-	-	3.600	2.400	2.064	1.920	2.745	4.170	3.150	3.150	3.150	3.150	3.780	3.780
Nova Hartz	25	26	25	24	24	29	51	52	49	49	49	49	45	43	39
Nova Santa Rita	-	-	-	64	70	69	37	36	33	33	33	34	34	34	34
Novo Hamburgo	150	150	150	150	179	192	185	258	250	121	122	143	137	146	152
Parobé	18	18	18	16	16	18	74	77	73	61	62	60	56	54	49
Portão	230	215	224	235	258	271	106	107	106	109	111	111	111	112	111
Presidente Lucena	-	-	-	472	543	196	99	643	735	168	168	168	126	121	121
Riozinho	84	69	60	51	50	57	53	57	52	60	65	64	66	68	64
Rolante	102	96	84	81	86	98	367	391	405	427	405	425	433	425	404
São Leopoldo	12	12	12	12	12	14	16	17	17	17	18	18	18	19	18
Sapiranga	23	22	22	22	21	26	43	38	37	47	48	45	43	40	37
Sapucaia do Sul	5	5	5	4	5	5	4	3	3	3	3	3	3	3	3
Taquara	174	162	150	123	120	126	204	215	239	273	281	297	277	268	257
Três Coroas	27	28	30	28	30	30	87	91	90	134	146	138	134	128	125
Total	4.929	5.003	5.120	7.935	5.978	4.870	4.769	6.280	8.202	6.645	6.721	6.455	5.826	6.414	6.301
Rio Grande do Sul	215.658	251.740	257.364	280.198	300.565	249.946	233.828	246.575	263.723	260.593	260.350	235.985	242.497	245.655	255.437
% sob RS	2,29	1,99	1,99	2,83	1,99	1,95	2,04	2,55	3,11	2,55	2,58	2,74	2,40	2,61	2,47

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2006c). Percentual calculado pela autora.

Tabela 24 – Efetivo dos Rebanhos de Suíno (cabeças), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	108	118	124	118	139	147	141	483
Campo Bom	1.360	1.360	1.280	1.150	1.065	350	557	486	545	270	170	170	160	170	220
Canoas	2.252	2.000	1.790	190	210	226	812	730	695	703	653	708	565	655	525
Dois Irmãos	3.998	3.077	3.598	1.402	1.276	1.216	1.570	737	737	839	877	980	1.149	1.393	4.115
Estância Velha	1.630	1.305	1.150	1.150	860	640	600	700	980	1.260	1.035	1.500	1.500	950	516
Esteio	56	68	85	92	98	105	111	118	125	131	137	155	180	143	130
Igrejinha	1.433	1.261	1.204	1.150	1.127	1.237	1.234	1.266	1.413	1.496	1.381	1.232	806	482	468
Ivoti	1.584	1.870	1.520	680	735	880	940	1.123	1.185	1.100	1.100	1.100	1.002	1.024	769
Lindolfo Collor	-	-	-	220	242	275	270	295	220	220	220	220	474	458	516
Morro Reuter	-	-	-	1.937	1.746	1.485	1.550	1.144	1.360	1.166	1.250	1.250	1.137	1.172	802
Nova Hartz	1.468	1.434	1.355	1.186	1.107	1.169	1.032	1.049	988	1.075	1.031	1.078	725	747	626
Nova Santa Rita	-	-	-	1.750	1.650	1.540	4.153	4.230	4.305	4.235	4.170	4.580	4.895	4.490	4.290
Novo Hamburgo	5.400	5.400	755	755	658	726	2.964	3.400	3.660	1.620	1.830	1.720	1.424	1.214	978
Parobé	849	781	736	655	621	678	969	1.008	1.048	1.101	1.011	977	918	889	771
Portão	1.775	1.820	1.880	1.885	1.941	2.038	1.090	1.072	1.080	1.089	1.122	1.099	1.065	1.059	1.048
Presidente Lucena	-	-	-	440	564	660	1.670	1.646	1.850	1.650	1.650	1.650	1.572	2.460	2.457
Riozinho	2.850	2.679	2.394	2.166	2.058	1.902	1.771	1.856	1.709	1.827	1.756	1.660	1.478	1.433	1.413
Rolante	5.136	4.908	4.565	4.104	3.735	4.190	3.725	3.880	3.682	3.899	3.729	3.665	3.575	3.510	3.404
São Leopoldo	533	532	618	615	676	696	775	800	784	768	821	804	853	870	861
Sapiranga	1.016	982	959	904	847	820	1.249	1.147	1.231	1.337	1.185	1.272	1.372	1.289	728
Sapucaia do Sul	750	645	690	645	660	645	610	585	598	603	591	635	780	668	515
Taquara	3.962	4.007	3.622	3.729	3.390	3.679	3.314	3.420	3.525	3.733	3.172	3.574	2.473	2.331	2.463
Três Coroas	1.813	1.700	1.643	1.356	1.249	1.362	1.404	1.473	1.598	1.725	1.579	1.500	696	583	545
Total	37.865	35.829	29.844	28.161	26.515	26.519	32.370	32.273	33.436	31.971	30.588	31.668	28.946	28.131	28.643
Rio Grande do Sul	3.744.687	3.854.184	3.929.082	4.043.449	4.181.965	4.245.566	3.922.591	4.066.847	4.055.024	4.140.468	4.133.303	4.076.247	4.036.952	4.145.052	4.094.030
% sob RS	1,01	0,93	0,76	0,70	0,63	0,62	0,83	0,79	0,82	0,77	0,74	0,78	0,72	0,68	0,70

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2006c). Percentual calculado pela autora.

Tabela 25 – Efetivo dos Rebanhos de Muares (cabeças), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campo Bom	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Canoas	16	14	12	4	5	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dois Irmãos	99	87	75	30	30	72	50	55	55	64	68	70	70	100	63
Estância Velha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Esteio	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Igrejinha	3	3	3	3	3	3	3	3	3	4	4	4	4	4	4
Ivoti	7	7	7	-	-	-	-	3	3	3	3	3	3	-	-
Lindolfo Collor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morro Reuter	-	-	-	45	15	7	7	4	4	4	6	20	20	50	38
Nova Hartz	4	3	3	3	3	3	2	2	2	3	3	3	3	3	3
Nova Santa Rita	-	-	-	9	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novo Hamburgo	-	-	20	20	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parobé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portão	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Presidente Lucena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Riozinho	10	9	9	9	9	10	3	4	4	5	5	4	4	4	4
Rolante	20	18	16	14	13	14	6	7	7	8	7	6	6	6	6
São Leopoldo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sapiranga	7	7	7	7	7	8	14	12	10	11	10	8	7	7	7
Sapucaia do Sul	-	-	-	3	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taquara	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3
Três Coroas	5	5	5	5	5	5	5	6	5	6	6	6	6	6	6
Total	175	157	159	154	115	143	94	100	97	113	117	129	128	186	137
Rio Grande do Sul	22.676	21.439	19.673	18.581	17.704	14.978	7.901	7.989	7.817	8.033	7.704	7.504	6.926	6.790	6.240
% sob RS	0,77	0,73	0,81	0,83	0,65	0,95	1,19	1,25	1,24	1,41	1,52	1,72	1,85	2,74	2,20

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2006c). Percentual calculado pela autora.

Tabela 26 – Efetivo dos Rebanhos de Ovinos (cabeças), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	15	85	94	90	85	80	86	169
Campo Bom	150	150	150	150	120	160	15	15	15	37	47	50	41	60	80
Canoas	450	480	420	40	45	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dois Irmãos	131	136	141	84	40	98	63	85	85	105	74	80	118	130	107
Estância Velha	120	200	230	230	280	220	250	220	320	320	210	150	150	70	140
Esteio	40	45	42	50	55	50	10	-	-	-	-	-	-	-	-
Igrejinha	330	300	280	260	250	275	184	193	175	186	193	190	100	65	70
Ivoti	70	166	160	30	20	20	75	68	78	78	78	78	73	64	20
Lindolfo Collor	-	-	-	100	60	100	90	80	95	95	95	95	85	55	33
Morro Reuter	-	-	-	57	30	23	26	25	25	51	31	40	34	40	29
Nova Hartz	90	85	80	70	65	72	38	40	45	48	53	60	29	31	99
Nova Santa Rita	-	-	-	540	600	610	580	495	490	480	475	500	480	490	320
Novo Hamburgo	320	320	400	400	320	272	250	340	269	75	320	320	216	295	577
Parobé	80	75	65	70	70	80	407	423	410	431	406	380	350	360	113
Portão	500	480	510	500	525	577	200	205	198	201	206	216	218	221	231
Presidente Lucena	-	-	-	30	40	46	70	65	72	-	-	-	36	37	43
Riozinho	250	230	200	170	165	180	249	260	275	289	277	250	238	240	225
Rolante	490	500	450	500	495	550	456	479	460	483	470	457	432	425	400
São Leopoldo	51	50	55	50	56	62	80	78	78	82	84	86	90	93	100
Sapiranga	280	290	270	250	230	257	176	167	155	166	170	190	178	180	162
Sapucaia do Sul	110	140	180	210	200	190	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taquara	650	710	690	1.315	1.196	1.430	737	800	760	775	814	800	475	532	494
Três Coroas	65	60	57	55	50	55	114	121	130	140	126	120	125	71	75
Total	4.177	4.417	4.380	5.161	4.912	5.375	4.070	4.174	4.220	4.136	4.219	4.147	3.548	3.545	3.487
Rio Grande do Sul	10.648.853	10.473.116	10.163.929	9.511.074	9.711.917	9.284.181	5.541.778	5.240.323	5.143.968	4.870.244	4.812.477	4.311.723	3.938.988	3.912.103	3.826.650
% sob RS	0,04	0,04	0,04	0,05	0,05	0,06	0,07	0,08	0,08	0,08	0,09	0,10	0,09	0,09	0,09

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2006c). Percentual calculado pela autora.

Tabela 27 – Efetivo dos Rebanhos de Ovinos Tosquiados (cabeças), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	10	57	66	63	60	57	62	123
Campo Bom	105	105	105	-	-	-	-	-	10	25	33	35	29	42	56
Canoas	280	240	190	28	30	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dois Irmãos	67	95	98	-	-	-	-	60	60	74	52	56	82	91	75
Estância Velha	42	140	161	-	-	-	-	-	224	224	147	105	105	50	98
Esteio	15	18	20	25	30	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Igrejinha	218	198	185	172	165	238	7	8	7	87	89	87	46	30	33
Ivoti	49	116	112	-	-	-	25	48	55	55	55	55	58	45	14
Lindolfo Collor	-	-	-	-	-	-	18	56	67	67	67	67	60	38	23
Morro Reuter	-	-	-	-	-	-	-	-	18	36	22	28	24	28	20
Nova Hartz	73	69	65	57	53	60	6	6	7	28	31	35	17	18	58
Nova Santa Rita	-	-	-	210	250	250	300	250	260	220	210	200	250	210	180
Novo Hamburgo	240	240	280	-	-	-	-	238	190	52	224	224	151	207	404
Parobé	59	55	48	52	52	60	99	102	98	216	203	190	175	180	56
Portão	150	180	208	-	350	385	42	48	44	44	46	48	48	48	48
Presidente Lucena	-	-	-	-	-	-	-	45	45	-	-	-	25	25	30
Riozinho	215	198	172	146	142	160	83	87	91	138	130	115	109	110	104
Rolante	421	430	387	430	426	494	235	250	239	299	287	279	264	263	248
São Leopoldo	16	16	19	-	37	41	30	35	32	34	38	40	41	42	44
Sapiranga	226	234	218	202	186	201	115	109	101	116	117	129	121	122	110
Sapucaia do Sul	25	28	45	60	65	60	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taquara	560	612	595	1.131	1.029	1.234	236	256	243	388	407	400	237	266	247
Três Coroas	59	54	51	49	44	48	79	82	88	110	98	92	96	55	58
Total	2.820	3.028	2.959	2.562	2.859	3.291	1.275	1.690	1.936	2.279	2.319	2.245	1.995	1.932	2.029
Rio Grande do Sul	9.431.914	9.477.826	9.042.276	8.437.199	8.540.303	8.108.520	4.743.342	4.502.719	4.472.327	4.198.853	4.172.928	3.748.367	3.423.948	3.393.566	3.337.379
% sob RS	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,04	0,03	0,04	0,04	0,05	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2006c). Percentual calculado pela autora.

Tabela 28 – Leite (mil litros), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	142	154	182	169	172	599	623	533
Campo Bom	740	740	727	730	816	576	170	261	581	408	450	1.058	1.134	1.094	1.512
Canoas	1.340	970	890	21	219	229	311	280	277	254	239	235	198	218	174
Dois Irmãos	2.128	1.985	1.991	943	885	901	944	1.067	1.067	1.047	1.019	2.120	1.565	1.555	1.716
Estância Velha	432	439	489	489	594	528	740	705	774	774	774	2.736	4.104	2.808	2.138
Esteio	60	42	41	42	219	219	211	181	145	135	117	116	102	102	87
Igrejinha	767	752	721	686	683	736	1.092	1.122	1.078	1.190	1.121	1.093	1.436	1.510	1.465
Ivoti	2.298	2.237	2.246	864	662	672	1.240	691	756	792	895	1.749	2.013	2.105	2.137
Lindolfo Collor	-	-	-	604	496	524	507	295	324	316	365	832	835	832	847
Morro Reuter	-	-	-	944	871	868	920	1.081	1.081	972	900	1.613	1.644	1.613	1.331
Nova Hartz	211	208	199	172	162	198	594	618	651	686	667	652	544	559	665
Nova Santa Rita	-	-	-	905	930	912	994	821	784	930	778	775	717	719	576
Novo Hamburgo	2.941	6.455	3.581	3.581	3.456	3.372	4.140	4.861	4.761	3.315	4.135	6.504	6.582	5.796	2.979
Parobé	803	792	773	656	643	660	1.245	1.274	1.223	1.157	1.197	1.153	1.141	1.293	1.333
Portão	3.360	3.292	3.165	3.219	3.380	3.549	717	704	735	731	736	737	734	731	727
Presidente Lucena	-	-	-	1.440	885	960	842	802	950	1.141	1.318	2.097	2.145	2.094	2.056
Riozinho	290	285	274	269	261	292	563	646	695	809	770	731	379	366	352
Rolante	1.534	1.509	1.501	1.374	1.243	1.338	3.411	3.474	3.603	3.733	3.514	3.375	4.024	4.196	4.219
São Leopoldo	631	627	620	562	554	571	554	602	555	547	541	547	548	553	556
Sapiranga	254	252	269	526	514	547	857	742	803	916	889	809	896	826	813
Sapucaia do Sul	260	245	228	67	120	128	123	153	160	158	156	153	135	135	101
Taquara	3.575	3.618	3.594	3.659	3.630	4.210	8.851	9.294	8.721	8.301	8.568	8.680	8.329	10.456	10.310
Três Coroas	568	563	522	537	521	595	1.052	1.104	1.026	1.161	1.086	986	1.005	942	919
Total	22.192	25.011	21.831	22.290	21.744	22.585	30.078	30.920	30.904	29.503	30.401	38.923	40.809	41.126	37.546
Rio Grande do Sul	1.451.797	1.488.140	1.600.468	1.586.462	1.626.215	1.710.677	1.860.984	1.913.124	1.914.556	1.974.662	2.102.018	2.222.054	2.329.607	2.305.758	2.364.936
% sob RS	1,53	1,68	1,36	1,41	1,34	1,32	1,62	1,62	1,61	1,49	1,45	1,75	1,75	1,78	1,59

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2006c). Percentual calculado pela autora.

Tabela 29 – Mel de Abelha (quilograma), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	900	990	1.070	1.010	1.000	920	865	943
Campo Bom	1.180	708	920	1.200	720	3.000	700	540	270	1.500	800	800	1.500	2.250	5.250
Canoas	13.000	8.000	5.700	600	550	500	200	150	140	130	100	105	100	110	120
Dois Irmãos	2.300	1.380	1.794	7.800	4.700	5.000	4.500	2.532	1.500	3.200	1.800	2.000	2.340	4.500	5.625
Estância Velha	1.200	720	936	1.200	720	3.000	4.500	5.150	3.000	3.750	1.900	2.000	3.000	4.500	6.500
Esteio	720	650	550	720	700	650	100	90	100	95	90	100	105	110	115
Igrejinha	3.400	3.500	3.200	3.000	2.790	3.069	10.440	10.600	11.000	10.780	11.040	10.070	9.667	9.280	8.909
Ivoti	1.600	960	-	5.000	3.000	5.000	3.800	3.540	2.124	5.300	2.500	3.200	3.600	7.500	9.000
Lindolfo Collor	-	-	-	2.500	1.500	5.000	750	1.970	985	3.000	1.500	1.500	2.000	3.000	3.750
Morro Reuter	-	-	-	10.000	5.000	5.000	5.000	6.435	4.290	10.725	5.362	6.400	7.000	7.200	12.000
Nova Hartz	500	575	500	590	600	660	2.030	2.192	2.250	2.362	2.173	1.987	1.789	1.645	1.792
Nova Santa Rita	-	-	-	4.800	4.600	4.450	4.441	3.200	3.000	3.100	2.800	2.835	2.700	2.900	3.000
Novo Hamburgo	4.800	2.880	4.032	8.000	3.480	8.000	4.940	4.910	2.886	7.365	3.683	4.800	6.000	9.000	18.000
Parobé	2.700	2.400	2.200	2.000	1.900	1.990	3.845	3.650	3.800	4.000	4.250	4.070	3.890	3.734	3.369
Portão	6.000	6.500	6.700	8.000	8.800	9.328	1.930	1.890	1.905	1.143	1.285	1.300	1.420	1.450	1.460
Presidente Lucena	-	-	-	600	360	3.800	2.500	5.720	1.800	3.000	1.500	2.000	2.500	5.500	9.000
Riozinho	500	600	550	630	650	715	11.850	12.561	12.100	12.826	12.336	11.965	12.923	14.086	12.820
Rolante	4.000	4.200	4.000	3.800	3.610	3.970	21.946	20.848	24.350	25.811	24.653	23.945	25.142	24.300	22.356
São Leopoldo	1.580	1.700	1.780	1.815	1.905	2.095	2.000	1.900	1.910	1.880	1.880	2.010	1.950	2.070	2.020
Sapiranga	580	660	695	750	800	880	2.850	2.164	2.500	2.700	2.850	2.700	2.457	2.678	2.463
Sapuçaia do Sul	1.700	1.400	1.250	1.400	1.300	1.220	1.100	700	650	610	500	490	500	500	550
Taquara	400	470	500	595	642	706	22.723	23.400	25.300	26.565	25.768	23.644	24.948	24.100	22.172
Três Coroas	3.300	3.400	3.700	3.500	3.220	3.542	19.790	18.800	18.000	19.080	18.750	18.019	17.500	16.200	14.904
Total	49.460	40.703	39.007	68.500	51.547	71.575	131.935	133.842	124.850	149.992	128.530	126.940	133.951	147.478	166.118
Rio Grande do Sul	3.275.398	3.435.947	3.833.046	3.892.251	3.195.810	3.608.363	6.154.782	5.440.110	5.716.684	5.984.766	5.815.448	6.045.420	5.604.663	6.777.865	7.317.410
% sob RS	1,51	1,18	1,02	1,76	1,61	1,98	2,14	2,46	2,18	2,51	2,21	2,10	2,39	2,18	2,27

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2006c). Percentual calculado pela autora.

Tabela 30 – Área Colhida Lavoura Permanente (hectare), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	15	19	17	17	17	34	38	39
Campo Bom	30	30	30	30	30	30	17	17	17	22	24	24	25	25	25
Canoas	97	94	95	21	12	12	12	10	12	12	10	12	10	10	10
Dois Irmãos	93	91	88	38	38	38	32	32	35	36	36	36	42	38	38
Estância Velha	77	77	77	77	77	77	77	34	35	36	37	36	36	36	36
Esteio	8	8	8	10	6	6	6	6	6	6	6	6	5	5	5
Igrejinha	64	64	62	81	92	92	71	91	91	88	88	88	93	94	95
Ivoti	212	212	242	93	98	98	80	73	58	58	59	59	59	54	55
Lindolfo Collor	-	-	-	109	109	109	73	72	108	119	120	120	121	121	121
Morro Reuter	-	-	-	37	37	37	54	45	45	45	45	45	47	47	55
Nova Hartz	38	38	38	35	45	45	48	48	46	47	47	47	48	55	55
Nova Santa Rita	-	-	-	76	80	78	83	83	83	78	78	78	78	78	78
Novo Hamburgo	296	296	295	297	297	297	222	240	236	228	193	196	282	283	259
Parobé	40	40	40	40	40	40	59	40	60	59	59	59	59	59	59
Portão	515	508	511	535	519	535	358	434	438	449	489	494	466	468	469
Presidente Lucena	-	-	-	85	85	92	127	109	129	131	131	131	132	132	133
Riozinho	74	74	74	75	70	78	73	78	83	83	83	85	85	81	81
Rolante	319	287	292	293	302	297	255	297	301	294	294	299	308	310	310
São Leopoldo	102	87	87	89	88	88	58	88	72	47	47	47	49	49	49
Sapiranga	58	56	56	56	56	57	50	63	51	52	52	52	53	53	54
Sapucaia do Sul	44	42	43	44	29	29	29	28	29	29	29	29	27	27	27
Taquara	318	310	310	312	312	301	184	373	252	242	242	242	242	244	247
Três Coroas	96	89	86	86	86	86	196	96	183	180	180	180	180	179	179
Totais	2.481	2.403	2.434	2.519	2.508	2.522	2.164	2.372	2.389	2.358	2.366	2.382	2.481	2.486	2.479

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2006b). Percentual calculado pela autora.

Tabela 31 – Área Colhida Lavoura Temporária (hectare), 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	86	102	88	103	117	162	184	188	47
Campo Bom	216	216	285	214	231	231	75	63	63	235	244	207	223	126	326	216
Canoas	1.338	1.231	973	595	531	531	535	520	516	496	516	516	509	489	484	480
Dois Irmãos	2.997	2.977	2.947	577	727	727	448	652	654	688	687	682	660	534	598	99
Estância Velha	127	291	308	342	342	332	332	342	340	348	341	339	321	328	329	65
Esteio	212	81	79	76	81	81	149	143	77	75	282	274	341	471	471	460
Igrejinha	805	808	913	950	697	557	768	709	841	812	960	949	818	791	805	383
Ivoti	1.790	1.789	1.580	395	407	385	412	402	402	395	397	446	246	246	236	20
Lindolfo Collor	-	-	-	393	378	343	330	352	379	376	354	359	334	334	336	136
Morro Reuter	-	-	-	1.937	1.887	1.901	1.307	1.232	1.265	1.268	1.265	1.205	923	778	738	224
Nova Hartz	936	868	871	820	380	335	355	335	349	348	373	363	361	368	402	152
Nova Santa Rita	-	-	-	2.248	3.491	3.741	3.574	3.593	3.018	2.738	2.823	2.423	2.362	2.462	2.447	1.840
Novo Hamburgo	1.182	1.196	997	1.041	1.059	974	709	640	650	650	609	967	1.158	1.579	1.799	579
Parobé	399	464	461	461	451	451	596	451	472	596	614	571	573	585	597	189
Portão	1.609	1.041	1.042	1.019	1.005	955	473	774	799	761	770	725	774	783	802	446
Presidente Lucena	-	-	-	996	976	923	755	787	759	758	808	718	715	715	715	183
Riozinho	1.674	1.630	1.627	1.592	1.065	1.075	788	983	947	967	953	951	947	937	937	695
Rolante	4.073	4.129	4.178	4.590	4.445	4.445	1.959	4.027	4.040	2.717	2.814	2.818	2.809	2.809	2.829	1.665
São Leopoldo	437	170	170	170	160	138	116	137	112	114	114	114	114	114	114	56
Sapiranga	624	739	805	805	805	805	638	856	876	829	869	835	822	823	821	558
Sapucaia do Sul	60	62	64	74	88	88	76	61	78	57	69	69	23	28	13	6
Taquara	3.227	3.481	3.542	2.912	2.912	2.942	1.932	2.897	2.426	2.433	2.541	1.931	1.931	1.931	2.143	1.156
Três Coroas	941	933	958	965	967	980	935	968	1.230	1.142	1.048	992	1.102	1.105	1.010	408
Totais	22.647	22.106	21.800	23.172	23.085	22.940	17.262	21.010	20.395	18.891	19.554	18.571	18.228	18.520	19.140	10.063

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2006b). Percentual calculado pela autora.